

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL,
DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

Psicodinâmica do Trabalho Presidiário: do reconhecimento à emancipação social

Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi

Orientadora: Profa Dra Ana Magnólia Mendes

Brasília, 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL,
DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES

Psicodinâmica do Trabalho Presidiário: do reconhecimento à emancipação social

Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi

Orientadora: Profa Dra Ana Magnólia Mendes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito para à obtenção do título de Mestre em psicologia.

Brasília, 2018.

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações – PSTO.

Dissertação apresentada em 01/03/2018 e aprovada pela Banca Examinadora constituída por:

Professora Ana Magnólia Mendes

Presidente da Banca Examinadora

Instituto de Psicologia – PSTO – Universidade de Brasília – UnB

Professora Doutora Ana Teresa Martins Ferreira de Oliveira

Examinadora Externa

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal

Professora Doutora Ana Lucia Galinkin

Examinadora Interna

Instituto de Psicologia – PSTO – Universidade de Brasília – UnB

Professora Doutora Deolinda Goretti Vaz da Silva Rebelo

Membro Suplente

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal

The good deed and the bad deed are not the same. Return evil with good | **Quran, Surata Fussilat (41:34).**

A Ele que é o Primeiro e o Último; o Visível e o Invisível, e é Onisciente.

Agradecimentos

Este estudo é o resultado de uma incansável crença na mudança – não apenas de pessoas, mas da injusta e desigual realidade, que requer a elucidação sobre o que se passa às margens da sociedade, bem como a descoberta dos mecanismos necessários para promover a reparação e as vivências mais plurais e solidárias. O gatilho partiu da experiência pregressa na cooperativa “Um Sonho de Liberdade” em pesquisas que datam cinco anos de idas e vindas, conversas, choros, frustrações, realizações e alegrias que traduzem, em um só tempo, o anseio pela emancipação econômica e social e o reconhecimento. Portanto, agradeço inicialmente ao Fernando por empreender esforços sobre-humanos, diariamente, na manutenção e condução da cooperativa e por sempre receber gentil e solícitamente a todos que buscam agregar qualquer mínimo à cooperativa.

Agradeço às professoras Christiane Girard e Sônia Marise que abriram, inicialmente, as portas da pesquisa-ação na cooperativa e tornaram possível o vislumbre posterior deste estudo. À Fernanda Duarte, jujuba querida, que de forma generosa apresentou-me à professora Ana Magnólia e assessorou-me em diversos momentos da condução desse trabalho. A todo o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho por incorporarem a lucidez e crítica social sobre as mazelas do trabalho e permitir que exista um lugar de reflexão e crítica acadêmica sobre aquilo que nos tolhe e nos constitui. À Juliana Caldas pela companhia e suporte nas reuniões de discussão com os trabalhadores, diálogos e trocas após cada reunião, e pela acuracidade na transcrição do material.

À professora Ana fica meu sincero agradecimento pelo olhar generoso e atento; pela condução pontual; mas inequívoca e, sobretudo, pela crença na importância de se contemplar outros vieses sobre o universo do trabalho. Meu profundo agradecimento, de longa data, aos professores Cláudio Torres e Harmut Günther que sempre estimularam a indagação, a

curiosidade e me motivaram a seguir não apenas pelo percurso acadêmico, mas em usar e construir, de forma científica, o conhecimento em todas as searas da vida. Ao professor Odair Furtado que, apesar da rápida interação, deixou um precioso legado sobre o papel fundamental da academia em portar bandeiras na promoção da igualdade, justiça e emancipação social daqueles que tiveram suas vozes abafadas pelas assimetrias da realidade.

A CAPES pelo auxílio financeiro e ao Brasil que, a seu modo lento e falho, ainda aposta em seus pesquisadores.

Às minhas queridas irmãs, eternas apoiadoras e parceiras de tantas histórias malucas e surreais, em que cada uma, ao seu modo, contribuiu para a construção de uma identidade e um paradigma mental que culmina na consecução do presente trabalho. Ao Richard pela parceria em diferentes momentos desse transcurso.

Ao meu amado “vidinha”, filho da minha alma e coração, pela espantosa e ilimitada doação, generosidade e compreensão, inimagináveis a uma criança de apenas oito anos. Ao meu pai, pelo doce e pelo amargo, e por tudo que foi e ainda representa. Finalmente, à minha amada mãe, por ser o eixo estrutural de tudo, e por alicerçar valores imprescindíveis que comungam diretamente com o propósito dessa pesquisa: subversão; inquietação, solidariedade e empatia – elementos que não se aprendem senão pela necessidade e ilustração prática de um exemplo.

Resumo

No contexto de exploração e dessubjetivação do indivíduo pela via do trabalho, a economia solidária surge como uma alternativa ao modo de produção vigente. Contudo, a experiência dos empreendimentos de economia solidária (ES) tem demonstrado ser difícil promover a cooperação, haja vista a impossibilidade de cumpri-la como algo imposto ou prescrito. Neste aspecto, a Psicodinâmica do Trabalho assume papel fundamental por aportar a cooperação e a solidariedade como elementos essenciais ao preenchimento do hiato entre o real e o prescrito do trabalho e permitir a transformação da alienação em trabalho vivo, a partir da aplicação das inteligências práticas. Além disso, a teoria prevê que a ocorrência de reconhecimento possui o potencial de gratificar simbolicamente aos sujeitos, fornecendo-lhes subsídios de suma importância para a dinâmica da integração social e construção identitária. No bojo da análise sobre o trabalho como transformador do ethos social dos indivíduos, surge a questão do trabalho penitenciário, estimulado pela Lei de Execuções Penais. Entretanto, dispõe de mecanismos e programas falhos e insuficientes para promover a ressocialização de presidiários e egressos prisionais. Atualmente, no Brasil, a massa carcerária apenas se avoluma e em péssimas condições de infraestrutura, saúde, opressão e assujeitamento – o que cria um cenário de suma precariedade e desumanização desses indivíduos. Neste contexto, a pesquisa analisou a psicodinâmica do trabalho cooperado de presidiários em regime semiaberto e egressos, associados a uma cooperativa brasileira de reciclagem de resíduos de construção. Assim, a PdT foi empregada como objeto de estudo e como abordagem teórico-metodológica. Realizou-se a pré-pesquisa, quatro reuniões de discussão com os trabalhadores e observações clínicas. Participaram das discussões 10 trabalhadores: nove homens e uma mulher. Entre eles, sete eram presidiários e três ex-presidiários. A idade média dos participantes foi de 36,9a anos. A pesquisa decorreu integralmente na organização para oportunizar o envolvimento dos presidiários em regime semiaberto. Os resultados indicaram que a organização não atua plenamente como um empreendimento de economia solidária (EES), devido a diversas condicionalidades de precarização do mercado e do trabalho. Não obstante, identificou-se grande flexibilização do prescrito, cessão de autonomia e liberdade aos trabalhadores para desenvolver o prescrito e as regras do viver juntos, baseados na solidariedade e cooperação, tanto sob a perspectiva dejouriana, quanto da ES. O espaço de discussão oferta ambiente democrático, palco de discussões estratégicas e operacionais, de acesso livre a todos. Identificou-se que, a despeito das condições desfavoráveis nas instalações da cooperativa e dos riscos e danos oriundos do trabalho, a fonte de sofrimento patogênico deriva da organização penitenciária, onde a inserção na cooperativa permite a transformação em sofrimento criativo e ressignificar o histórico de opressão e vulnerabilidade em autonomia e empoderamento. Diversas tipologias de reconhecimento foram averiguadas sendo, de fato, o elemento central para a transformação do sentido do trabalho e do direcionamento de vida aos presidiários e egressos, indicando que – não apenas a mera oportunidade de trabalho permite a ressocialização, mas um contexto que promova o empoderamento, a cooperação, a solidariedade e, por fim, a emancipação social desses indivíduos.

Palavras-chave: Psicodinâmica do trabalho; economia solidária; cooperativa; cooperação; reconhecimento; emancipação social.

Abstract

In a context of exploitation and desubjectivation through labour, the solidarity economy emerges as an alternative to the current production model. However, the experience from the solidarity economy enterprises exposes the difficulty in promoting cooperation, since it is impossible to comply with it as something imposed or prescribed. In this aspect, the Psychodynamics of Labour (PoL) assumes a fundamental role for bringing cooperation and solidarity as main principles to fill the gap between the real and the prescribed work and allow the transformation of alienation into a living labour, by applying the practical intelligences. In addition, the theory foresees that recognition has the potential to symbolically reward subjects and providing them with extremely important subsidies for the social integration and identity building dynamics. Within the analysis of work as an element to transform the individuals' social ethos, the issue of penitentiary work arises as it has been stimulated by the Law of Penal Executions in Brazil. However, it has insufficient and flawed mechanisms and programs to promote the resocialization of former and current inmates. Currently, in Brazil, the prison population only increases and in poor conditions of infrastructure, health, and oppression - what creates a scenario of extreme precariousness and dehumanization of these people. In this regard, the research analyzed the psychodynamics of the cooperative labour of semi-open inmates and former inmates associated to a Brazilian cooperative dedicated to recycling construction waste. Thus, the PoL was applied as an object of analysis and as a theoretical-methodological approach. Pre-research and four discussion meetings with workers and clinical observations were carried out, ten workers participated in the discussions: nine men and one woman. Among them, seven were inmates and three former offenders. The participants' average age was 36, 9 years. The research was held entirely in the organization to allow the involvement of inmates in semi-open regime. The results indicated that the organization is not fully run as a solidarity economy enterprise due to several precariousness conditionalities of market and labour. Nonetheless, it was identified a great flexibility of the prescribed, the granting of autonomy and liberty to workers develop the prescribed and the rules of living together based on solidarity and cooperation, both under the perspective of PoL and the solidarity economy. The discussion space offers a democratic environment, being a stage for strategic and operational discussions with free access to all workers. It was identified that despite the unfavorable conditions in the cooperative's premises and the damages and risks implied by working, the source of the pathogenic suffering derives from the penitentiary organization, whereas being part of the cooperation allows the transformation of the pathological suffering into the creative one and resignifying the historical of oppression and vulnerability into autonomy and empowerment. Several types of recognition have been investigated demonstrating that it is, in fact, the central element for transforming the sense of work and a life guidance to prisoners and former offenders, indicating that - not only the mere opportunity of work allows resocialization, but a context that promotes empowerment, cooperation, solidarity and finally, the social emancipation of these individuals.

Key-words: Psychodynamics of labour; solidarity economy; cooperativism; cooperation, recognition, social emancipation.

Resumen

En el contexto de exploración y desubjetivación del individuo por la vía del trabajo, la economía solidaria surge como una alternativa al modo de producción vigente. Sin embargo, la experiencia de emprendimiento de economía solidaria (ES) ha demostrado la dificultad de promover la cooperación debido a la imposibilidad de cumplirla como algo impuesto o prescrito. En este aspecto la Psicodinámica del Trabajo (PdT) asume un rol fundamental por aportar la cooperación y la solidaridad como elementos esenciales a la reducción de la brecha entre lo real y lo prescrito del trabajo, y permitir la transformación de la alienación en trabajo vivo, a partir de la aplicación de las inteligencias prácticas. Junto con eso, la teoría prevé que la emergencia de reconocimiento posee el potencial de gratificar simbólicamente a los sujetos, entregándoles herramientas de suma importancia para la dinámica de integración social y construcción identitaria. En el marco del análisis sobre el trabajo como transformador del ethos social de los individuos, surge la cuestión del trabajo penitenciario, estimulado por la Ley de Ejecuciones Penales. Sin embargo, esta dispone de mecanismos y programas defectuosos e insuficientes para promover la reinserción de presidiarios y ex presidiarios. Actualmente, en Brasil, la masa carcelaria solo aumenta, y en pésimas condiciones de infraestructura, salud, opresión y subyugación – lo que crea un escenario de suma precariedad y deshumanización de los individuos. En este contexto, la investigación analizó la psicodinámica de trabajo colaborativo de presidiarios en régimen semiabierto y ex presidiarios, asociados a una cooperativa brasileña de reciclaje de residuos de construcción. Así, la PdT fue empleada como objeto de estudio y como abordaje teórico metodológico. Se realizó la pre investigación, cuatro reuniones de discusión con los trabajadores y observaciones clínicas. Participaron de las discusiones 10 trabajadores: (nueve hombres y una mujer). De estos, siete eran presidiarios y tres ex presidiarios. La edad media de los participantes fue de 36,9 años. La investigación se llevó a cabo integralmente en la organización para crear oportunidades de participación de los presidiarios en régimen semiabierto. Los resultados indicaron que la organización no actúa plenamente como un emprendimiento de economía solidaria (EES) debido a diversas condiciones de precarización del mercado y del trabajo. No obstante, se identificó gran flexibilización de lo prescrito, los trabajadores ganaron autonomía y libertad para desarrollar lo prescrito y las reglas de convivencia, basadas en la solidaridad y cooperación, tanto bajo la perspectiva dejouriana, como de la ES. El espacio de discusión ofrece un ambiente democrático, escenario de discusiones estratégicas e operacionales, de acceso libre a todos. Se identificó que a pesar de las condiciones desfavorables en las instalaciones de la cooperativa y de los riesgos y daños propios del trabajo, la fuente de sufrimiento patológico deriva de la organización penitenciaria, en donde la inserción en la cooperativa permite la transformación en sufrimiento creativo y la resignificación de lo histórico de la opresión y la vulnerabilidad en autonomía y empoderamiento. Diversas tipologías de reconocimiento fueron comprobadas, siendo, de hecho, el elemento central para la transformación del sentido y del direccionamiento de la vida de los presidiarios y ex presidiarios, indicando que – no solo la mera oportunidad de trabajo permite la reinserción social, sino un contexto que promueva el empoderamiento, la cooperación, la solidaridad y finalmente la emancipación social de los individuos.

Palabras clave: Psicodinámica del trabajo; economía solidaria; cooperativismo; cooperación, reconocimiento; emancipación social.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1 - Histórico e crítica ao trabalho	26
A Economia solidária e o trabalho cooperado	36
Capítulo 2 – Psicodinâmica do trabalho e suas interfaces com a economia solidária	44
Estudos no Brasil sobre a psicodinâmica do trabalho cooperado.....	55
Capítulo 3 - Sistema penitenciário brasileiro: problemas e desafios	64
Ressocialização, trabalho penal e políticas públicas	68
Capítulo 4 - Método	77
A demanda	78
Pré-pesquisa	79
Análise da Psicodinâmica do Trabalho	80
Caracterização da organização do trabalho	83
Participantes da pesquisa	86
Observações clínicas.....	87
Devolutiva e deliberação	88
Análise dos dados	88
Capítulo 5 - Resultados	91
Organização do Trabalho.....	91
Localização e condições sócio demográficas do entorno da cooperativa	91
Breve histórico da cooperativa	92
Farelo de Madeira.....	94
Fábrica de sofás, pufes, sapateiras e baús	95
Marcenaria.....	96
Meio-fio, manilha, tampa e bloquete.....	97
Madeira sob medida	97

Fábrica de bolas.....	98
Ingresso na Cooperativa	98
Modelo de Gestão.....	100
Análise da Psicodinâmica do Trabalho	102
Organização do trabalho prescrito e real.....	102
Mobilização subjetiva	116
Sufrimento, defesas e patologias	127
Observações Clínicas	132
Trabalho, cárcere e crítica social.....	132
Trabalho e identidade	138
Capítulo 6 -Discussão	142
O real e o prescrito na organização de trabalho.....	144
Mobilização subjetiva no trabalho.....	149
As cooperações.....	152
Sufrimento e defesas no trabalho	157
Tipos de reconhecimento e implicações.....	161
Capítulo 7 - Conclusão	167
Bibliografia.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho e o Trabalho Cooperado.....	57
Tabela 2: Dados sobre o sofrimento e defesas.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Moradia na cooperativa e entorno.....	87
Figura 2. Galpão de trabalho e material triado.....	88
Figura 3. Espaços internos à cooperativa.....	96
Figura 4. Tipos de tarefas: triagem da madeira.....	106
Figura 5: Tipos de tarefa – Retirada de pregos e mesa de medição e corte.....	108
Figura 6. Tipos de tarefas: finalização de placas e ripas de madeira.....	109
Figura 7. Acabamento final e mesa de medição e corte de madeira.....	114
Figura 8. Espaço de discussão e antiga cantina.....	124

Introdução

Esse trabalho teve por objeto o estudo da psicodinâmica do trabalho cooperado de presidiários, em regime semiaberto, e ex-presidiários associados a uma cooperativa brasileira de reciclagem de resíduos de construção. Nesse cenário, a psicodinâmica do trabalho (PdT) foi empregada como objeto de estudo e abordagem teórico-metodológica.

Justificou-se o acesso a essa tipologia de organização do trabalho e categoria de trabalhadores devido à escassez de pesquisas empíricas que adotem a abordagem teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho no estudo deste segmento, tanto internacional como nacionalmente, nos últimos vinte anos. Verificou-se na base de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com indexação de âmbito nacional e internacional, bem como na ferramenta eletrônica Google Scholar, que acessa diversas bases de dados e indexadores de produção científica como o Scielo, Lilacs e PEPsic a existência de estudos semelhantes com o escopo da presente abordagem.

Foram identificados apenas dez pesquisas referentes à análise do trabalho de empreendimentos de economia solidária em convergência com a PdT, e apenas um estudo que o enfoque era dedicado ao trabalho em situação de cárcere e a PdT. Entre eles, os mais relevantes são: Sousa e Mendes (2006) que buscou compreender a relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal. O método empregado foi a realização de observação livre do ambiente de trabalho dos catadores e quatro entrevistas individuais semiestruturadas. Os principais achados da pesquisa remontam à flexibilidade no prescrito organizacional, autonomia, condições altamente precárias e insalubres de trabalho, e gratificação identitária no trabalho coletivo e cooperado com demais catadores.

A pesquisa de Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) analisou as vinculações entre o prazer e/ou sofrimento e a organização do trabalho no cotidiano dos trabalhadores de uma cooperativa de

produção do Rio Grande do Sul. Empregou-se o método de entrevistas individuais semiestruturadas e grupos de discussão a respeito de categorias que emergiram a partir das entrevistas individuais. Os autores identificaram que nessa organização os pressupostos da economia solidária foram corretamente empregados, mas havia uma presidência centralizadora e controladora que impunha regras extenuantes, obedecendo mais às regras do mercado do que aquelas que preconizam o viver-juntos, culminando em competição e individualismo entre os trabalhadores.

O artigo de Borges et al. (2014) estuda o sentido do trabalho com trabalhadores de seis cooperativas de reciclagem. Foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas com catadores, e elaboração de diários de campo registrados pelos pesquisadores. Entre os resultados, pode-se citar a relação intrínseca do trabalho com a emancipação, identidade e reconhecimento. Os trabalhadores reportaram poder exercer a integralidade de seu ser, expressar emoções e construir um sentido positivo para o seu trabalho e o meio-ambiente, ressignificado a partir do estigma de “dejeito social” à ação de protagonismo social.

Girelli e Dal Magro (2017) relacionou o potencial da Economia Solidária como fonte de saúde do trabalhador. Adotou-se a proposta metodológica de Merlo e Mendes (2009) para analisar as vivências de prazer e sofrimento dos trabalhadores. Os autores identificaram que a prática dos princípios da economia solidária, ocupa o lugar da competição e do individualismo, favorecendo a construção de estratégias de enfrentamento das adversidades dos contextos de trabalho contemporâneos e à transformação do sofrimento do trabalhador.

Finalmente, Lemos et al. (1998) identificou fatores do modelo de trabalho prisional do Rio Grande do Sul que dificultam a promoção da ressocialização de prisioneiros. Os autores empregaram o método de análise da PdT, contando com entrevistas individuais semiestruturadas com vinte prisioneiros. A pesquisa concluiu que o trabalho é categoria central ao homem, sendo peça chave para a reintegração social. Entretanto, o sistema prisional

impunha regras e condições de trabalho opressivas e tolhedoras, reduzindo o potencial do trabalho como formador de vínculos sociais e emancipação dos prisioneiros.

No contexto de exploração e assujeitamento do indivíduo pela via do trabalho, a economia solidária surge como uma alternativa ao modo de produção vigente, gerando trabalho e renda de forma cooperada e solidária, e configura-se em ação pública de inclusão social que engloba diversas práticas econômicas e sociais (Cançado, 2005). Contudo, a experiência dos empreendimentos de economia solidária (EES) tem demonstrado ser difícil promover a cooperação, haja vista a impossibilidade de cumpri-la como algo imposto ou prescrito. Para a ocorrência da cooperação, é necessário que ela seja uma construção conjunta e voluntária de todos os membros do grupo.

Nessa direção, foram definidas duas categorias de análise para este estudo: a organização do trabalho na cooperativa “Um Sonho de Liberdade” e a psicodinâmica do trabalho dos presidiários e ex-presidiários. Para tal, utiliza-se a abordagem teórico-metodológica da PdT vez que aproxima-se, pela centralidade da cooperação, das abordagens empregadas em EES: desejo do trabalho conjunto para superação das contradições que surgem da própria natureza ou da organização do trabalho (Dejours, 2011a).

Além disso, a PdT e a economia solidária possuem intrínseca semelhança na base conceitual de seu desenvolvimento teórico, tendo como crítica o modelo vigente de trabalho capitalista onde ocorre a primazia da mercadoria em detrimento da subjetividade, emancipação e saúde mental do sujeito no trabalho.

Empregou-se o conceito determinado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (2012) sobre empreendimentos de economia solidária como cooperativas e associações pautadas por quatro princípios: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. Aqui a cooperação foi compreendida pela união de esforços em torno de objetivos comuns, partilha dos resultados, e propriedade coletiva de bens. A autogestão é o envolvimento direto dos

trabalhadores na organização e gestão cotidiana dos empreendimentos nos seus diferentes níveis. A dimensão econômica pressupõe um conjunto de elementos de viabilidade econômica baseados na eficácia e efetividade. Por fim, a solidariedade define uma distribuição equânime dos resultados alcançados, relações de trabalho emancipatórias e justas, compromisso com o meio ambiente, engajamento em movimentos sociais e populares emancipatórios; foco no bem estar dos trabalhadores e consumidores; e respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Já para a categoria psicodinâmica do trabalho de ex-detentos foi empregado o arcabouço teórico-metodológico, predominantemente, desenvolvido por Cristophe Dejours e estudos brasileiros que fazem uso deste referencial.

Para o autor (2012a) o trabalho é fundado em uma dinâmica constante e inevitável entre sofrimento e busca pelo prazer. O sofrimento é compreendido pela frustração no trabalho originada pela diferença imposta entre tarefa (prescrito) e sua aplicação na prática (real). Deste modo, o indivíduo busca outras formas de alcançar suas metas e transgredir ao prescrito para conseguir o êxito e prazer no trabalho.

Ao processo subjetivo de experienciar prazer e sofrimento no trabalho foi cunhado o termo mobilização subjetiva. Trata-se da elucidação das contradições impostas pelo trabalho e da resistência ao sofrimento em direção ao prazer. É por meio da mobilização subjetiva que o trabalhador é levado a buscar sua emancipação e a ressignificar o sofrimento para transformá-lo em prazer (Dejours, 2011a).

A mobilização subjetiva possui como dimensões constitutivas, a inteligência prática, a cooperação, o reconhecimento, e o espaço público para discussão. A inteligência prática é o resultado singular e único obtido a partir do acúmulo de vivências na realização do trabalho prescrito no real. Caracteriza-se pelos aspectos visíveis e invisíveis do trabalho, reconhecidos ou ignorados, podendo surgir como intuição, ou habilidade.

A cooperação, neste referencial teórico, é semelhante ao empregado na economia solidária por constituir-se pela possibilidade de ação conjunta para construir algo em comum com base na confiança e solidariedade, e por não ser passível de prescrição, advinda da vontade deliberada das pessoas em cooperar. Contudo, diferencia-se quando abarca em seu conceito a concepção de conjunção e tolhimento, em partes, da inteligência prática dos trabalhadores em prol de um objetivo comum, onde o coletivo triunfa sobre o individualismo.

Em relação ao reconhecimento, Dejourns (2011b) afirma ser necessária a cooperação para que ele exista, pois ao renunciar parcelas de subjetividade em favor da organização, o trabalhador gera a expectativa de reconhecimento – não apenas material, mas também moral. Sobretudo, é no contexto do reconhecimento que a identidade profissional é construída e reforçada (Dejourns, 1999).

Por sua vez, a identidade profissional impacta na dinâmica de constituição e integração identitária, configurando ao trabalho uma segunda chance de obter ou consolidar a identidade daqueles marginalizados da sociedade. Ressalta-se que a oportunidade de trabalho adquirida na cooperativa promove não apenas a chance de sustento, mas de empoderamento e restauração da identidade destes sujeitos. Isto posto, para fins desse projeto compreendeu-se como psicodinâmica do trabalho o estudo das relações dinâmicas entre a organização do trabalho, mobilização subjetiva e prazer-sofrimento.

O universo prisional e o mundo do trabalho igualmente guardam relações de reciprocidade. A pobreza e a intensa assimetria socioeconômica do país, assomada ao resultado da política neoliberal de exploração de trabalhadores e desemprego, criam uma intensa massa de marginalizados que nutrem sentimentos profundos de frustração, inadequação social e incapacidade. Castel (1997) atribui à precariedade do trabalho e ao desemprego a desfiliação dos sujeitos do tecido social. Se por um lado o Estado é ausente como real garantidor das

condições mínimas de igualdade e subsistência; por outro, não hesita em atribuir sua face do controle e da punição aos desvalidos e desajustados socialmente.

Dados do último Censo Penitenciário (DEPEN, 2014) indicam que a população carcerária no Brasil superou pela primeira vez o marco dos 600 mil presidiários, sendo que o número de pessoas privadas de liberdade em 2014 é 6,7 vezes maior do que em 1990. 95% do contingente carcerário é oriunda da classe dos excluídos sociais: pobres, desempregados e analfabetos. Dentre eles, quase 70% se declararam como negros, sendo a composição majoritária de jovens entre 18 a 34 anos. As condições de insalubridade e precariedade das penitenciárias brasileiras são alarmantes: celas superlotadas, má alimentação, péssimas condições de saúde e higiene que apenas intensificam o sentimento de sub-humanização e as frustrações de outrora.

Poucas são as iniciativas públicas que prevejam a ressocialização dos apenas de forma prática, consistente e exitosa. A Lei de Execução Penal, no artigo 126, prevê a possibilidade de remição de pena pela educação e/ou pelo trabalho com vistas à ressocialização e diminuição dos índices de reincidência criminal. Entretanto, o acesso ao trabalho penitenciário é raro e, muitas vezes, ocorrem sob condições de excessivos regramentos que acarretam desarmonias sociais, competição e opressão dos trabalhadores.

Segundo o último Infopen (2014), apenas 16% da população prisional do país trabalha. No Distrito Federal, este indicador é de 17%. As atividades laborais ocorrem em 28% das vezes externamente, e 72% em regime laboral interno ao presídio. Apesar da política de alternativas penais e das instituições de assistência pró-egresso, os desafios da ressocialização e da reincidência criminal de ex-detentos estão, ainda, longe de serem resolvidos. Nesse cenário de descaso público, e de cronificação das desigualdades socioeconômicas, o trabalho pode adotar um papel fundamental na reinclusão produtiva, permitindo o reconhecimento dos presidiários e ex-presidiários como trabalhadores e cidadãos, bem como sua emancipação social.

Nesse sentido, a pesquisa teve o propósito de analisar a organização do trabalho na cooperativa “Um Sonho de Liberdade” de reciclagem de resíduos de construção e a psicodinâmica do trabalho dos ex-detentos do sistema prisional do Distrito Federal. Como objetivos específicos foram contemplados a caracterização das contradições entre a organização prescrita e real do trabalho; descrição das vivências de prazer-sofrimento dos cooperados no trabalho; análise da mobilização subjetiva e suas dimensões: inteligência prática, espaço público de discussão, cooperação e reconhecimento; e a avaliação dos tipos de reconhecimento e suas implicações.

A “Um Sonho de Liberdade” é uma cooperativa de produção constituída por aproximadamente 40 homens, sendo sua maioria formada por detentos em regime semiaberto, egressos. Trata-se de uma das raras iniciativas identificadas no Distrito Federal em buscar alternativas à inclusão produtiva e social de pessoas oriundas do sistema prisional. Localiza-se em uma invasão em área central de Brasília, porém, em condições extremamente precárias de luz, saneamento básico e infraestrutura. Dentre os ex-presidiários, a maioria vive no entorno da cooperativa com suas famílias, em casas de madeirite provenientes dos rejeitos de construção.

A cooperativa possui atualmente três linhas de trabalho: triagem da madeira, elaboração de móveis, fabricação de estacas e piquetes, e fabricação de meio-fio de concreto. As pessoas geralmente trabalham em apenas uma linha, mas é possível haver migração de tarefas a depender da sazonalidade do trabalho.

A pesquisa foi realizada conforme a metodologia em psicodinâmica do trabalho prevista por Dejours (1986, 2012). Inicialmente, realizou-se a pré-pesquisa, composta por visitas à organização para levantar informações sobre as tarefas, regras, normas, forma de gestão, estrutura organizativa, processos de decisão, entre outros. Em seguida, foram convidados

todos os trabalhadores que desejassem participar das reuniões de discussão – observando-se o limite de até 10 participantes e a representação de todas as linhas de trabalho.

Foram previstas cinco reuniões de discussão para proceder à etapa da pesquisa propriamente dita. No entanto, quatro reuniões mostraram-se suficientes para contemplar todos os conteúdos almejados no estudo. As reuniões foram compostas pelo espaço da fala, elaborações-perlaborações, observações clínicas, interpretação e restituição do material coletado ao coletivo de trabalhadores. Nessa etapa abordou-se a organização do trabalho, mobilização subjetiva e o prazer-sofrimento no trabalho. Para contemplar os detentos em regime semiaberto, os encontros foram realizados na própria cooperativa.

As reuniões foram conduzidas por duas psicólogas, onde uma conduziu as discussões e a outra realizou os registros das observações mais relevantes. A reunião inicial visou a apresentação das profissionais, exposição da pesquisa, quantidade prevista de encontros, apresentação do termo de consentimento, e o escopo do trabalho.

O grupo de participantes da pesquisa foi composto por nove homens e apenas uma mulher, sendo sete presidiários e apenas três ex-presidiários. A idade média dos participantes foi de 36,9 anos, variando de 19 a 65 anos. Já a pena média entre os participantes foi de 21,7 anos, variando de 1 ano e oito meses a 110 anos.

A reunião de discussão teve início com os seguintes questionamentos: “Como é o trabalho de vocês?”; “O que vocês fazem?”; “Como fazem?”; “Como se sentem?”; “Quais as consequências do trabalho para si?”, sendo que outras perguntas surgiram como desdobramentos do discurso dos participantes. Os discursos foram conduzidos de forma clínica e democrática, para oportunizar a manifestação de todos e o aprofundamento dos discursos. As reuniões serão gravadas para posterior transcrição.

Os registros foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo, obedecendo-se aos eixos previstos na etapa dois do método de Análise Clínica do Trabalho (ACT). São eles: I)

Organização do trabalho prescrito e real; II) Mobilização subjetiva; III) Sofrimento, defesas e patologias. Em seguida, os dados foram analisados em relação aos seus eixos e subtópicos, e em convergência com os registros das observações e revisão bibliográfica realizada sobre o tema.

Os resultados indicam que a cooperativa enfrenta uma difícil fase em termos de suprimento de materiais e encomendas de produtos. Algumas das linhas de produção deixaram de existir ou passaram a funcionar com baixo contingente de trabalhadores. Atualmente, encontra-se em funcionamento a produção de estacas, pontaletes, piquetes; fábrica de móveis; fábrica de pufes, baús e reforma de móveis; e a produção de meio-fio de concreto. Devido à situação de escassez produtiva, atualmente a cooperativa não remunera os trabalhadores com a divisão de sobras entre os cooperados, mas com diárias de trabalho que são pagas de forma isonômica, independentemente do status seja ele criminal, ou não, dos trabalhadores.

A organização do trabalho apresentou dados, tanto na pré-pesquisa quanto na pesquisa propriamente dita, que indicam ser altamente flexível com reduzido prescrito e cessão de grande autonomia aos trabalhadores para criarem suas regras de trabalho e convivência. Apesar do âmbito econômico e da autogestão, entre os pressupostos da economia solidária não serem cumpridos, tal como prescrito, identificou-se a vivência de relações de cooperação e solidariedade em todos os níveis da organização, bem como da criação de um espaço público de discussões que oportuniza a realização de deliberações entre pares e junto ao presidente.

Em relação à inteligência prática, observou-se que os processos de realização das tarefas ocorrem interdependentemente, onde os trabalhadores podem empregar sua própria subjetividade e singularidades no exercício de suas funções, permitindo-os a criação de um trabalho-vivo, profícuo e que incorpore significações simbólicas à dinâmica de produzir e ser. Do mesmo modo, identificou-se a cooperação na perspectiva dejouriana, onde o processo de

aprender e ensinar é um *continuum* entre os trabalhadores experientes e novatos, ocorrendo sempre no real do trabalho através de demonstrações visíveis da inteligência prática singular e coletiva.

Ressalta-se que as tarefas são simples e requerem baixa complexidade na execução. No entanto, desde à triagem dos materiais ao acabamento final das peças, há riscos de acidentes – desde arranhões a amputações parciais de membros. Por vezes, os ex-presidiários recorrem ao “lixão da estrutural” na tentativa de encontrar os materiais requeridos ao seu trabalho, bem como vestuário, móveis ou alimentos aos seus familiares.

Ressalta-se grande precariedade nas condições físicas e instalações do ambiente de trabalho. São poucos os equipamentos de segurança ofertados pela organização e, ainda mais raros aqueles que os usam. Narrou-se diversas ocorrências de acidentes de trabalho na cooperativa. No entanto, tal contexto desfavorável ao exercício de trabalho não foi exposto como sofrimento patogênico, mas como mecanismo de defesa coletivo em diminuir e até negar os perigos que o trabalho oferece.

Quanto ao sofrimento patogênico, ele não deriva do trabalho, senão do ambiente prisional com todas as agruras que ele encerra. Foram relatadas regras, imposições desumanas e abuso de poder dos agentes penitenciários. Além disso, é fonte incessante de sofrimento dos presidiários e ex-presidiários a falta de oportunidades de trabalho, renda e educação – dentro e fora da prisão – relegando-os à sensação de medo, ansiedade, solidão e revelia social.

Tendo em vista a existência do espaço público de fala, autonomia para deliberação e criação de regras, a manifestação de inteligência prática, cooperação e a ocorrência concreta de reconhecimento de beleza e utilidade, há a mobilização subjetiva operante para a transformação do sofrimento proveniente, direta ou indiretamente, do trabalho em prazer. Assim, o sofrimento criativo redimensiona o sofrimento patogênico, convertendo-o em

antagônicas ao que é vivenciado no Centro de Progressão Penitenciária, desfrutando-se a liberdade, autonomia e de relações baseadas na cooperação, reconhecimento e solidariedade.

Dentre as temáticas mais abordadas, o reconhecimento foi transversal no discurso dos participantes, e identificando não apenas aqueles no âmbito laboral, previsto por Dejours (2011), mas nas demais esferas de reconhecimento proposto no modelo tripartite proposto por Honneth (2009) composto por: afetos e a autoconfiança; leis e direitos; e a solidariedade social e autoestima.

As retribuições derivadas das várias tipologias de reconhecimento foram reconhecidas como gratificações simbólicas com o potencial de vincular os presidiários e ex-presidiários ao trabalho, apesar de suas dificuldades, estabelecer laços sociais profícuos e solidários, fornecer subsídios para a ressignificação identitária, construção de espaço político e democrático e, por fim, as bases para a emancipação social dos presidiários e ex-presidiários.

O trabalho está estruturado em sete capítulos com intuito de contextualizar as informações e organizar os dados coletados e interpretados. O primeiro capítulo foi dedicado a um breve histórico do trabalho, haja vista sua centralidade para o homem, e a construção e a integração de laços sociais. O trabalho é, então, analisado em suas diversas facetas, desde as edificadoras às perversas, chegando-se ao modelo de trabalho atual precarizado e exploratório. Por fim, a economia solidária é abordada em seu conceito e como promessa de trabalho-vivo, emancipador e solidário.

O capítulo dois aborda os conceitos da Psicodinâmica do Trabalho e estabelece relações de semelhança entre a crítica proposta pela economia solidária e a dejouriana ao trabalho sob a égide do capital. Ainda neste capítulo, são explanados os estudos que contemplam perspectiva, enfoque e objeto semelhante ao presente trabalho, expondo-se o método adotado e os resultados encontrados. Em seguida, o capítulo três remonta o contexto presidiário do

Brasil, apresenta dados alarmantes e discorre brevemente sobre as atuais políticas e leis de ressocialização de presidiários e egressos.

Já o capítulo quatro descreve o método empregado na pesquisa e cada uma de suas etapas, desde a pré-pesquisa à análise dos dados. O capítulo cinco apresenta os dados da pesquisa, organizados em tópicos e subtópicos, de acordo com cada uma das etapas da coleta e análise dos dados. Por fim, o capítulo seis foi dedicado à análise dos resultados face ao exposto nos três capítulos iniciais, respondendo ao objetivo geral e cada um dos específicos.

A perspectiva de análise obedece a um eixo condutor interpretativo que se inicia na avaliação geral do real e prescrito do trabalho, segue para as dimensões da mobilização subjetiva, estabelece relações entre a cooperação na PdT e na economia solidária, verifica o sofrimento e prazer no trabalho e, finalmente, averigua os tipos de reconhecimentos identificados e seu impacto para a subjetividade e emancipação social. Já o capítulo sete encerra o estudo extraindo-se os achados mais significativos, as limitações da pesquisa e apresenta propostas para expansão do conhecimento nesse campo de trabalho que é, a um só tempo, de suma relevância socioeconômica e lamentavelmente negligenciado dentro das pautas de pesquisa.

Capítulo 1 - Histórico e Crítica ao Trabalho

A perspectiva conceitual dessa dissertação tem como eixo estruturante a concepção marxista de trabalho como a ação humana que transforma a natureza para atender suas necessidades (Marx, 1983). Naturalmente, o homem é constituído por uma base biológica limitante porque sozinha não encerra comportamentos mais adequados e tampouco o adapta a seu ambiente (Berger e Luckmann, 1972). É necessário que ele reconstrua e signifique e crie conhecimentos palpáveis sobre tudo o que se encontra ao seu redor.

Nesse sentido, o sujeito subsiste e apenas torna possível sua manutenção por meio da acomodação da natureza a si próprio. O trabalho não está, necessariamente, contido no ciclo repetitivo vital da espécie, mas é pelo seu potencial transformador que o homem cria coisas a partir do que extrai da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados (Woleck, 2002). Para Marx e Engels, “... *o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material*” (1974, p. 19).

Para além de a atividade laboral ser fonte de experiência psicossocial, ela ocupa também importante espaço e tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea. O trabalho surge não apenas como meio para a satisfação das necessidades básicas, mas como fonte de identificação, de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, e de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade (Navarro e Padilha, 2007).

É inegável a centralidade do trabalho ao homem como fonte de transformação de sua realidade, sendo ele produtor de identidade, bem-estar e elo social (Cattani, 1996). No entanto, o trabalho, seus sentidos, conceitos e práticas estiveram sujeitos à época e ao contexto político, e socioeconômico do homem. Para se tratar do trabalho na atualidade, faz-

se necessário rever, brevemente, seus significados e o caráter plural das múltiplas significações que assumiu e, porventura, ainda assume.

Como ponto de partida a um breve histórico do trabalho, parte-se da origem etimológica do termo, advinda do latim vulgar *tripalium*, sendo ela uma ferramenta elaborada com três paus afiados e ponta metálica, utilizada para o processamento dos cereais. Tal rude manuseio também era empregado como fonte de tortura e castigo, associando-se a palavra *tripaliare*, igualmente do latim, significando torturar sobre o *tripalium* (Bueno, 1988). Esse significado perpassou séculos povoando o imaginário social vinculando o sentido de trabalho ao sofrimento e tortura.

Na Antiguidade, o trabalho associava-se à perda da liberdade, e pertencia apenas àqueles escravos cativos, presas de guerra, devedores, entre outras situações que enquadravam o homem à obrigatoriedade de ceder seus serviços como saldo de dívida, ou pela desonra da derrota. Com isso, seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. Para Kurz (1997, p. 3) o homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade.

Contudo, na Grécia antiga, já existia a contradição na essência da concepção de trabalho, podendo ser designado ora como *ponos*, referência à penalidade; ora como *ergon*, alude à criação, obra de arte (Woleck, 2002). A dicotomia entre ambas as instâncias permanece até a atualidade, dependendo do tipo, lugar, e condições do trabalho.

Na Idade Média, a perspectiva do trabalho como algo maldito e sofrível permaneceu até próximo de seu final, tendo como um de seus sustentáculos o próprio pensamento religioso hegemônico da época, vislumbrado na máxima judaico-cristã “Comerás o pão com o suor de teu rosto” (Gn, 3:19), denotando que não haverá alimento e, logo, subsistência, se não houver suor no rosto. Em outras palavras o sofrimento e a fadiga cabem novamente aqui como

derivado imprescindível à transformação da natureza em existência humana, pela via do trabalho.

Apenas no final da Idade Média, com as transformações da distribuição de terra, organização social e o surgimento de novas classes econômicas o estigma negativo do trabalho passou a incorporar novas significações no imaginário social. No mesmo período, um evento mudaria estrutural e radicalmente as concepções sobre o trabalho: a reforma protestante (Woleck, 2002). De instrumento de tortura, ele passa a ser o meio para a salvação e o cumprimento da vontade divina.

Para Weber (1967), a mudança do paradigma cristão - introduzida pelo calvinismo – onde Deus não predestina apenas um seletivo grupo à salvação, mas garante a todos que a buscam através do suor diário e do êxito profissional, ditaria a subsequente transformação social dando origem à burguesia. Deste modo, o trabalho passa a ser tido como algo sacro e fonte incessante de dignidade – haja vista seu suposto potencial de transformação da miséria em riquezas e mudança do transcurso da sorte do homem. Em outros termos, a opulência financeira representava uma comprovação da bênção divina; enquanto que a pobreza era vista como um sinal de desgraça e os pobres como culpados pelo próprio infortúnio (Júnior, 2008).

Já na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, a transformação da natureza em desenvolvimento incessante de novas fontes produtivas impulsionou a técnica e a ciência, condenando o ócio e sacralizando, ainda mais, o trabalho e a produtividade (Kurz, 1997). Desse modo, Kurz assinala a conversão do trabalho em uma atividade compulsiva e incessante, uma vez que a servidão passou a ser sinônimo de liberdade; e a liberdade, de servidão. As bases para o capitalismo foram irremediavelmente lançadas e, passo a passo, o trabalho como *ethos* social e humano conformou-se aos ditames capitalistas. Entretanto, retirar o estigma de maldição do trabalho e involucrá-lo com sentidos sacros e libertários, não tornou sua experiência menos sofrida.

Desde a revolução Industrial de XVIII, particularmente nas últimas duas décadas, a sociedade moderna e contemporânea presenciaram fortes transformações políticas e socioeconômicas que repercutiram em transformações radicais nos modelos de trabalho e produção (Antunes, 2006; Castells, 1999), culminando no que se tem cunhado a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução da Tecnologia da Informação (Castells, 1999).

No século XIX, a fábrica torna-se singular elemento de incorporação do ideário capitalista. Simboliza não somente o a mecanização do ferramental tecnológico e do modelo de gestão do trabalho, mas principalmente a apropriação dos saberes de todo o processo de produção, antes pertencente ao artesão (Decca, 1988). Temos, portanto, o assujeitamento do indivíduo à norma de produção fabril imposta por modelos mecanicistas e tolhedores da subjetividade humana.

Ao analisar a divisão do trabalho social, Durkheim afirma que o artesão e o pequeno industrial que dominam a arte de exercer sua profissão, e resistem à corrente geral fabril, perseverando obstinadamente em suas modestas empresas, *“cumprem tão bem com o seu dever quanto as grandes indústrias que se alastram pelo mundo e reúnem sob suas ordens todo um exército de operários”* (1999, p.16). Tal como sugerem Navarro e Padilha (2007), a tecnologia passa a ser vista como mais uma forma de controle social onde a técnica deve ser compreendida como instrumento de manutenção do controle e hierarquia do capital, onde o tempo útil é o tempo de trabalho dentro da relação tempo *versus* dinheiro. Do mesmo modo, a tecnologia e a ciência criam uma falsa realidade de melhor produção e entrega de serviços.

A partir dos anos 70, o capitalismo passa por uma reestruturação que ocorre no âmbito do processo de globalização, o que induziu a mudanças qualitativas nos planos produtivos e político-ideológico. (Toni, 2003). Antes disso, viveu-se os chamados trinta anos dourados do capitalismo – demarcados por forte crescimento econômico e conquistas sociais e trabalhistas, particularmente no dito Primeiro Mundo (Borsoi, 2011; Castel, 1998).

É a partir da reestruturação do capitalismo, durante o século XX, ocasionado tanto pela revolução tecnológica e informacional, como pela estruturação de modelos de gestão do trabalho, tais como o taylorismo, fordismo e toyotismo, que o trabalho conhece a máxima de sua precarização tal como compreendido nos modelos atuais.

Deste modo, torna-se evidente o serviço da tecnologia ao capitalismo, mas e quanto aos modelos de organização do trabalho? O taylorismo foi responsável pelo aprofundamento da divisão do trabalho em atividades mínimas e nucleares - não com o intuito de aprimorar o desempenho do trabalhador ou a qualidade do trabalho - mas para submeter as tarefas ao pleno controle da gerência (Navarro e Padilha, 2007), e o sujeitamento absoluto do indivíduo ao *modus operandi* imposto e ceifar a expressão de sua singularidade no exercício da labuta diária.

O fordismo mantém as características do taylorismo e aprofunda-as introduzindo a linha de montagem e uma nova forma de gerir os trabalhadores a partir de incentivos como aumento dos níveis salariais (Navarro e Padilha, 2007). O modelo taylorista-fordista impôs uma divisão rígida de trabalho, concentrada na fragmentação de tarefas e ausência de qualquer tipo de autonomia e iniciativa (Borsoi, 2011) dos trabalhadores impossibilitando, com isso, toda e qualquer manifestação de sua identidade no trabalho.

Inevitavelmente, o trabalho alienado ao sujeito, objetificado na execução mínima, repetitiva e maquinal de movimentos corpóreos, extirpada da subjetividade do trabalhador que o desempenha, provoca fadiga, exaustão e o adoecimento físico e mental do sujeito. Assim como indica Borsoi “... *o modelo fordista de organização do trabalho conduz o trabalhador à mortificação tanto física – pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos – como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade monótona e sem sentido.*” (2011, p. 123).

Apesar de anteriores a todo o processo de transformação do trabalho aos moldes atuais, Marx e Engels viveram na Europa no século XIX, e já eram capazes de estabelecer críticas contundentes ao capitalismo que permanecem vívidas até os dias de hoje. Afirmam que desde o seu surgimento, o capitalismo criou o aprofundamento abissal de contradições sociais e econômicas inerentes ao seu modelo de produção, criando pequenas ilhas de riqueza em meio a oceanos de uma pobreza que vive marginalizada e refém de sobras. O trabalhador decai à condição de mercadoria e se torna tão mais pobre e pequeno quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O capitalismo traz a exacerbada valorização do mundo das coisas, no mesmo fluxo da desvalorização dos homens (Marx e Engels, 1989b).

O capitalismo acarreta uma série de contradições: ao mesmo tempo em que o trabalho é fonte de humanização e sociabilidade, sob a lógica do capital, pode se tornar degradado, alienado e estranho. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender às necessidades do capital. Marx e Engels (1898a) intitulam duas formas de trabalho: o trabalho concreto que busca a satisfação de uma necessidade e trava relações entre o homem e a natureza, e cria valor-de-uso; e outro abstrato, desinvestido de consciência, sendo ele estranho e fetichizado, criando valor-de-troca, conforme aponta:

“O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida como fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana.” (1898a , p.208).

O trabalho só é trabalho quando o sujeito está presente na atividade que desenvolve, investindo-se de sua consciência e de suas capacidades únicas para modificar a natureza em bens que atendam às necessidades do homem. O trabalho que cria apenas valor-de-troca consiste na venda de parcelas de vida humana sem identidade, desindividualizada, podendo

ser qualquer um para desempenhar uma ação reduzida e medíocre e que, por pouco exigir do trabalhador, muito lhe subtrai. Assim como constatou Mészáros (2015), o capital desprovido de orientação humanamente significativa assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca.

Assim como observou Cattani (2004), o capitalismo ordena uma lógica de funcionamento que consiste em organizar o trabalho humano para produzir mercadorias que serão vendidas por valor maior que seu custo. Do trabalhador, extrai-se a mais-valia, que é igualmente, o “mais-poder”. Deste modo, organiza não somente a produção, mas toda a sociedade “... *subjugando as diferentes lógicas sociais a uma lógica mercantil, produtivista e concorrencial. Para tanto, fazem-se necessários a coerção e o disciplinamento da força de trabalho*” (Cattani, 2004, p.94).

Nesse sentido, Antunes (2006) observa que:

“A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza criando-se uma monumental "sociedade do descartável", condição para o sistema social do capital.” (p.171).

Na mesma direção de Antunes, Durkheim constata a relação direta entre o aumento daquilo que denominou “imoralidade coletiva” (suicídios, toda sorte de criminalidade, e fenômenos mórbidos) com o aumento das indústrias: “É nos grandes centros industriais que os crimes e os suicídios são mais numerosos” (1999, p.15). Portanto, pode-se concluir que o trabalho sob a égide do capital não apenas vulgarizou e destruiu a condição que torna o homem um ser social; ele igualmente corrompeu a sociedade e criou crises generalizadas em termos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Afinal, quais as vantagens dos padrões deletérios de trabalho e existência que o capitalismo acarreta? Onde o capitalismo e o neoliberalismo mais prosperam há situação de pleno

emprego e bonança? Infelizmente, não. Por onde passa, este modelo econômico cria o rastro de pobreza e desigualdade o que aprofunda, ainda mais, a submissão do trabalho ao capital, e os prejuízos que impõe. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva acarretaram um monumental desemprego, enorme precarização do trabalho e degradação crescente na relação metabólica entre o homem e a natureza (Antunes, 2006).

Ao analisar a forma flexibilizada de acumulação capitalista, Antunes (2001) observa alguns importantes desdobramentos ao mundo do trabalho que implicaram em impactos na lógica societal, a saber: enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado; aumento significativo de trabalho feminino que alcança mais de 40% da força de trabalho em países desenvolvidos, mas que tem sido incorporado no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho nos países centrais; e inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, principalmente em países asiáticos e latino-americanos.

Como forma de resistência e pressão, desde o século XVIII, as entidades de classe e trabalhadores unem-se em torno de sindicatos na defesa de seus direitos e condições laborais. No entanto, o desencanto é generalizado. A corrupção da práxis do trabalho como categoria central à vida humana não atinge meramente os direitos e subjetividade do trabalhador. Os danos são tão profundos que subverteram a concepção da realidade humana, o ideário sindical e suas formas de organização na luta contra o capital.

Desde os anos 1980, o sindicalismo vem-se configurando como um sindicalismo de negociação e que aceita a ordem do capital e do mercado, abandonando a luta pela emancipação social, sendo o debate do movimento concentrado no universo da agenda e do ideário neoliberal (Antunes, 1997). Na mesma direção, Kurz (1997) sinaliza que o movimento operário foi capaz de conduzir à emancipação capitalista dos trabalhadores, mas fracassou em levá-los à sua emancipação social. Por fim, Offe (1989) sinaliza que o trabalho no capitalismo

perdeu o seu papel associativo e a proteção política, uma vez que preconiza o racionalismo imposto pelo capital, e, precarizado, deixou de se constituir em categoria sociológica chave.

Não obstante, a despeito de todas as metamorfoses a que o trabalho passou desde a Idade Antiga à contemporaneidade, passando por sentidos diversos – do sofrimento à dignificação, ao sofrimento X prazer - as pessoas continuam ancorando sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em desemprego. O trabalho é fonte de renda da maioria da população mundial, assim como também é fonte de saúde psíquica e social. Tanto o trabalho quanto sua ausência (desemprego ou aposentadoria) perpassam todas as esferas da vida humana representando um intenso paradoxo na díade sofrimento e prazer.

Conforme observado anteriormente, apesar da subordinação da força de trabalho ao capital, e a todas às mazelas que ele encerra, vive-se uma situação assustadora de desemprego estrutural e vulnerabilidade social. No Brasil, desde 1998, o desemprego encontra-se acima de 9% do total da força de trabalho, sendo o desemprego estrutural (pressão contínua por demanda de trabalho) a taxa de desemprego alcança 27% (Antunes e Pochmann, 2007) Nos últimos anos, a taxa de desocupação tem alcançado níveis alarmantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2017). Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) indicam que 14,2 milhões de brasileiros estão em situação de desemprego, com aumento de 1,8 milhão em relação ao ano de 2016. Com apenas 88,9 milhões de pessoas ocupadas (empregadas no setor público ou privado, domésticas, servidores públicos, conta-própria, empregador, etc.), os dados de desemprego registram um recorde negativo desde 2012, conforme registrado pelo órgão.

Inevitavelmente, a crise econômica e política do País impactam diretamente na existência de oportunidades de trabalho e emprego, segregando e marginalizando um contingente ainda maior de brasileiros que vivem à deriva do acesso às condições básicas de subsistência. Segundo os dados da referida pesquisa, o número de empregados com carteira de trabalho

assinada no primeiro semestre de 2017 foi de apenas 33,4 milhões de pessoas, perfazendo apenas 37,5 % de todo o contingente de ocupados no País. Em relação ao ano passado, o recuo foi de aproximadamente 1,2 milhões de baixas de carteiras em diferentes postos de trabalho.

Vale ressaltar que a condição de desemprego afeta mais agudamente as famílias de baixa renda, vulnerabilizando sobremaneira as condições básicas de subsistência dessa camada, tendo em vista a baixa escolaridade e a informalidade às quais estão suscetíveis. Para Antunes e Pochmann (2007), se no passado a pobreza e o desemprego esteve concentrado entre crianças, idosos, doentes, portadores de necessidades especiais, etc., nas duas últimas décadas, uma nova forma de reprodução da pobreza tem surgido no âmago do mercado de trabalho: é ela a pobreza dos desempregados e ocupações precárias.

Tal cenário indica, ao mesmo tempo, a potência destrutiva e a fragilidade do tradicional modelo capitalista de relação de trabalho, demarcado pelas constantes ameaças, ora de trabalho precarizado, ora da assustadora sombra do desemprego. Para Singer, *“...pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a ‘flexibilização’ de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos”*. (2002, p.110).

Neste caldeirão fervilhante de mazelas socioeconômicas, pobreza e desigualdade se retroalimentam intensificando os abismos entre a produção de riquezas e sua distribuição. Cattani e Cimadamore (2007) lembram que a simples descrição histórica de diversos países da América Latina demonstram que seu crescimento econômico não se traduziu em significativa diminuição da pobreza pelo simples fato de que o estoque de bens é propositalmente distribuído de forma iníqua, concentrando-se inercialmente os lucros nos mesmos grupos reduzidos da população.

A pobreza, a desigualdade e a marginalização jamais serão problemas resolvidos por quem as cria, mantém e, perversamente, as reproduz. Para além do trabalho morto, precário, assujeitado, flexibilizado e sofrido, o capitalismo trouxe, à jusante, o desemprego o assustador incremento de chagas sociais em níveis assustadores, resultando na *“corrosão do caráter dos indivíduos, sobretudo das qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de solidariedade e identidade.”* (Cattani e Cimadamore, 2007).

A Economia solidária e o trabalho cooperado

A presente crítica ao capitalismo tampouco visa dar abertura ou legitimar o modelo econômico que lhe é antagonista por excelência – o socialismo. Concordamos com Santos e Rodríguez (2002) de que os sistemas socialistas centralizadores não oferecem uma alternativa emancipatória ao capitalismo, sendo que a crise de ambos os sistemas criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas.

No bojo do caos das relações humanas e de trabalho, surge um movimento de protesto e resistência como forma de concretizar as lutas sociais e impedir a desconstrução dos direitos sociais e avanço das variadas formas de precarização do trabalho pela via do capital: a economia solidária. Esse arranjo de produção e organização do trabalho visa criar alternativas aos efeitos excludentes do capitalismo a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e baseada na propriedade solidária.

Contudo, como bem lembram Santos e Rodrigues (2002), o pensamento e a prática cooperativa modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. Pode-se dizer que as primeiras cooperativas surgiram nos idos de 1826 na Inglaterra como reação à massiva pobreza que surgiu como resultado da conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. O que vemos, é

o surgimento do contra-movimento ao capitalismo ainda em fase embrionária. Suas contradições e efeitos perniciosos logo foram testemunhados e a ânsia pelo vislumbre e prática de alternativas já era uma realidade.

Em 1844, também na Inglaterra, surge o modelo contemporâneo de cooperativismo com as cooperativas de consumidores de Rochdale, cujo objetivo preliminar foi a “oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores” (Santos e Rodrigues, 2002, p. 33). No âmago das revoltas e protestos devido às condições desumanas de trabalho em fábricas francesas, surgem em meados de 1923, as primeiras cooperativas constituídas por operários que decidiram administrar coletivamente suas próprias fábricas.

Como prática econômica, desde suas origens, o cooperativismo fora representado em sete postulados pelos pioneiros de Rochdale, que tem orientado e inspirado diversas iniciativas em todo o mundo como estratégias alternativas de produção ao capitalismo (Santos e Rodrigues, 2002). São eles: o vínculo aberto e voluntário (as cooperativas não segregam ninguém, estando sempre abertas a novos integrantes); o controle democrático dos membros (as decisões são tomadas pelo coletivo); a participação econômica dos membros (tanto como proprietários solidários, quanto na distribuição de proventos); a autonomia e independência em relação ao Estado e outras organizações; o compromisso com a educação continuada com os membros da cooperativa; a cooperação entre cooperativas; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade local na qual está inserida a cooperativa.

Por mais de dois séculos, diversas experiências multiplicaram-se em todo o mundo, criando associações e agrupamentos de trabalhadores regidos por princípios associados ao pensamento libertário e utópico (Cattani, 2009). No Brasil, a economia solidária passa a tomar fôlego por volta da grande crise de 1981/83, e nas duas décadas subsequentes (décadas

perdidas), quando diversas indústrias entram em processo falimentar. Na iminência do desemprego, os trabalhadores passam a adquirir a massa falida e o patrimônio dos antigos empregadores para gerirem coletivamente e, assim, preservarem seus postos de trabalho (Singer, 2002).

Em seguida, a economia solidária passou a ganhar volume e se expandiu a partir de entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e de economia solidária, entre outros (Lima, 2013). No braço político e institucional, é criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) como forma de reconhecimento, legitimação, fortalecimento e disseminação da “outra economia” no País.

Em termos conceituais, o presente estudo reconhece a multiplicidade de definições que recebe a terminologia “economia solidária”, bem como “cooperativismo tradicional” ou “cooperativismo popular”. Não é mérito de investigação a questão terminológica e tampouco a diferenciação entre os conceitos, pois pouco ou nada agrega ao mérito da análise do trabalho de presidiários e ex-presidiários em cooperativa de produção do Distrito Federal. Desta feita, aporta-se o entendimento de economia solidária definido por Paul Singer e o conceito de cooperativismo popular definido por Cançado (2005) por estar mais próximo da modalidade foco do estudo.

Neste sentido, Singer (2003) entende a economia solidária como as iniciativas de produção, distribuição e consumo organizadas por agrupamentos de trabalhadores que criam empreendimentos constituídos por posse coletiva, sendo autogeridos de forma democrática pelo conjunto de seus sócios, onde os ganhos são repartidos segundo os critérios de justiça distributiva. Singer (2002) ainda ressalta que o empreendimento solidário nega a máxima capitalista da separação entre trabalho e a posse dos meios de produção. Seu capital é

possuído por aqueles que nela trabalham, e apenas por eles. Contrariamente ao capitalismo, sua função não é dar o máximo lucro aos seus proprietários e investidores, mas fundir seu capital de forma igualitária entre todos os seus trabalhadores para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela.

Geralmente, são administradas por sócios eleitos e estes, por sua vez, pautam-se pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais, sendo sua finalidade básica a geração de trabalho de forma quantitativa e qualitativa. Em termos econômicos, não existe o lucro, haja vista que sua receita não é distribuída de acordo com as cotas de capital. A cooperativa trabalha com a lógica de excedentes, ao qual se dá o nome de sobras, e sua destinação é definida pelos trabalhadores em assembleia onde, em geral, parte dela é destinada ao reinvestimento que pertença ao coletivo de todos os sócios, fundos de educação ou social, entre outros (Singer, 2002).

Já as cooperativas populares foi definida por Cançado (2005) como organizações de grupos populares, regidas pela autogestão, sendo a coletiva a propriedade dos meios de produção e integra três dimensões: econômica, social e política. Segundo a SENAES (MTE, 2012), são Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) todas as formas de trabalho, associado ou cooperado, organizados em empresas autogestionárias ou recuperadas, assim como redes de produção, comercialização e consumo, e os grupos informais e clubes de trocas. Além disso, SENAES elegeu e explanou os quatro princípios primordiais da economia solidária, os quais serão tratados em maiores detalhes, a seguir, como meio para a elucidação dos objetivos do estudo, assim como para lançar bases à comparação dos pressupostos da economia solidária com a Psicodinâmica do Trabalho, abordada no capítulo subsequente. São eles a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade.

Por cooperação compreende-se a existência de objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades em torno de ações conjuntas que promovam o bem comum, a propriedade

coletiva, a partilha justa dos resultados e a responsabilidade mútua solidária. A autogestão ganha aqui um caráter e importância singulares por permitir que os participantes dos empreendimentos exercitem a gestão e participem da tomada de decisão de forma democrática, estando à frente das definições estratégicas e cotidianas da organização, bem como na coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

A dimensão econômica pressupõe a junção dos esforços e recursos pessoais, e de outras organizações, para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Ainda, engloba a viabilidade econômica, em conjunto com os aspectos culturais, ambientais e sociais. Por fim, a solidariedade é transversal e perpassa cada ato da organização. É manifestada em várias vertentes como na justa distribuição dos resultados alcançados, no bem-estar e respeito aos trabalhadores e consumidores, nas oportunidades de trabalho, educação e melhorias nas condições de vida, no compromisso com o meio-ambiente integrando-o de forma holística e sustentável, no estabelecimento de relações saudáveis e benéficas com a comunidade local, regional e nacional, e na integração com demais movimentos sociais e populares que promovam a emancipação dos indivíduos.

Tais princípios postulam uma série de valores e práticas que promovem, de forma concreta, a emancipação tanto individual quanto coletiva do sujeito e de sua comunidade. Ao pressupor autonomia, educação, e o bem-estar social de seu entorno, as cooperativas vislumbram a inserção de um modelo de produção que seja agregador e edificador dos vínculos sociais e do tornar-se humano a partir do trabalho. Ela reconhece a categoria central do trabalho ao homem e vai além: identifica-o como sujeito único, dotado de potencialidades e subjetividade singulares, inserido em um contexto não apenas econômico, mas em todas suas vertentes, social, política e ambiental.

Com a mesma compreensão de Singer e os princípios expostos pela SENAES e, de modo conclusivo, Cattani aborda a economia solidária como:

“Não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim propositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho e, através deles, de criação de uma nova sociedade. Não se trata, igualmente, de algo transitório, simples estágio prévio à entrada na economia “normal”. [...] a socioeconomia solidária, economia do trabalho, novo cooperativismo, empreendimentos econômicos solidários e, ainda, empreendimentos autogestionários que, por sua vez, remetem para um conjunto de conceitos estranhos à economia convencional (cooperação, dádiva, moeda social, redes solidárias, trabalho emancipado e outros).” (2004, p. 100).

No Brasil, o cooperativismo popular tem particular sentido por gerar trabalho e renda para milhares de pessoas entre aquelas marginalizadas e mais vulneráveis aos resultados predatórios da economia dominante. São eles os pobres da zona urbana e rural, desempregados, excluídos de várias origens e sem acesso aos meios de sobrevivência dentro da economia capitalista. Em sua maioria, são pessoas que estiveram submetidas aos processos castradores e deletérios da submissão e sujeição àqueles em estrutura hierárquica maior; poucas oportunidades e condições para educação e, possivelmente, estiveram submetidas a esquemas de competição perniciosos para a mera manutenção da sobrevivência. Em outras palavras, vivenciaram exatamente a antítese do que preconiza a economia solidária.

Apesar de altamente promissor, o modelo proposto de trabalho, coexistência, relações humanas, vínculo social, comunitário e ambiental enseja enormes desafios à sua plena aplicação e vivência estando no âmago do capitalismo. Como bem observou Cattani (2009), é necessário estudar e analisar os potenciais e, principalmente, os limites da economia solidária para que não sejam criadas ilusões nem vendidas falsas promessas. Desnecessário dizer que a economia solidária, seja o associativismo ou cooperativismo, ainda atravessam percalços em seu desenvolvimento e tampouco chegaram a ser predominantes em qualquer parte do mundo “capaz de resistir aos ataques provenientes tanto das teorias do socialismo, quanto do liberalismo individualista” (Santos e Rodrigues, 2002).

Como era de se esperar, o capital logrou corromper até os instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. Tal como observou Cattani (2009), o capital vêm, em escala global, criando falsas cooperativas como método de

flexibilizar e precarizar ainda mais o trabalho. No Brasil, é possível testemunhar centenas de “cooperativas” com esquemas de trabalho ora com patronato, ora com pagamentos de salários ou diárias; além da exclusão da dimensão econômica e, por vezes, da própria cooperação e solidariedade. Conforme apontou Antunes e Pochmann (2007, p.201) “...*verdadeiros empreendimentos patronais para destruir direitos sociais do trabalho e precarizar ainda mais a classe trabalhadora são denominados frequentemente, pelos capitais, como ‘cooperativas’*”.

Para Gaiger (2003), as iniciativas solidárias vivem um momento de ebulição, ao mesmo tempo que de debilidade, em que precisam lidar adaptativamente às condicionalidades impostas pelo capitalismo para sobreviverem e criarem uma lógica de funcionamento composta por práticas efetivas de intercâmbio econômico, principalmente quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes. Afinal, como criar um nexos ao trabalho oposto ao capitalismo, vivendo em suas entranhas? Naturalmente, muito de suas contradições seriam e serão aportadas pelos modelos econômicos alternativos, ainda em desenvolvimento.

Não obstante, é também verdade que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, possuem prática incomparavelmente mais autônoma e menos despótica do que aquela identificada no arbitratismo fabril e no planejamento gerencial, constituindo-se em mecanismos concretos de diminuição do caos social e do desemprego estrutural (Cattani, 2007). Igualmente, Gaiger (2003) afirma que a economia solidária favorece aos trabalhadores sua emancipação por serem os detentores dos saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais - realimentando matrizes econômico-produtivas dotadas de alta racionalidade social.

Por fim, é possível concluir que a economia solidária não é a panaceia ao trabalho capitalista. Muito longe de se constituir como método exclusivo de enfrentamento e luta contra a precarização - não apenas trabalho, mas dos padrões de consumo, comercialização e vivência

– a economia solidária aponta por caminhos alternativos e soluções ainda em construção que visem garantir a sobrevivência no “agora” enquanto novos roteiros são trilhados à deriva, e ao mesmo tempo, no seio do capitalismo.

Capítulo 2 – Psicodinâmica do trabalho e suas interfaces com a economia solidária

O presente capítulo pretende planificar, brevemente, os pressupostos teóricos e conceituais da Psicodinâmica do Trabalho (PdT) com vistas a identificar as semelhanças em termos da crítica ao trabalho contemporâneo no capitalismo, consonâncias e diferenças com a economia solidária bem como apresentar estudos análogos que convirjam em integrar a Psicodinâmica do Trabalho como ferramental para estudo de organizações do trabalho que antevejam a economia solidária e seus princípios como modelo alternativo ao capitalismo. Deste modo, pretende-se, aqui, caracterizar e fundamentar a eleição da PdT como abordagem teórica que lançará as bases para a análise da organização do trabalho cooperado no empreendimento “Um Sonho de Liberdade”.

A Psicodinâmica do Trabalho desempenha papel singular tanto nas ciências sociais quanto no mundo da saúde mental. O aporte conceitual, filosófico e prático que a teoria trouxe à práxis e entendimento do trabalho colocou luz sobre anos de normalizações de toda sorte de sofrimento experienciado no trabalho. A teoria dejouriana dissecou o *modus operandi* da prática laboral, seja ela no chão de uma fábrica, ou nos altos cargos executivos, e revela seus matizes e contradições.

Assim como Marx, e tantos outros teóricos do trabalho, Dejours reafirma a tese de centralidade do trabalho na formação do *ethos* social, “... pois trabalhar não é tão só produzir: trabalhar é ainda viver junto” (2011a, p. 26). Ele ainda destaca o elemento essencial do trabalho como locus principal ao aprendizado da democracia; porém, se a renovação do viver junto fracassar, o trabalho pode ser um potencial destruidor da democracia, e veículo de difusão do cinismo e do cada-um-por-si (Dejours, 2011a).

Demais estudiosos brasileiros da PdT reafirmam a centralidade do trabalho. Mendes (2012) posiciona-o como atividade social que requer a existência do outro no fazer juntos, sendo

promotor de laços sociais e da costura entre a realidade e os sistemas simbólicos de cada sujeito, e identifica o trabalho não somente como uma atividade, mas um composto de várias dimensões – cultural, social, econômica e política. Na mesma direção, Lancman (2011) salienta a remuneração social e a função psíquica do trabalho como um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e suas redes de significados, e enfatiza que processos como reconhecimento, gratificação e mobilização da inteligência estão ligados a constituição da identidade e da subjetividade.

O trabalho ao qual Christophe Dejours se debruça não é o trabalho de outrora e tampouco o trabalho no conceito marxiano, explanado no início do capítulo anterior. Trata-se do trabalho alienante, sem sentido, que expurga o indivíduo da possibilidade de se ver refletido em sua obra e de empregar toda sua subjetividade no exercício da labuta diária. O autor, ao mesmo tempo em que renova a teoria do sujeito e do trabalho, comunga com as críticas ao trabalho no capitalismo contemporâneo e denuncia os reflexos deletérios à saúde física e mental dos trabalhadores na atualidade.

Outrossim, Dejours observa e explana os recursos defensivos e estratégicos, ora de foro individual, ora da organização de trabalho que minimizem o sofrimento e promovam a cooperação e a emancipação do indivíduo e sua coletividade. Ainda que o trabalho possa levar ao pior, tanto no aspecto da saúde individual como no ponto de vista político, é também pressuposto de que o trabalho possa ser capaz de levar indivíduos a alcançarem condições melhores de saúde física, mental, inclusão produtiva e social. Dejours (2011b) corrobora com a revisão anterior quando afirma que as patologias da precariedade e do desemprego podem ser muito mais eloquentes que o emprego precário. Na mesma direção, o autor reconhece o trabalho como um mediador por excelência à emancipação humana, e não apenas de alienação.

Lancman (2011) igualmente sinaliza as várias formas de precarização testemunhadas na atualidade, seja ela na forma da contração, fruto do desemprego massivo, dando origem à crescente flexibilização nos vínculos frágeis de trabalho, como o trabalho informal, terceirização de serviços, oferta de trabalho autônomo, trabalhos temporários e subcontratação; a precarização das condições de trabalho que culmina na perda dos direitos trabalhistas, previdenciários e limita os mecanismos de proteção e fiscalização da saúde e riscos de adoecimento; e a precarização econômica que retira o poder de barganha do sujeito e o submete à escolha de um mau trabalho a trabalho algum.

Para estudar o trabalho sob a ótica da sua vivência física e mental, Dejours analisa seu transcurso desde o século XIX à atualidade, em um de suas obras de maior impacto “A Loucura do Trabalho”. Nela, ele realiza um apanhado sobre a (in) evolução das organizações e do trabalho, citando a luta pela redução da jornada de trabalho, a luta pela sobrevivência e a sombra do desemprego, a normalização de condições subumanas em fábricas, surgimento e esgotamento de paradigmas de organização do trabalho e produtividade, a luta pela melhoria nas condições de trabalho e por direitos trabalhistas, culminando em graves constatações sobre a realidade do trabalho contemporâneo (Dejours, 2015).

A respeito dos meios tradicionais de luta e proteção coletiva dos trabalhadores, Dejours (2011b) constata que em toda a Europa as estruturas sindicais estão em crise, sendo que todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação, e não apenas as estratégias coletivas de defesa. O processo ocorre no sentido inverso da união e da alteridade, tratando-se de um *“esgotamento da solidariedade, da exacerbação da concorrência em todos os domínios da vida e da derrocada dos elementos propulsores que motivam e fundamentam a ação coletiva.”* (Dejours, 2012a, p.29).

O trabalhador encontra-se, via de regra, em estado generalizado de medo, é submetido a práticas nefastas de manipulação pela hierarquia, é impelido a competir com os outros e

consigo mesmo, vive o cinismo, a injustiça, o fracasso frente ao real, a desesperança, suicídio no trabalho, patologias do assédio e, mais do que nunca, encontra-se em desamparo e solidão (Dejours, 2012a). Necessariamente, frente a um cenário desolador no trabalho, o sujeito padece. Renuncia seu potencial emancipador e construtor de subjetividade para ser fonte específica de nocividade para a vida mental. (Dejours, 2015, p. 29).

Quanto ao cinismo, Dejours o situa em local de destaque no contexto social, onde se estabelecem as fissuras da civilização. Ele estaria no bojo de uma ideologia que se relaciona diretamente com a dominação, sendo esta última capaz de destruir solidariedades e gerar solidão (Dejours, 2012a). Aquilo que ele propõe como solução está centrado em um trabalho que tenha como fundamento a cooperação, pois acredita que *“...não são as estruturas psíquicas individuais que são mais frágeis do que as de outrora: é a erosão das estratégias coletivas de defesa que constitui uma perda considerável de recursos para a saúde.”* (Dejours, 2011a, p.25).

A cooperação e a solidariedade seriam os elementos antagonistas à competição, ao cinismo e à solidão, tão comuns e vulgares nas organizações de trabalho. Neste aspecto, a solução dejouriana ao sofrimento e ao trabalho alienado espelha fielmente a concepção da proposta prevista pela economia solidária em constituir empreendimentos que pressuponham a cooperação e solidariedade, muito embora o termo cooperação ganhe sentidos diferentes nessa e naquela teoria; porém, harmonizam-se quanto à ideia do viver junto, preconizarem espaços de deliberação e, considerar cada singularidade na construção de um trabalho colaborativo e coletivo que enxergue a todos, mas contemple o bem comum. Já dissertamos amplamente sobre a cooperação sob a perspectiva da economia solidária. Este tema será abordado com maiores detalhes mais a frente, haja vista ser um dos objetivos específicos deste estudo.

A concepção central da PdT é de que o trabalho é o mediador central da construção, desenvolvimento, e complementação da identidade e constituição da vida psíquica, sendo o veículo entre o mundo externo e o mundo interno do trabalhador, entre o mundo objetivo e o subjetivo – podendo ser gerador ora de sofrimento psíquico, ora de oportunidade de crescimento e emancipação. Em outras palavras: *“...se o trabalho leva ao sofrimento, este mesmo trabalho pode constituir-se em fonte de prazer e desenvolvimento humano do sujeito tanto quanto no adoecimento.”* (Lancman, 2011, p.42). Nesse sentido, a PdT se opõe a visões deterministas sobre a sociedade, a política e, logo, o trabalho, vislumbrando o potencial de transformação dos sujeitos de atores passivos a agentes de emancipação, reapropriação, reconstrução de suas realidades, realização de si mesmos e fortalecimento da singularidade dos sujeitos.

Dado o exposto, passaremos das críticas e pressupostos comuns do trabalho entre a PdT e a economia solidária para tratar objetivamente das bases conceituais da Psicodinâmica do Trabalho. Entretanto, o foco da análise recairá mais fortemente sobre os conceitos-base que guiarão a análise da cooperativa Um Sonho de Liberdade, pois não é mérito deste estudo realizar uma extensiva revisão da teoria dejouriana. Dejours (2011d, p. 161) define trabalho como:

O trabalho é a atividade coordenada de homens e mulheres para defrontar-se com o que não poderia ser realizado pela simples execução prescrita de uma tarefa de caráter utilitário com as recomendações estabelecidas pela organização do trabalho.

Dejours (2012b) complementa seu conceito mais tarde incorporando o olhar clínico, onde o trabalho implica os gestos, os saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, interpretar e de reagir a diferentes situações. Também pode ser compreendido como um modo específico de engajamento da personalidade para enfrentar uma tarefa definida por constrangimentos, sejam eles materiais ou sociais. Com isso, Dejours elucidou um âmbito de suma relevância na análise clínica do trabalho – as amarras do

prescrito *versus* a vivência do real, e expõe todos os desdobramentos de ordem intersubjetiva e prática que surgem como repercussões desta contradição.

Por prescrito, pode-se compreender todo o conjunto de regras e normas impostas como o modelo perfeito para desempenho das tarefas planejadas e concebidas a priori dentro de uma organização de trabalho (Mendes, 2007). Manualizações, mapeamento de processos, e passo-a-passos constituem-se todos em fórmulas mirabolantes e amarras do prescrito com o vão intuito de alcançar o máximo da produtividade com o uso de mínimos recursos econômicos e humanos.

Já o real o trabalho desmascara a falácia do prescrito. Ele impõe sua tônica repleta de restrições, impedimentos, imprevistos, incidentes e toda a sorte de dificuldades. O real não revela sua verdade apenas ao prescrito, mas também ao saber-fazer do indivíduo, quando tudo aquilo que se considerava eficaz e correto aparece, de repente, como falso. Nas palavras de Dejours “O real é a verdade que se revela por sua negativa.” (2012a, p.39). O autor continua e denota que o real se faz verificar pela forma de fracasso, como experiência desagradável, sentimento de impotência, desamparo, angústia, dor, irritação, decepção, raiva ou desânimo.

Desse modo, o real avizinha-se em todas as etapas de cada tarefa, impondo resistências e deixando-se conhecer pelo sujeito pela via do afeto. Desse modo, é sempre afetivamente que o sujeito prova o real na prática diária de seu trabalho como forma de sofrimento, experienciando ao mundo e a si próprio (Dejours, 2012b). Tal sofrimento é o ponto de partida para ressignificar o prescrito, sendo ele a proteção da subjetividade como força motriz à superação da resistência do real. Frente ao distanciamento entre o real e o prescrito do trabalho, o sujeito passa por um processo de negação da realidade (Dejours, 2011d) que requer tempo de introjeção do vivenciado, dilatação, desdobramento e reexpansão da subjetividade, culminando na sua revelação, ampliação e transformação (Dejours, 2012b).

Dejours (2012a) acredita que nenhum tipo de organização, serviço ou ateliê em que os trabalhadores sigam à risca o prescrito poderá ser sucesso, pois nada funciona quando aplicado integralmente os passos previstos em uma operação padrão – a produção entra em colapso. Os trabalhadores precisam zelar e implicar-se nas suas tarefas para se sobrepor ao real e imbuir a subjetividade no trabalho. É neste bojo que o zelo ao trabalho faz-se necessário, constituindo-se como forma de inteligência e mobilização da inteligência em ação. Para Lancman (2011), se os sujeitos não rescindirem ao prescrito, nada funciona, pois é sempre necessário ir além do que está definido na tarefa e adicionar algo para que a produção ocorra.

A este “algo” Dejours (1997) cunhou o termo inteligência prática, sendo ela o conjunto de todas as invenções, artimanhas, estratégias e astúcias que o sujeito desenvolve para transpor os limites do real e transcender o prescrito para cumprir as tarefas de modo a alcançar seus objetivos. Ela nasce do incomodo frente ao real, do sofrimento que, subjetivamente incorporado, revela-se na busca pelo prazer no desempenho do trabalho. A inteligência é manifestada em forma de habilidade, destreza, virtuosismo, e sensibilidade técnica, permitindo a integração simbiótica entre corpo e subjetividade em um continuum empírico entre o pensar o trabalho e presentificá-lo através do corpo (Dejours, 1997).

Se trabalhar é viver junto, é desenvolver-se com o outro em uma integração social, ele também enseja todos os conflitos e dificuldades pressupostos nas relações humanas dentro e fora dele. A organização do trabalho torna-se lócus eletivo para a convergência de sujeitos munidos de todos seus desejos, subjetividades, percepções de mundo e cultura. Se trabalhar é uma provação para a subjetividade que responde ao real através da inteligência, cada sujeito desenvolve formas únicas de se refletir na sua própria engenhosidade. Contudo, a confluência de modos muito díspares de aplicar as técnicas e habilidades individuais pode desestabilizar a coesão do coletivo de trabalho com discussões e conflitos.

À harmonização e a confluência das inteligências singulares de todos os sujeitos na organização, reunidas em compromissos, regras de ofício e trabalho, elaboradas pelos próprios trabalhadores, Dejours (2011b) dá o nome de cooperação. Tais acordos surgem como fruto de debates coletivos onde cada um expõe sua experiência, o saber-fazer e habilidades, de forma a indicar as contribuições individuais que, em um espaço de discussão, permitirá a escolha daquelas mais aceitáveis para a formação de um coletivo funcional de trabalho (Dejours, 1997). Ainda, o autor (2012b, p.79) afirma: “*Um trabalho coletivo só é possível se se obtiver a reunião das inteligências singulares para inscrevê-las em uma dinâmica coletiva comum.*”.

Para que a cooperação seja possível é necessário que alguns elementos no viver juntos. Dejours (2012b) define-os em cinco âmbitos e os conceitua conforme a seguir: visibilidade; confiança; controvérsia e deliberação; arbitragem; e o consentimento e disciplina. Por *visibilidade*, compreende-se a exposição que o sujeito faz de seu trabalho de forma clara e compreensível, para que todos os demais – sejam chefes, diretores, ou colegas de trabalho dentro de um mesmo nível hierárquico – e possam compreender a aplicação da inteligência prática e como se respeita, ou não, ao prescrito. A *confiança* pressupõe a lealdade, pois ambas recaem na ideia de que o sujeito se expõe e se coloca em situação de vulnerabilidade frente aos colegas e chefes ao relatar toda sua engenhosidade, as falhas de seu saber-fazer, suas imperícias, e até mesmo as infrações às regras que comete ao aplicar sua inteligência no trabalho prático.

Depois de tornadas visíveis todas as singularidades e engenhosidades, em um ambiente de confiança, dá-se vez à *controvérsia e deliberação*. Dejours afirma que é aqui que consiste a maior dificuldade da cooperação, pois requer tempo e definir o melhor *modus operandi* para todo o coletivo pressupõe eleger algum (ns) em detrimento de outros. Neste sentido, o sujeito permite-se tolher quando cede a sua própria inteligência – desenvolvida a árduas custas – e

subjetividade para que prevaleça uma inteligência coletiva, acordada entre o coletivo de trabalho.

Oportunizar tais controvérsias e deliberações requer um *espaço público para discussão*, sejam o cantinho do café, a copa, um espaço de convivência e tantos outros dentro de um ambiente organizacional que promovam o encontro entre os trabalhadores e que estes possam se sentir confortáveis em se expor, discutir sobre o trabalho, suas mazelas e fortuitos, assim como deliberar sobre algo, quando for o caso. Muitas vezes pode-se chegar a consensos entre o coletivo, outras, não. Quando alguém se recusa a se limitar para dar vazão à própria inteligência e subjetividade, acaba por vivenciar a solidão e sofrimento intolerável, podendo colocar em risco o coletivo e a cooperação. Quando a controvérsia se eterniza, a deliberação não avança, e os desacordos podem arruinar qualquer possibilidade de cooperação, sendo a única solução a arbitragem.

Tal como expresso pelo nome, a arbitragem visa por um termo às discussões e desarmonias entre o grupo, sendo realizada por alguém revestido de autoridade. Quando toma cena, a arbitragem pode engendrar frustrações, sentimentos de injustiça e ressentimentos e, igualmente, prejudicar a cooperação. O *consentimento e a disciplina* ocorrem posteriormente à arbitragem. O consentimento diz respeito à concordância do coletivo com o arbitrado e a disciplina ocorre quando não há consentimento direto de todos, tem-se o consentimento fundado na disciplina. Percorrido o processo da cooperação, surgem as regras de trabalho, compostas por referências técnicas e morais, com eficiência técnica no mundo objetivo e moral no mundo social do trabalho, onde toda regra de trabalho é, a um só tempo, regra técnica e regra de saber viver.” (Cru 1988).

Dejours (2012b) alerta que a liberdade e a confiança são condições imprescindíveis para a ocorrência da cooperação. Entretanto, a realidade que se descortina no mundo do trabalho atual é outra. O medo e a deslealdade cria um estado constante de vigilância e desconfiança

para esquivar-se dos golpes baixos desferidos pelos colegas e/ou chefias. Perdura-se a forma insolente e o cinismo nas relações. Nestes casos, resta à cooperação constituir-se em mais um artefato do medo e da barbárie no trabalho.

Sob o império do medo, muitos seres humanos são capazes de realizar proezas de zelo e de inteligência para não perderem o emprego, mesmo em um contexto no qual a confiança, a precaução, a comunicação livre e a deliberação coletiva entre colegas não são mais possíveis. (Dejours, 2012b, p.88).

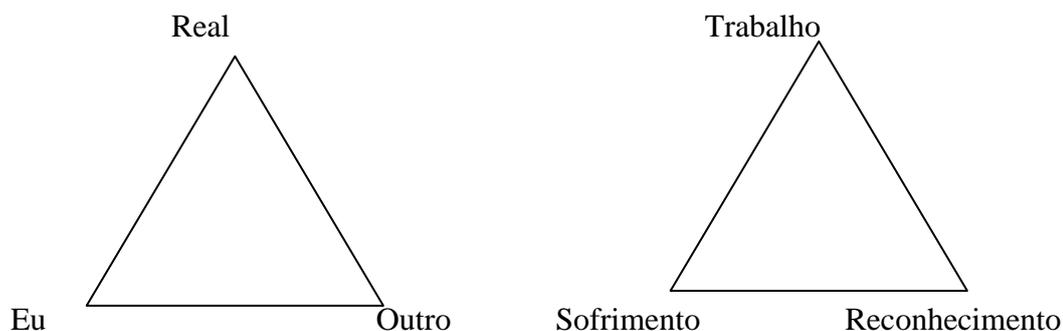
No ensejo da ocorrência de cooperação, seja ela pela via da liberdade ou do medo e opressão, prevê-se que os sujeitos cedam parcelas de sua subjetividade e de sua engenhosidade em prol dos acordos normativos para benefício do coletivo do trabalho. O sacrifício consentido, ou imposto, gera a expectativa de retribuição – não meramente material – mas a retribuição simbólica, ou moral, designada como reconhecimento (Dejours, 1993). O reconhecimento pressupõe tanto a gratidão quanto o reconhecimento da realidade da contribuição dada pelo sujeito que trabalha no real, que vivencia as imperfeições da técnica, as falhas da organização e do prescrito do trabalho (Dejours, 2012b).

A via pela qual o reconhecimento se dá passa pelo julgamento. Em termos de tipologias, Dejours (1993) identifica duas formas de julgamentos: utilidade e beleza. O julgamento de utilidade tem ligação com a utilidade econômica, social ou técnica da contribuição do trabalhador, sendo proferido pela hierarquia. Está vinculado com o desejo de ser útil e de se sentir funcional, não apenas dentro da organização, mas no mundo social. Já o julgamento de beleza é proferido pelos colegas que conhecem o saber-fazer e possuem condições de avaliar aspectos estéticos e o esmero no trabalho exercido. Relaciona-se com a validação e o pertencimento a um coletivo, ofício, ou comunidade (Dejours, 2012b).

O reconhecimento desempenha papel fundamental ao sujeito, pois possui o potencial de transformar o sofrimento em prazer, de ressignificar o trabalho alienado, de validar as impressões únicas do sujeito ao seu trabalho, transformando sua produção de trabalho morto ou estranhado a trabalho vivo, com sentido. É pela via do outro que se faz o laço social, e é

pelo reconhecimento do outro – seja em hierarquia horizontal ou vertical, que o trabalho ganha status de legitimidade, e todo sofrimento vivenciado tem a chance de ser ressignificado e recompensado.

Dejours (2011b) acredita que a relação entre identidade e trabalho é mediada pelo outro por meio do reconhecimento e estabelece uma analogia direta entre o triângulo da dinâmica da identidade, que empresta de François Sigaut (1990) com o triângulo do sujeito no trabalho, incorporado pela PdT. No primeiro, tem-se o real, o eu e o outro; no segundo, tem-se o trabalho no lugar do âmbito do “real”, o sofrimento no lugar do “eu” e o reconhecimento no lugar do “outro” – conforme ilustrado abaixo:



Neste sentido, a aquilo que dá acesso ao reconhecimento é o sentido do sofrimento vivenciado pelo sujeito no real do exercício diário do seu trabalho, em uma integração contínua com o outro que, quando exprime o reconhecimento, garante a oportunidade de o sujeito transformar o fracasso e o sofrimento em prazer. Dejours reconhece que a gratificação do reconhecimento é apenas de ordem primária, sendo a gratificação identitária mais consubstanciada, pois se encontra no núcleo da armadura estrutural da saúde mental: *“A conquista da identidade na dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho, na essência diz respeito à realização de si mesmo no campo das relações sociais.”* (2012b, p. 108).

Conforme apontado por Lancman (2011), um dos pontos mais destacados na PdT é a importância do trabalho na formação da identidade, compreendendo-a como um processo em

contínuo desenvolvimento e vinculado à noção de alteridade. Este processo é marcado por lacunas que nunca são preenchidas, pois dependem da validação, ou do discurso do outro. É na relação com o outro, ou no viver junto, que o olhar do outro repousa sobre nós, em processo de busca por semelhanças ou diferenças, que as relações cotidianas permitem a construção da identidade individual e social. Portanto, o reconhecimento obtido no trabalho preenche partes dessas lacunas vazias, incorporando peças ao processo contínuo de construção identitária. Para Dejours (2012, p. 40):

A questão do reconhecimento simbólico é considerável, o que é compreensível. Trata-se da identidade que deseja realizar-se. É justamente porque o trabalho pode oferecer gratificações essenciais no registro da identidade que se pode obter a mobilização subjetiva, a inteligência e o zelo dos que trabalham.

Em relação à mobilização subjetiva, esta supõe dimensões indissociáveis como a inteligência prática, o espaço de discussão, a cooperação e o reconhecimento (Mendes e Duarte, 2013). Trata-se do investimento pessoal dos trabalhadores de se engajarem na construção e evolução da organização do trabalho dependendo, individualmente, da dinâmica entre contribuição e retribuição (Dejours, 2012b). Ela é o vetor de transformação da realidade do sujeito frente ao real, individual e coletivamente, em interação permanente no coletivo do trabalho.

Conforme indicado por Dejours (2011d), a relação subjetiva com o trabalho leva seus tentáculos para além do espaço da oficina, da empresa ou da fábrica e se apodera de todos os demais espaços; logo, trabalhar jamais será neutro para a saúde, sobretudo à saúde mental. A dinâmica saudável, fecunda e profícua de uma sociedade passa pela via da transformação de um trabalho que reconheça, legitime, valide e contribua para a construção de identidades socialmente positivas, e que reiterem os benefícios do viver junto.

Estudos no Brasil sobre a psicodinâmica do trabalho cooperado

Este tópico pretende aprofundar o olhar sobre o foco de análise e interrelação entre a Psicodinâmica do Trabalho com o escopo do trabalho cooperado, com o trabalho penitenciário e, se possível, com o trabalho cooperado em situação de cárcere. Com isso, foi realizada pesquisa na base de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com indexação de âmbito nacional e internacional, bem como na ferramenta eletrônica Google Scholar, que acessa diversas bases de dados e indexadores de produção científica como o Scielo, Lilacs e PEPsic para identificação de estudos semelhantes com o escopo da presente abordagem. Para tanto, fez-se buscas adotando combinações pareadas entre “psicodinâmica do trabalho” com algumas outras palavras-chave: “cooperativa”; “trabalho cooperado”; “economia solidária”; “detentos”; “ex-detentos”; “presidiários”; “ex-presidiários”.

Diversos outros estudos e pesquisas já se debruçaram sobre a PdT como método e abordagem de análise do trabalho em empresas capitalistas, de forma em geral, tanto no Brasil como internacionalmente. Contudo, o foco desta pesquisa versou sobre o trabalho cooperado, ou o trabalho em cooperativas de produção, pois se trata do mérito prioritário da presente pesquisa e, de forma complementar, sobre o trabalho de detentos e ex-detentos. Neste sentido, não houve quaisquer limitações quanto à busca por trabalhos de âmbito nacional ou internacional. No total, identificou-se apenas 11 estudos que, de algum modo, convergiram com o objetivo da busca. A relação dos trabalhos, e seu escopo encontram-se na tabela 1.

Tabela 1: Estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho e o Trabalho Cooperado

Escopo da pesquisa	Tema e ano dos estudos
Psicodinâmica do Trabalho e Trabalho Cooperado	Souza, T. G. (2005). Sofrimento psíquico em trabalhadores do lixo: um olhar da psicodinâmica do trabalho. Sousa, C. M. D., & Mendes, A. M. (2006). Viver do lixo ou no lixo?: A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo

	exploratório.
	Barfknecht, K., Merlo, A., & Nardi, H. (2006). Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre.
	Barros, P. D. R. (2007). Sofrimento e defesa no trabalho dos operários terceirizados da construção civil de empreiteira e de cooperativa do Distrito Federal.
	Giongo, C. R. (2013). Sofrimento silencioso: análise psicodinâmica do trabalho de suinocultores.
	Borges, M. L., Scholz, R. H., & da Rosa, G. D. F. (2014). Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentido do trabalho para sujeitos recicladores.
	Ghizoni, L. D., & Mendes, A. M. (2014). Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis.
	Oliveira, J. A. D., & Nina, S. D. F. M. (2014). Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira.
	Coelho, A. P. F. (2016). Cargas de Trabalho em Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis: estudo convergente- assistencial.
	Girelli, S., & Dal Magro, M. L. P. (2017). Saúde do trabalhador e economia solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil.
Psicodinâmica do Trabalho e trabalho em situação de cárcere	Lemos, A. M., Mazzilli, C., & Klering, L. R. (1998). Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório.

No que tange ao escopo das pesquisas, 10 estudos tiveram a convergência entre as temáticas de Psicodinâmica do Trabalho e o trabalho cooperado, ou qualquer associação com a economia solidária. Cabe mencionar que foram identificados diversos estudos que mencionaram a PdT como referência na análise do trabalho em contexto de uma cooperativa de produção, mas não como abordagem teórica de estudo do trabalho, como tampouco adotaram o método proposto na PdT para a análise da organização de trabalho e mobilização subjetiva dos trabalhadores. Portanto, esses estudos foram desconsiderados para a seleção proposta. Apenas um estudo adotou a PdT como referencial teórico para estudo do trabalho de

prisioneiros em situação de cárcere; porém, não fez parte do escopo desta pesquisa o contexto do trabalho cooperado.

Quanto à cronologia das pesquisas levantadas, observa-se que o período abrange os anos de 2005 a 2017, com exceção da pesquisa que engloba a PdT e o trabalho em situação de cárcere que remonta ao ano de 1998. Em geral, os estudos estão bem distribuídos em ordem temporal, estando mais concentrados em 2006 (2) e em 2014 (3). Contudo, pode-se afirmar que é ínfima a quantidade de pesquisas elaboradas no Brasil que adotem o arcabouço teórico-metodológico da Psicodinâmica do Trabalho em cooperativas de produção ou associações de trabalho, frente à infinidade de estudos disponíveis nas referidas bases de dados que relacionem a PdT e o trabalho em empresas que atue sob a égide do capitalismo. No que diz respeito ao âmbito territorial, todos os trabalhos identificados são nacionais e contemplam as cinco regiões do País.

Dentre a relação supracitada, destacam-se alguns estudos – não por ordem temporal decrescente, mas pela sinergia entre objetivos e método empregado com a proposta desta pesquisa. São eles: Sousa e Mendes (2006); Barfknecht, Merlo e Nardi (2006); Borges, Scholz e da Rosa (2014); Girelli e Dal Magro (2014); e Mazzilli e Klering (1998). A seguir, serão retomados preliminarmente os objetivos e métodos empregados nas pesquisas, dando maior enfoque aos e resultados encontrados que configurem como contribuições e/ou análises comparativas com o propósito da presente pesquisa.

O trabalho intitulado como “Viver do lixo ou no lixo?: A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal” (Sousa e Mendes, 2006) buscaram testar uma metodologia de investigação sobre a relação entre saúde e trabalho cooperado na ocupação de catadores de material reciclável. O método empregado foi a realização de observação livre do ambiente de trabalho dos catadores e quatro entrevistas

individuais semiestruturadas, tendo como base a abordagem proposta pela PdT para coleta e análise de dados.

Dentre as principais informações explanadas nos resultados Sousa e Mendes (2006) destacam: a organização do trabalho no “lixão” ser essencialmente autônoma e flexível, criando um efeito de autoimposição de longas e extenuantes cargas de trabalho, num esforço dos trabalhadores para aumentarem a renda auferida; condições altamente precárias e insalubres de trabalho, sendo comuns os acidentes como cortes e perfurações; inexistência de conteúdo que tivesse relação direta com a filosofia cooperativista e com os princípios relacionados à economia solidária, depreendendo-se que os trabalhadores não vivenciam propriamente a autogestão e tampouco têm fortalecido o coletivo de trabalho.

Em relação às relações socioprofissionais entre os catadores, as autoras identificaram a percepção de apoio entre pares parece mais sustentada pela condição de vulnerabilidade dos trabalhadores, sendo que a percepção positiva caracteriza-se como elemento que favorece a gratificação identitária, pois essa parece ser a única via de reconhecimento que os catadores possuem pelo trabalho realizado. Por fim, Sousa e Mendes (2006) indicam que a identidade profissional se apresentou como possibilidade de inclusão social devido à condição de pobreza e extrema marginalização dos catadores, onde ter um trabalho quais sejam as suas piores condições, é melhor do que ser estigmatizado como “vagabundo” e, principalmente, que a organização do trabalho como cooperativa atribui poucos ganhos aos catadores, uma vez que não funciona propriamente como cooperativa, sendo apenas um instrumento de acesso ao Lixão.

Já a pesquisa realizada por Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) abordou as vinculações entre o prazer e/ou sofrimento e a organização do trabalho no cotidiano dos trabalhadores de uma cooperativa de produção do Rio Grande do Sul. Em termos metodológicos os autores realizaram entrevistas individuais semiestruturadas para conhecer as trajetórias de vida dos

trabalhadores da cooperativa, e grupos de discussão a respeito de categorias que emergiram a partir das entrevistas individuais. Vale ressaltar que o enquadramento do método seguiu os preceitos da PdT, como forma de compreender saúde mental e organização do trabalho.

Como resultados, Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) indicam aspectos essencialmente vinculados à tipologia cooperada de trabalho, quais sejam: foi observada a vivência e aplicação concreta dos princípios da economia solidária como a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade nas atividades cotidianas dos cooperados; ocorrência de contradições entre a autogestão e uma coordenação que exerce liderança, mas também é autoritária e centralizadora; a flexibilidade na carga horária de trabalho e autonomia na tomada de decisões pelo coletivo. Contudo, os autores identificaram que a cooperativa apresentou uma forma mista de organização do trabalho, ora apresentando princípios da economia solidária, ora mesclando elementos oriundos do capitalismo. Tais aspectos foram representados pela ocorrência de competição individualismo, pela competição, pela pressão e pelo estresse da produção, relatados por setores da produção.

O artigo intitulado “Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentidos do trabalho para sujeitos recicladores” desenvolvido por Borges et al. (2014), visou analisar como trabalhadores de cooperativas de reciclagem produzem o sentido do seu trabalho. A pesquisa estudou seis cooperativas atuantes na reciclagem de resíduos pós-consumo, localizadas no Rio Grande do Sul, onde foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas com catadores e elaboração de diários de campo registrados pelos pesquisadores. Obviamente, adotou-se o ferramental dejouriano para a modelagem do método da pesquisa.

Os resultados encontrados por Borges et al. (2014) indicaram relação de suma importância entre o trabalho em cooperativas, emancipação, identidade e reconhecimento. Os autores narram que os cooperados passaram a ressignificar sua identidade e a autovalorizar, tanto o seu trabalho, quanto o meio ambiente. A ressignificação da identidade passa pela via do

aprendizado e da capacidade de estabelecer relações sociais solidárias e saudáveis, como condições para a construção de um sentido positivo do trabalho. Ainda, afirmaram que os trabalhadores conseguiam sentirem-se “eles mesmos” no contexto das cooperativas de reciclagem, podendo exercer em plenitude suas emoções, e a integralidade de seu ser. Por fim, os dados apontaram de que o reconhecimento do trabalho com reciclagem é ressignificado a partir do estigma de “dejeito social” à ação de protagonismo social, em que os sujeitos se sentem contribuindo como cuidadores do planeta.

Por último, tem-se o artigo “Saúde do trabalhador e economia solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil”, desenvolvido por Girelli e Dal Magro (2017). A pesquisa teve o objetivo de relacionar a o potencial da Economia Solidária como fonte de saúde do trabalhador. O método contou com a abordagem dejouriana apenas para analisar as vivências de prazer e sofrimento dos trabalhadores, seguindo com a proposta metodológica de Merlo e Mendes (2009). Realizou-se observação, com registro em diário de campo e sete reuniões de grupo focal, empregando o questionário Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento.

No campo da saúde mental e da emancipação do sujeito pela via trabalho, o estudo de Girelli e Dal Magro (2017) trazem importantes achados. Os autores identificaram que a prática dos princípios da economia solidária, com destaque à solidariedade, toma o espaço da competição e do individualismo, favorecendo a construção de estratégias de enfrentamento das adversidades dos contextos de trabalho contemporâneos e à transformação do sofrimento do trabalhador. Com isso, os empreendimentos solidários tornam-se uma real oportunidade para a constituição do trabalho vivo, por meio da ação política e da experiência com o real que permitem ao trabalhador agir sobre a organização do trabalho, favorecendo as vivências de prazer e a saúde. Não obstante, os autores também identificaram ocorrências de sofrimento, especialmente relacionadas aos riscos do trabalho e aos danos físicos ocasionados pela construção civil. Além disso, outras manifestações de sofrimento foram reportadas em relação

à necessidade do empreendimento competir na lógica de mercado, o que impele os trabalhadores a viverem as perversidades de cumprir prazos, realizar o controle de qualidade do serviço e terem que controlar suas emoções.

Em suma, os quatro estudos apontam para aspectos positivos em relação à vivência do trabalho cooperado seja para emancipação do sujeito, ressignificação identitária, transformação do trabalho morto em vivo, práticas de trabalho mais solidárias e justas, inclusão social, reconhecimento e, por fim, relatos de saúde mental mais vívida. Entretanto, os mesmos estudos reportaram que os princípios da economia solidária não foram amplamente aplicados, podendo se identificar diversos elementos deletérios nas práticas das cooperativas que impõem desarmonias e contradições àquilo que deveria ser alternativa completa ao modelo capitalista.

A última pesquisa abordada neste capítulo refere-se à PdT e ao trabalho em situação de cárcere de Lemos et al. (1998) e buscou identificar fatores do modelo de trabalho prisional do Rio Grande do Sul que dificultam a promoção da ressocialização de prisioneiros, pela via do trabalho. O método se baseou na proposta dejouriana de análise da psicodinâmica do trabalho, contando com consultas a prontuários e entrevistas individuais semiestruturadas com vinte prisioneiros.

A pesquisa concluiu que o trabalho, de fato, constitui-se como categoria central ao homem, sendo peça chave para a reintegração social, na medida em que ele é um operador fundamental na própria construção do sujeito e mediador privilegiado entre o inconsciente e o campo social. Contudo, o sistema prisional gaúcho impõe regramentos e condições de trabalho extremamente opressivas e tolhedoras o que reduz sobremaneira o potencial do trabalho como formador de vínculos sociais e emancipação dos prisioneiros. Longe de promover o desenvolvimento pessoal, este sistema submete os detentos a situações de excessivo desgaste emocional, o que acarreta no aumento do desequilíbrio psíquico, e torna

abissal o afastamento às condições necessárias para a ressocialização dos detentos do estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, as condições físicas, sociais e psicológicas nas quais os sujeitos estão inseridos impactam e reverberam na formação e contínua construção do sujeito. Os estudos referidos indicam sinalizações científicas de que o modelo alternativo de trabalho proposto pela economia solidária promove um ambiente laboral fortuito para a vivência de um trabalho munido de sentido, onde o sujeito possa se espelhar na sua prática, sair da marginalização para a inclusão social e produtiva, passando pelo reconhecimento de pares e da sociedade e, principalmente, reconstruir sua identidade a partir do trabalho exercido. Na mesma direção, a pesquisa de Lemos et al. (1998) apontam para o excesso de condições prescritas como elemento castrador da ressocialização dos prisioneiros em um trabalho submetido às condições totalitárias de uma penitenciária. Com isso, o presente trabalho busca unir as pontas entre as condições favoráveis de trabalho cooperado com o contexto de sujeitos em situação de cárcere, em cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos do Distrito Federal, para elucidar as consequências desta tipologia de trabalho aos detentos.

O próximo capítulo abordará a conjuntura atual brasileira no que diz respeito ao contexto penitenciário brasileiro, seus problemas e desafios, a atual conjuntura nos esforços de ressocialização de egressos do sistema prisional, e as políticas públicas e iniciativas governamentais para promover a inserção social, inclusão produtiva e emancipação dos egressos do sistema prisional do País, identificando avanços e limitações no modelo atual.

Capítulo 3 - Sistema penitenciário brasileiro: problemas e desafios

O universo prisional e o universo do trabalho possuem elos e relações de reciprocidade intrínsecas. A exclusão, a marginalização, a opressão, a pobreza são os laços quase que indissolúveis entre o cárcere e as condições perversas do desemprego e do trabalho sob a batuta neoliberal. A essência do pensamento neoliberal, proveniente da filosofia capitalista, centra-se na abstenção do Estado nas relações econômicas e sociais. Neste último aspecto, está o conceito de que as camadas menos favorecidas da população devam trabalhar e adequar-se ao sistema econômico vigente, independente das situações de precariedade nas quais estejam inseridas. Inevitavelmente, tal postura estatal culmina no agravamento das assimetrias econômicas e sociais.

O resultado paulatino da política neoliberal, além da exploração e da perda das conquistas já obtidas ao longo dos anos por parte dos trabalhadores, é o aumento progressivo na massa de desempregados, o que resulta em insatisfações, sentimentos profundos de frustração, inadequação social e incapacidade. Assis (2007) atribui a este cenário de indigência social e econômica o aumento proporcional da criminalidade, o que reflete no contingente do sistema prisional. Castel (1998) remete à precariedade do trabalho ou ao desemprego e à fragilidade das redes relacionais à ampliação dos riscos sociais e ao aumento da vulnerabilidade, provocando a desfiliação dos sujeitos do tecido social, relegando-as à condição de marginalizadas e na conjunção da perda de trabalho-isolamento relacional.

Nessa direção, Assis (2007) afirma que na ausência do Estado como real garantidor das condições mínimas de igualdade e de subsistência, ele acaba se voltando a essa camada da população oferecendo sua outra face: a do controle e da punição. Ela estaria na potencialização de processos legais e extralegais de controle repressivo, seja pelo aumento de penas, ampliação de tipos penais, ou nos processos de criminalização seletiva de movimentos sociais, da juventude e da pobreza (Assis, 2007). Portanto, aos desvalidos, aos desajustados, e

àqueles que não conseguiram se adequar ao modelo econômico neoliberal excludente e, que não resistiram à pobreza e sucumbiram às tentações do crime, está a mão pesada do Estado – que não acolhe, mas pune – por meio de instrumentos “legais” como o Direito Penal e todo arcabouço que ele encerra.

Não se trata de afirmar simploriamente de que os internos penitenciários sejam vítimas sociais, mas de atribuir a essa conjuntura seu devido apelo e, em alguma medida, correlação causal. Se apenas estudos sociais não possuem legitimidade suficiente para atribuir relação causal entre desemprego e condições precárias de trabalho, sobrevivência e a criminalidade, a estatística da população carcerária no Brasil possui: 95% do contingente carcerário, ou seja, sua esmagadora maioria é oriunda da classe dos excluídos sociais, pobres, desempregados e analfabetos (Assis, 2007). Dados do último Censo Penitenciário (Infopen), elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) indicam que 53% da população carcerária não concluiu o ensino fundamental, apenas 12% tem o ensino fundamental completo, e 6% são analfabetos.

Quanto à cor, 67% se declararam negros e apenas 31% são brancos, sendo 75% composição de jovens entre 18 a 34 anos. Entre os tipos de crimes cometidos, 27% são decorrentes do tráfico, 21% por roubo, 11% furto, 14% homicídio, e 7% desarmamento. Com exceção do homicídio e do desarmamento, tem-se que a maioria dos crimes (59%) é relacionada à busca de provisões de formas ilícitas - condições manentes da pobreza e vulnerabilidade social.

Ainda, segundo o Depen (2014), a população carcerária no Brasil superou pela primeira vez o marco dos 600 mil presidiários (607.731 pessoas). O número de pessoas privadas de liberdade em 2014 é 6,7 vezes maior do que em 1990. Desde 2000, a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano, correspondendo 161% no total de crescimento, sendo dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira, cujo aumento representou apenas 16%, para o mesmo período. Atualmente, o Brasil possui o segundo lugar mundial na variação da taxa de

crescimento da população carcerária, perdendo apenas para a Indonésia, tendo a quarta posição em população carcerária no computo geral. Em termos de ocupação, a taxa brasileira é de 161%, em outras palavras, um espaço concebido para custodiar apenas dez indivíduos, há, em média, 16 pessoas encarceradas. Quanto a vagas por gênero, 75% estão destinadas ao público masculino, 7% ao feminino, e 17% é mista. No Distrito Federal, há seis unidades prisionais, comportando um total de 6.605 apenados. A média de vagas em cada unidade é de 1.101, mas a ocupação efetiva corresponde a 1.584.

Quanto à vida no ambiente carcerário brasileiro, a situação de predação humana e a animalização do contingente carcerário é alarmante. Celas superlotadas que misturam toda a sorte de apenados – entre apenados de crimes hediondos aos mais simples – promovendo o intercâmbio de “saberes” e experiências do mundo do crime. As condições de insalubridade e precariedade criam ambiente propício ao contágio de doenças e proliferação de epidemias que, aliadas à má alimentação dos presos, o sedentarismo, uso de drogas e falta de condições para higiene, criam um cenário desastroso de sub-humanização e lugubridade que, certamente, aprofundam o sentimento de marginalização, vulnerabilidade e as frustrações às quais estes indivíduos estão sujeitos desde a situação de liberdade ao encarceramento.

Dentre as doenças que mais se adquire na prisão estão as doenças do aparelho respiratório, como a tuberculose e a pneumonia, sendo também alto o índice de hepatite e de doenças venéreas em geral, a AIDS por excelência, em decorrência do homossexualismo, da violência sexual praticada por parte dos outros presos e do uso de drogas injetáveis (Assis, 2007). O autor continua, e ressalta que o preso sofre principalmente com a prática de torturas e agressões físicas, partindo tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional. O quadro geral a que os apenados estão submetidos acaba por, naturalmente, banir as possibilidades de redenção e ressocialização – cabendo ao Estado o papel de agravar a periculosidade de sua massa carcerária. Em termos lúcidos, o que ocorre é

uma dupla via de penalização: a pena do crime com a perda da liberdade e toda sorte de tormentos vividos na prisão.

É relevante averiguar a constatação de Foucault (2014) sobre o suplício vivenciado nas prisões, em que demarca sua existência como técnica que não deve ser equiparada ao extremo de uma raiva sem lei. Uma penalidade, para ser um suplício deve obedecer a três critérios principais: produzir uma quantidade de sofrimento que se possa, se não medir, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar. Deve deixar marcas para tornar infame aquele que é sua vítima, relegando sinais que não se podem apagar; deve ser distribuída a todos; e ocorrer em público para que todos testemunhem o destino dos apenados e a força da justiça. A coerção e a dor sobre o corpo têm o objetivo de dociliza-lo e escravizar as mentes, como a arte de quem “talha as pedras” (Foucault, 2014).

Para a manutenção e a promoção do estado deplorável do sistema carcerário brasileiro, existe um véu que o recobre e confere legitimidade. A Lei de Execução Penal (LEP) e os incisos de I a XV do artigo 41 que dispõem sobre os direitos garantidos ao sentenciado no decorrer da execução penal. Em todo o mundo, ainda existem diversas convenções como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU que prevê as regras mínimas para o tratamento do preso. O mais espantoso é que na esfera legislativa, o estatuto executivo-penal brasileiro é considerado como um dos mais avançados, em termos mundiais (Brasil, 2016).

Assis (2007) explica que ele se baseia na concepção de que a perda de liberdade deve se fundamentar no princípio da humanidade, sendo qualquer modalidade de punição desnecessária, cruel ou degradante, será considerada desumana e contrária ao princípio da legalidade. Contudo, o que se observa na realidade, em estudos, e até nos relatórios elaborados pelo próprio Ministério da Justiça é que a prática vai à contramão do estatuto, com a constante violação das convenções supracitadas e os direitos garantidos na LEP.

A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado, ele não perde apenas o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando a ter um tratamento execrável e a sofrer os mais variados tipos de castigos, que acarretam a degradação de sua personalidade e a perda de sua dignidade, num processo que não oferece quaisquer condições de preparar o seu retorno útil à sociedade. (Assis, 2007, p. 75).

Na mesma direção, Foucault (2014) ressalta o papel da má economia do poder como excessiva nas jurisdições dos reformadores em que, ajudados pela pobreza e ignorância dos condenados, negligenciam as apelações de direito e mandam executar sem controle algum as sentenças arbitrárias.

Ao contrário do que deveria promover, o encarceramento agrava as condições de marginalização e exclusão que, marcando fortemente a trajetória da pessoa que passa pela experiência de prisionalização e, conseguinte, estigmatização social que passa ao retornar à sociedade (Brasil, 2016). Além disso, a maior dos apenados vivem na mais profunda inércia dos dias, em ociosidade, sem atividades educativas ou funcionais que agreguem algum conhecimento ou instrução que permita a mudança de paradigmas e perspectivas de vida. Trata-se de um lugar de exclusão por excelência, que falha em defender a sociedade e, ainda mais, em reabilitar quem cometeu algum crime.

Ressocialização, trabalho penal e políticas públicas

Entre as diversas denominações para ressocialização, aporta-se aqui o conceito empregado pelo direito e que reflete o sentido positivista do binômio ideologia e repressão, definido por Capeller (1985) como a reintegração social dos indivíduos, enquanto sujeito de direito. Tal conceito expõe o caráter ideológico, mas recobre a punição e os meios pelos quais o Estado legitima a duplicidade entre penalizar e ressocializar em uma única via. O dicionário Aurélio refere-se ao termo como socializar-se novamente, ou seja, voltar a relacionar-se com a sociedade depois de apartado dela.

Quanto ao papel ressocializador das instituições prisionais, Coelho (2005) observa descrente de que seja possível reinserir socialmente um indivíduo por meio da exclusão social, incapacitando-o das práticas de sociabilidade, e impondo-o o convívio onde a lógica que impera é a valorização do crime que torna o indivíduo respeitável junto à massa carcerária. Julião (2012) ressalta que a história da penologia mundial esteve centrada na ideia de punição e no trabalho forçado, como reformadores do caráter e da moral.

Os primeiros modelos de inserção do trabalho dentro de um ambiente penitenciário surgiram na Holanda, por volta de 1596, conhecido como Rasphuis de Amsterdam. Foucault (2014) detalha as características da instituição, ressaltando que o trabalho e a vivência dos apenados era coletiva e estes recebiam um salário pelo trabalho desempenhado. A ideia era ocupar o tempo ocioso dos homens infames para que não dedicassem seus ofícios mentais à barbárie e à maledicência. A vigilância, exortações, e leituras espirituais deveriam ser contínuas para atrair os homens ao bem e fundamentar a transformação pedagógica espiritual nesses indivíduos. Foucault (2014) a descrição histórica desse modelo institucional e explana o surgimento da de reconstrução do “homoeconomicus” baseada na concepção de que o homem deve adquirir gosto pelo trabalho, pois quem quer viver, deve trabalhar.

Deste modo, o autor analisa e critica o trabalho dentro dos presídios, pois nasceu não com o objetivo de formar artesãos e profissionais, mas meramente ensinar a virtude do trabalho como método de alienação das mentes criminais. Para Foucault, o trabalho penal nos moldes de XVII a XIX, dedica-se principalmente à criação de novas formas de estabelecer a relação de hierarquia e poder dentro dos presídios, muito semelhante ao regramento monástico cristão, provendo novos esquemas de submissão individual e ajustamento a um aparelho de produção. O objetivo não era de reeducar os marginais, mas agrupá-los, inseri-los dentro do ordenamento econômico, e castrar as vicissitudes de sua conduta errante.

Apesar de intensa crítica ao trabalho penal, tendo em vista os modelos empregados outrora, mais adiante, Foucault reconhece o potencial transformador do trabalho, mas o cunha como docilizador, ora atribuindo-lhe mérito, ora deslegitimando o contexto e o propósito no qual se encerra:

O salário faz com que se adquira “amor e hábito” ao trabalho; dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu sentido da propriedade – “daquela que se ganhou com o suor do rosto”; ensina-lhes também, a eles que viveram na dissipação, o que é previdência, a poupança, o cálculo do futuro; enfim, propondo uma medida do trabalho feito, permite avaliar quantitativamente o zelo do detendo e os progressos de sua regeneração. O salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais: uma ficção jurídica, pois não representa uma livre cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de correção. (2014, p. 236).

Apenas no final do século XIX, começo do XX é que surgem os direitos sociais com a incumbência do Estado de atuação mais positiva no sentido de estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária e, apenas tempos depois, a perspectiva jurídica do trabalho penal se transforma de tática punitiva para um direito social humano (Cabral e Silva, 2010).

Para Baratta (2004), a reintegração social do apenado significa, antes da modificação do seu mundo de isolamento, a transformação dos moldes econômicos e sociais, pois a população carcerária e sua composição demográfica são oriundas de um processo de marginalização primária, pertencendo ao grupo dos pobres, analfabetos e excluídos da sociedade que, encontram na prisão, o processo de exclusão secundária. Portanto, corrigir as condições de exclusão social desses setores é essencial para que sua vida pós-penitenciária não signifique o regresso à reincidência criminal ou à marginalização secundária e, a partir daí, o contínuo ciclo de volta a prisão. Nesta direção, Manfroi (2016) defende a importância da adoção de políticas públicas que vislumbrem não só a ocupação dos detentos, mas promova elos sociais dentro e fora do presídio, como vetores essenciais para a ressocialização.

E, nesse sentido, é unânime o pensamento de que políticas públicas como a educação e o trabalho, além de proporcionar conhecimento, ocupação e renda, transformam o ser humano, facilitando os relacionamentos e a socialização, podendo inclusive, contribuir para a pacificação e a mediação de conflitos. Quanto mais os presos estudar e trabalhar, mais chances terão de mudar suas vidas e preparar-se para quando deixarem o cárcere poder viver

em harmonia com as demais pessoas, pois a educação e o trabalho oferecem a formação e experiência necessárias para o convívio social. (Manfroi, 2016, p.2).

No Brasil, o Direito Penal se divide em duas correntes de juristas com ideias e perspectivas quase antagônicas defendendo, por um lado, que a violência só será finda no endurecimento da lei e na aplicação de penas severas para os mais violentos; do outro lado, há os descrentes na eficácia da severidade da pena como ação preventiva ou reabilitadora, e defendem que a reclusão está superada como método de reeducação (Julião, 2012). Na mesma corrente, Baratta (2004) defende que não se pode conseguir a reintegração social do sentenciado através do cumprimento da pena, mas deve-se buscar apesar dela. Em outras palavras, devem-se tornar as condições de vida no cárcere menos precárias, criando ações que permitam a ocupação, convívio social, e educação dos apenados.

A Lei de Execução Penal, no artigo 126, prevê a possibilidade de remição de pena pela educação e/ou pelo trabalho com vistas à ressocialização e diminuição dos índices de reincidência criminal. De acordo com a lei, ainda que não sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalho do preso deve ser remunerado, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo. No intuito de garantir a aplicação de da Lei, alguns instrumentos se fizeram necessários para diminuir o risco de fuga e, também, garantir a segurança das pessoas envolvidas. Portanto, a LEP prevê a possibilidade de vigilância ou monitoramento eletrônico de presos que se encontram em regime aberto ou semiaberto.

Políticas públicas foram elaboradas para incentivar a aplicação desse artigo; porém, carecem instrumentos e recursos para que a previsão legal seja cumprida em todos os presídios. Sem mencionar a urgente necessidade de mudança de paradigma institucional para que não só os apenados busquem o benefício da lei, mas encontrem a conjuntura favorável dentro do cárcere, bem como a disposição dos servidores que lhes tutelam em permitir qualquer espécie de direito. Faz-se importante mencionar que é de competência estadual a gestão do sistema

prisional, justiça e o sistema policial, cabendo aos governos certa autonomia na implementação de políticas públicas de execução penal. Face à diversidade cultural, social e econômica de cada estado, tem-se enorme heterogeneidade na interpretação e aplicação dos dispositivos da LEP, podendo variar de cidade a cidade, ou de uma unidade penal a outra (Julião, 2012).

Segundo dados do último Infopen (DEPEN, 2014), apenas 16% da população prisional do país trabalha. No Distrito Federal, este indicador é de 17%. As atividades laborais ocorrem em 28% das vezes externamente, e 72% em regime laboral interno ao presídio. Dentre aquelas pessoas trabalhando por meio de obtenção de uma vaga de trabalho, 34% provém de vagas disponibilizadas pela administração prisional como apoio ao próprio estabelecimento, 34% corresponde a vagas obtidas por meios próprios e/ou sem intervenção do sistema prisional, 22% são de vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com a iniciativa privada, e 9% são de vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com outros órgãos públicos. No Distrito Federal, 47% das vagas são disponibilizadas pela administração prisional como apoio ao próprio estabelecimento e 34% são disponibilizadas pela administração prisional em parceria com outros órgãos públicos.

O trabalho realizado pelos presidiários pode ocorrer tanto em regime fechado ou semiaberto, dentro do sistema carcerário, ou fora dele em organizações públicas ou privadas. Apenas quem cumpre o regime semiaberto tem a oportunidade de realizar trabalho externo à prisão. Cabral e Silva (2010) salientam várias controvérsias doutrinárias e fragilidades nos direitos trabalhistas referentes ao trabalho penal e destacam a precariedade de os presos não terem as mesmas garantias que trabalhadores livres de terem FGTS e salário mínimo garantido. Em geral, dentro dos presídios não há as condições materiais e humanas adequadas para o trabalho, ficando prejudicada a recuperação do preso. Souza e Silveira (2015) salientam que, no Brasil, as políticas públicas de reinserção social baseiam-se no apoio psicossocial, jurídico

e em ações de qualificação profissional e inserção laboral que deveriam ser oferecidos ainda durante a permanência no cárcere; contudo, tais iniciativas são por vezes pontuais, limitadas e fragmentadas.

No que diz respeito ao egresso do sistema prisional, Brasil (2016) traçou dez marcadores de sua condição que o contextualiza dentro de suas fragilidades. São elas: a 1) dificuldade de mobilidade, desde o instante da saída dos presídios; 2) falta de documentação pessoal; 3) fragilidade nos vínculos familiares e comunitários; 4) enorme dificuldade no acesso ao trabalho, qualificação e formação profissional que lhe possibilite a reinclusão tanto social quanto produtiva; 5) ausência ou deficiência nas condições de moradia e abrigo; 6) antecedentes penais e preconceito que acompanham e assombram o egresso aonde quer que esteja; 7) dificuldades cognitivas e defasagem informacional; 8) deficiência no acesso à justiça para acompanhar processos ou quaisquer tramites legais; 9) problemas de saúde que surgem como consequência da vida na prisão; e 10) vinculação e dependência ao mundo do crime, tendo em vista os enormes obstáculos enfrentados pelo egresso e mínimas oportunidades de ressocialização.

No que tange à esfera pública, a responsabilidade pela efetivação de seus direitos é do Patronato Penitenciário, órgão do executivo estadual e integrante dos órgãos de execução penal. O Patronato tem o papel de promover a recolocação no mercado de trabalho, a prestação de assistência jurídica, pedagógica e psicológica ao egresso. Eles preveem assistência social e auxílio na obtenção de emprego, alojamento e alimentação nos primeiros dois meses de liberdade. Apesar da evidente e cabal importância do Patronato, ele encontra diversos desafios na implementação de suas prerrogativas devido à falta de interesse político dos governos estaduais que não lhe conferem a devida relevância, e não destinam os recursos necessários, o que impossibilita seu pleno funcionamento e cumprimento de suas competências (Assis, 2007).

Não há, atualmente, um levantamento ou monitoramento das instituições de atendimento ao egresso no País. Brasil (2016) indica que há diversas modalidades de serviços seja de caráter público, ligadas ao Poder Executivo como o Judiciário, ainda que esta modalidade seja mais restrita. Patronatos, fundações ou serviços vinculados à administração penitenciária são ligados ao Executivo. Ainda, alguns estados alocaram programas junto às Secretarias de Justiça ou outras instâncias diversas da administração penitenciária. Todos esses serviços possuem diferentes capilaridades no âmbito dos territórios, possuindo maior centralidade na capital ou região metropolitana. Outra forma de contemplar as necessidades dos egressos e apenados no regime semiaberto quanto à inserção no mercado de trabalho, são as cooperativas de produção e serviços que reúnem pessoas da comunidade com egressos e presos do regime semiaberto para trabalharem coletivamente. Contudo, é pequeno o número de cooperativas e eles enfrentam diversas dificuldades em continuarem operando: rotatividade dos cooperados, condições precárias de funcionamento, falta de profissionalização, dificuldade de organização, pouca produtividade ou baixa remuneração (Brasil, 2016).

Apesar da política de alternativas penais e das instituições de assistência pró-egresso, os desafios da ressocialização e da reincidência criminal de ex-detentos estão, ainda, longe de serem resolvidos. Assis (2007) problematiza que grande parte dos obstáculos enfrentados são devidos ao ambiente criminógeno da prisão, o que exige a adoção de uma série de medidas durante o período de encarceramento, e não apenas após a saída do apenado; porém, reconhece que o trabalho sistemático com o egresso minimizaria os efeitos degradantes por ele sofridos durante o encarceramento e pode facilitar sua readaptação após o retorno ao convívio social.

Por outro lado, Julião (2012) defende a necessidade de reavaliar a legislação pena vigente que atenda a realidade do sistema penitenciário contemporâneo, que retira da sociedade um enorme contingente de jovens economicamente ativos, mas excluídos socialmente, para

aprofundar – ainda mais – os indicadores de exclusão dentro e fora do cárcere. O autor acredita que remir o apenado pela educação ou trabalho seja uma proposta débil frente às inúmeras dificuldades que o presidiário enfrenta no cárcere ou que o egresso irá se defrontar na retomada da liberdade, sendo urgente a reforma na legislação penal e política de execução penal para que haja um verdadeiro reordenamento institucional (Julião, 2012).

Neste sentido, o Ministério da Justiça elaborou o documento intitulado “Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Atendimento às Pessoas Egressas do Sistema Prisional” (Brasil, 2016). Nele, são formulados três postulados dos quais decorrem princípios transversais que deverão orientar o planejamento, a intervenção e avaliação das políticas para o egresso do sistema prisional. Entre os postulados estão: 1) Reconhecimento da seletividade do sistema de justiça penal: pressupõe o entendimento de que a camada menos favorecida da população é a que mais ocupa o contingente presidiário e, logo, serão aqueles que mais demandarão as políticas e programas de assistência ao egresso; 2) Respeito da pessoa egressa como sujeito de direitos e com participação crítica e construtiva da vida social: trata-se do reconhecimento de que um apenado faz parte da constituição e construção societária de forma igual a um cidadão livre, devendo ter seus direitos e deveres respeitados; e 3) Necessidade de comprometimento de diversos órgãos, instituições e âmbitos das políticas públicas e da participação da sociedade civil: participação de todos os setores do sistema de justiça penal, das políticas sociais e a sociedade civil.

O referido documento fora recém-lançado e ainda há um longo caminho adiante para que postulados e princípios transformem-se em políticas públicas robustas e transversais. Conforme referido anteriormente, a falência do sistema prisional é, sobretudo, a falência do modelo econômico-social brasileiro, e possui intrínseca correspondência com a política neoliberal, não sendo possível conjecturar uma redução nos níveis de criminalidade, reincidência criminal, melhoria do sistema penitenciário e a efetiva ressocialização dos

detentos, se não houver uma revisão holística - não só das leis e políticas penais brasileiras, mas do próprio modelo econômico e social implementado no Brasil.

Capítulo 4 - Método

A presente pesquisa constitui-se como resultado de pesquisa-ação anterior, realizada no âmbito de um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para apoiar empreendimentos de economia solidária no Brasil (EES), por meio da realização de diagnósticos e transferência de conhecimento e extensão tecnológica – no caso específico, da Universidade de Brasília à cooperativa de produção “Um Sonho de Liberdade”, formada majoritariamente por detentos e ex-detentos do sistema prisional do Distrito Federal. A pesquisa-ação permitiu identificar a centralidade do trabalho aos apenados da cooperativa, bem como a singularidade da cooperação e o modelo de trabalho empregado para a inclusão produtiva e social de seu público prioritário.

Nesse sentido, fora detectada a enorme relevância de aprofundar o conhecimento científico e com vistas à aplicação prática sobre a realidade nessa organização de trabalho, que congrega diversas particularidades dentro do contexto de uma sociedade capitalista: ser estatutariamente um EES, destinar-se majoritariamente a presidiários e ex-presidiários, e trabalhar com reciclagem de resíduos de construção.

A pesquisa contou com três visitas à cooperativa para coletar dados concernentes à organização de trabalho, e quatro reuniões de discussão com duração aproximada de uma hora, cada. As reuniões tiveram oscilações no número de participantes, variando de 10 a 4 trabalhadores. Todas as reuniões ocorreram na sala de reuniões da própria cooperativa, e contaram com duas psicólogas pesquisadoras para a condução das discussões e registro das observações mais relevantes.

A pesquisa foi desenvolvida conforme o método em psicodinâmica do trabalho prevista por Dejours (2011c). O estudo foi organizado em etapas metodológicas que coincidem com os tópicos seguintes deste capítulo. São elas: 1) Pré-pesquisa, composta por visitas à cooperativa para levantar informações sobre a organização do trabalho, tarefas, regras, normas, forma de

gestão, processos de trabalho e de decisão, entre outros; 2) Análise da psicodinâmica do trabalho: constituída pela descrição da organização e realização das quatro reuniões de discussão para analisar a mobilização subjetiva dos trabalhadores e suas vivências laborais na cooperativa; 3) Observações clínicas: compostas pelas observações de maior relevância apreendidas pelas pesquisadoras e que complementam o enquadramento clínico-diagnóstico; 4) Devolutiva: descrição da apresentação dos achados da pesquisa aos participantes e direção da organização; 5) Análise de Dados: apresentação dos métodos adotados para tratamento e análise dos dados coletados.

A demanda

O projeto de pesquisa-ação desenvolvido no âmbito do CNPq culminou em importante integração dos trabalhadores em torno das atividades previstas de pesquisa, consultoria e capacitação durante os três anos do projeto. Naturalmente, diversas questões emergiram como pontos angulares ao êxito da cooperativa, promoção do bem-estar dos trabalhadores e ressignificação do trabalho desempenhado na organização.

A equipe da pesquisa-ação era constituída por uma socióloga clínica, uma psicóloga, um economista, um publicitário, uma pedagoga e uma designer de produtos que desempenhavam diferentes e complementares iniciativas na cooperativa. Já no primeiro ano de implementação do projeto surgiram, no espaço de trocas com os trabalhadores, seja durante as capacitações, conversas com o presidente, ou em momentos de consultoria, a verbalização da necessidade de haver uma intervenção grupal no âmbito da psicologia. Neste sentido, a demanda foi amadurecida e averiguada na perspectiva de realização de projeto de mestrado adotando-se o ferramental e abordagem da Psicodinâmica do Trabalho com o objetivo de aprofundar a demanda, encontrar caminhos para seu solucionamento, bem como compreender, sob a ótica da PdT, essa modalidade de organização e trabalho.

Pré-pesquisa

A pré-pesquisa trata-se de etapa fundamental para apreensão da organização e seus processos de trabalho. Dejours (2011c) atribui destacada importância à pré-pesquisa, pois este é o momento de preparação da pesquisa propriamente dita, seja em termos de seu desenho, quanto à designação de quais pesquisadores estarão envolvidos direta ou indiretamente, definição de papéis, a apreensão do contexto da organização do trabalho, sua estrutura, processos, histórico, e definição dos participantes da pesquisa. Trata-se de um reconhecimento de campo amplo que fundamentará as etapas subsequentes da pesquisa.

No que diz respeito aos pesquisadores, definiu-se que o grupo seria constituído por uma psicóloga e uma estudante de psicologia, sob a supervisão da orientadora do projeto. A pré-pesquisa constituiu-se em três visitas à cooperativa nas quais se contou com o guiamento do presidente da cooperativa. Nas duas primeiras visitas o presidente foi entrevistado quanto ao histórico da cooperativa, criação, linhas de trabalho pregressas e atuais, processos de coleta de materiais, produção, e comercialização, distribuição das sobras, gestão da cooperativa, princípios norteadores do trabalho, triagem, e recepção e abordagem junto aos presidiários e ex-presidiários. Na segunda e terceira visitas percorreu-se todas as linhas de produção da cooperativa a fim de levantar os processos de trabalho básicos que constituem as atividades e tarefas em cada segmento.

O presidente da cooperativa disponibilizou documentos como duas diferentes versões do plano de negócios da organização, folhas de controle de trabalho, e modelo de cartas de emprego que cedem aos familiares de presidiários. A terceira visita ocorreu de modo mais autônomo, sem a presença de qualquer representante da cooperativa acompanhando as observações do trabalho. Além disso, pode-se conversar livremente com os coordenadores das linhas de trabalho que apresentaram seus respectivos grupos, maquinário, ferramentas, atividades e a realidade do trabalho e das relações entre trabalhadores. Ainda, buscou-se

apreender informações sobre possíveis conflitos, embates entre trabalhadores e coordenadores, ou entre trabalhadores presidente e/ou tesoureira e o histórico de possíveis lutas para compor o cenário geral da dinâmica do trabalho na cooperativa.

Análise da Psicodinâmica do Trabalho

Inicialmente, haviam sido previstas a realização de cinco reuniões de discussão para proceder à etapa da pesquisa propriamente dita. Contudo, foram suficientes quatro reuniões, haja vista a facilidade em que os participantes relataram a realidade cotidiana do trabalho na cooperativa, suas implicações pessoais e coletivas, e abordaram conteúdos profundos com tranquilidade. Logo, algumas narrativas passaram a se repetir e os participantes indicaram sinais de que a temática já havia sido suficientemente endereçada. Nesta etapa da pesquisa, buscou-se apreender junto aos presidiários e ex-presidiários a dinâmica da organização do trabalho, mobilização subjetiva e o prazer-sofrimento.

Acordou-se com o presidente que as reuniões de discussão seriam realizadas no escritório da cooperativa. Trata-se de local amplo, arejado, com boa iluminação, mobiliário simples, porém confortável, mas sem isolamento acústico. Por haverem duas portas largas e algumas janelas, a sala recebia os ruídos do ambiente externo; entretanto, sem prejudicar o andamento das reuniões como tampouco de suas gravações. Cabe destacar que os trabalhadores elegeram esse espaço como o local de reunião, deliberação na cooperativa, entretenimento, lazer e descanso nos momentos de folga. Portanto, o espaço de fala e escuta é um ambiente de trânsito comum a todos, onde se sentem confortáveis para expressarem seus pensamentos.

Durante a pré-pesquisa, ao visitar as linhas de produção, o projeto foi apresentado aos trabalhadores expondo-se os objetivos e a condução da coleta de dados. Pretendeu-se, com isso, esclarecer o mérito e as próximas etapas da pesquisa, bem como convidar todos os presidiários e ex-presidiários a participarem das reuniões. Dentre as linhas de produção em

funcionamento, havia apenas um ex-presidiário que trabalha com a fabricação de meio-fio, manilhas e bloquetes; um presidiário na fábrica de puffes, baús e reforma de estofados; um ex-presidiário que coordena a fábrica de móveis; um presidiário que atua na administração; e todo o restante de presidiários e ex-presidiários pertenciam à fabricação de estacas, piquetes e pontaletes e/ou carga e descarga. Aceitaram participar da pesquisa apenas os presidiários que trabalham com puffes, administração da cooperativa e todos os envolvidos na produção de estacas e piquetes.

Ao final da terceira visita, foi marcada apenas a primeira reunião de discussão entre os participantes que demonstraram interesse em participar da pesquisa; as próximas seriam agendadas sempre ao final da reunião presente, acordando com os participantes o melhor dia dentro da escala de suas atividades e agenda da cooperativa. Ainda, falou-se sobre a importância de manter a realização semanal das reuniões para que não haja quebra da continuidade dos discursos e conteúdos, conforme recomendado por Mendes e Araújo (2012). Os participantes informaram que o período vespertino seria o mais adequado para realizar todas as reuniões.

Ao início da primeira reunião, o propósito da pesquisa foi novamente explicado a todos os participantes para lembrá-los dos objetivos e próximas atividades das quais iriam participar. Abriu-se o espaço para dúvidas e perguntas que porventura pudessem surgir. Além disso, tal como proposto por Dejours (2011c), os participantes foram informados de que todas as informações são sigilosas e nenhum sujeito seria identificado, bem como o presidente da cooperativa jamais teria acesso direto ao que cada trabalhador tenha manifestado e garantiu-se que não haveria nenhuma retaliação. O presidente esteve nos momentos iniciais da primeira reunião para reforçar a autorização aos sujeitos de que poderiam participar da pesquisa sem nenhum tipo de prejuízo ao trabalho desempenhado, ou decréscimo nos proventos. Após essa

breve participação, o presidente não esteve presente em nenhum outro momento das reuniões de discussão.

Tratou-se, também, das regras de conduta com o grupo endossando a importância da participação e do respeito à opinião de todos, devendo-se valorizar e oportunizar as falas e experiências do trabalho na cooperativa dos trabalhadores de forma igualitária e isonômica. Além disso, ressaltou-se a importância de os participantes estarem presentes em todas as reuniões devido à dinâmica da mudança de assuntos abordados e a necessidade de contemplar o máximo de perspectivas dos trabalhos das diferentes linhas de produção.

As reuniões contaram com a presença de uma psicóloga que conduziu as discussões e outra estudante de psicologia que realizou o registro das observações clínicas mais relevantes durante as reuniões. Ambas as pesquisadoras foram devidamente apresentadas aos participantes, que por sua vez, apresentaram-se informando se era presidiário ou ex-presidiário, tipificação criminal, e tempo de pena cumprida e/ou a cumprir para caracterizar o perfil dos participantes. Por fim, informou-se que as reuniões seriam gravadas e futuramente transcritas endossando, neste momento, o caráter sigiloso do estudo.

A pesquisa propriamente dita iniciou com a pergunta “Como é o trabalho de vocês?”. A medida que os participantes respondiam à pergunta inicial, surgiam outras dúvidas sobre o detalhamento da pergunta, e a mesma pergunta era feita usando-se outras palavras. Em seguida, perguntou-se “O que vocês fazem?”; “Como fazem?”; “Como se sentem?”; “Quais as consequências do trabalho para si?”; “Qual o impacto do trabalho em uma cooperativa?”; “Como é trabalhar estando preso, ou depois de adquirir a liberdade?”; “Qual a visão de sua família sobre você estar trabalhando?”; “Como você se percebe estando trabalhando?”; “Há cooperação, solidariedade nas relações de trabalho?”; “Como vocês aprenderam o ofício desempenhado na cooperativa?”; “Como o trabalho de vocês é controlado e fiscalizado?”; “Como são as relações de trabalho entre pessoas da mesma, ou diferentes linhas de

produção?”, entre outros questionamentos com a orientação de levantar informações sobre a mobilização subjetiva dos trabalhadores.

Os discursos foram conduzidos de forma clínica, criando ambiente em que os participantes se sentissem confortáveis em manifestar suas opiniões e as diferentes realidades vivenciadas nos processos de trabalho na cooperativa, possíveis contradições nos discursos, exposições dos perigos do trabalho, e sofrimento e prazer narrado pelos cooperados. As reuniões de discussão oportunizaram o espaço de fala e escuta, elaborações-perlaborações, observações clínicas, interpretação e restituição o coletivo de trabalhadores. Foram realizadas duas supervisões junto à orientadora da pesquisa quanto ao andamento das reuniões de discussão para averiguar qualidade do material coletado e procedência metodológica da coleta dos dados.

O número de participantes variou ao longo das quatro reuniões, sendo eles respectivamente: dez participantes na primeira; sete participantes na segunda (variação de dois novos diferentes participantes); cinco participantes na terceira; seis na quarta reunião (um novo participante). Apesar de as reuniões serem agendadas com antecedência, e em concordância com os participantes, eles reportaram que a dinâmica da prisão às vezes os impede de trabalharem e muitos imprevistos ocorrem, impedindo-os de cumprirem os agendamentos, tal como o programado. As reuniões ocorreram no período de um mês e meio, aproximadamente.

Caracterização da organização do trabalho

Trata-se de uma das raras iniciativas identificadas no Distrito Federal em buscar alternativas à inclusão produtiva e social de pessoas oriundas do sistema prisional. O terreno no qual a cooperativa foi criada não tem escritura, como tampouco possuem propriedade legal sobre o lote, sendo área de invasão em condições extremamente precárias de luz, saneamento básico e infraestrutura urbana. Dentre os ex-detentos que trabalham na cooperativa, a maioria vive em casas de madeirite oriundas dos rejeitos de construção, construídas no mesmo terreno da

cooperativa, morando com suas famílias, ou sozinhos. O terreno da cooperativa sofre invasões em seu espaço, principalmente depois de terem cortado o mato nos arredores e limpo os entulhos de dejetos não empregados nas linhas produção.

Figura 1. Moradia na cooperativa e entorno

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



Atualmente há quatro famílias de ex-presidiários e outras quatro famílias que moram no lote da cooperativa, entre elas, a do presidente e a respectiva família de seus filhos e netos. No total, há 30 pessoas habitando o entorno da cooperativa. Quanto aos arredores do local, existem diversos pontos de vendas de drogas, o que torna instável a segurança na região, apesar de haver rondas constantes de policiais – tanto devido ao tráfico de drogas quanto à existência de presidiários trabalhando em regime semiaberto. A região é também vulnerabilizada pela proximidade com o lixão. Lá são descarregados alimentos, dejetos hospitalares, entre outros, o que atrai toda sorte de animais peçonhentos e doenças para a comunidade local.

A cooperativa possui atualmente um presidente, uma tesoureira e um secretário, e conta com aproximadamente 35 trabalhadores, número que flutua de acordo com as demandas por produção. A produção na flui em torno dos descarregamentos recebidos pelas grandes empreiteiras do Distrito Federal que, ao invés de dar a devida destinação aos dejetos de

construção, como por exemplo, o reuso ou reciclagem, lança-os na cooperativa. Grande parte do material doado encontra-se em situações de avaria e cheios de pregos.

Geralmente, o material utilizável é a minoria do descarregamento que chega encobrendo toneladas de lixo que não encontram outra destinação além de permanecerem entulhados nos fundos da cooperativa. Esta condição rendeu à cooperativa vultosa multa do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) com a justificativa de que os entulhos provocam danos ao meio ambiente e lençóis freáticos que existem no local. A cooperativa não teve recursos para pagar a multa e está negativa em termos financeiros. Grande parte dos entulhos foram retirados do local, mas ainda a situação não pode ser completamente regularizada. Ainda, é importante mencionar que os lixos entulhados passam por processos de queimadas esporádicas, pois há o risco constante de haver queimadas generalizadas.

Figura 2. Galpão de trabalho e material triado

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



A produção na cooperativa é sazonal e varia diretamente conforme a demanda do mercado. Possui atualmente quatro linhas de trabalho em funcionamento: fabricação de móveis; fabricação de madeiras sob medida; fabricação de pufes, baús e reforma de sofá; e fabricação de meio-fio, manilhas, tampa e bloquete de concreto. A única linha que é diretamente supervisionada e gerenciada completamente pela cooperativa é a fabricação de madeira sob

medida, sendo as demais gerenciadas e desenvolvidas por ex-detentos, detentos em regime semiaberto, e pessoas da comunidade local que assumiram as produções, ganhando independência gerencial e financeira da cooperativa. Além disso, há atividades burocráticas do escritório que são desempenhadas por presidiários com ensino médio completo e em regime semiaberto.

Participantes da pesquisa

Ao total, participaram da pesquisa 10 pessoas. O grupo foi composto por nove homens e apenas uma mulher, sendo sete presidiários e apenas três ex-presidiários. A idade média dos participantes foi de 36,9 anos, variando de 19 a 65 anos. Já a pena média entre os participantes foi de 21,7 anos, variando de 1 ano e oito meses a 110 anos. O tempo de pena cumprida, entre os participantes, variou entre 1 ano e oito meses a 23 anos, sendo a média de 7 anos de pena cumprida. A tipificação dos crimes cometidos era variada, podendo-se citar: furto, roubo, roubo à mão armada, sequestro, homicídio, tentativa de homicídio, formação de quadrilha, estelionato, tráfico, porte de arma, e tráfico diário. O tempo de trabalho na cooperativa é igualmente variado, podendo ser de três meses a nove anos e média de um ano e oito meses.

Dentre a representação dos setores produtivos da cooperativa, um dos participantes trabalha na administração da cooperativa, uma trabalha na limpeza, um trabalha com fabricação de puffes e baús, e sete homens trabalham com a fabricação de estacas, piquetes, pontaletes e/ou carga e descarga.

Observações clínicas

As observações clínicas compõe material fundamental para compor a interpretação e conferir ampla compreensão aos discursos dos participantes. Elas não se limitam apenas aos atos observados, mas compreendem a articulação entre os pesquisadores e os trabalhadores, conferindo registro à própria dinâmica da pesquisa (Dejours, 2011c). O registro proveniente da observação clínica permite remontar o fio condutor da pesquisa e compõe um relato mais realístico dos fatos observados, vez que extrapola o registro frio das transcrições do que fora relatado, apontando aquilo que não foi dito, resistências, e outras manifestações observadas que não podem ser meramente captadas pelo registro do gravador.

Dejours (2011c) afirma que as observações devem ser escritas ao final de cada sessão com os trabalhadores e propõe duas formas de realiza-las: ou apenas um dos pesquisadores fica incumbido de redigi-las e oportunamente apresenta-las aos demais pesquisadores, ou cada pesquisador redige suas próprias observações, expondo-as e discutindo com o grupo de pesquisadores para que sejam verificadas todas as perspectivas e consensuadas em registro único. Por fim, é válido mencionar a justificativa que Dejours (2011c) trata da falta de objetividade na apreensão do discurso e da experiência vivida pelos trabalhadores: observar e interpretar o sofrimento, o prazer, a experiência, o afeto e a dimensão subjetiva de modo geral, só podem ser apreendidos pela subjetividade de um destinatário do discurso.

Neste sentido, o registro das observações clínicas não se afastam muito do método empregado em outras ciências sociais como a sociologia e antropologia, onde a apreensão da realidade vivenciada passa pela intersubjetividade do pesquisador durante o processo da pesquisa junto ao grupo de trabalhadores. Portanto, o procedimento adotado na presente pesquisa fora parcialmente diferente daqueles propostos por Dejours. Ao final de cada sessão, as pesquisadoras se reuniam para discutir as observações constatadas nos discursos manifestadas durante e fora das sessões, bem como demais observações constatadas durante a preparação e

encerramento das reuniões de discussão. Com isso, foram averiguadas possíveis contradições, semelhanças e/ou diferenças nas percepções, bem como a complementação de aspectos não observados por ambas. A partir destas discussões, o registro formal das observações clínicas foi feito apenas pela psicóloga que conduziu as reuniões com os participantes. O registro foi organizado em torno dos conteúdos não contemplado nas três etapas previstas na Análise Clínica do Trabalho (ACT), em convergência com as perspectivas das pesquisadoras, e análises anteriores.

Devolutiva e deliberação

A restituição do conteúdo apreendido e interpretado pelo grupo de pesquisadores é essencial para a validação dos registros e condução da pesquisa. Além disso, constitui-se em ação ética de compartilhar as observações e deliberar junto aos participantes a respeito da factualidade e procedência do conteúdo.

A devolutiva e deliberação ocorreram conforme indicado por Mendes e Araújo (2012) em que antes do início da reunião subsequente, apresentou-se o apanhado dos conteúdos abordados na sessão anterior, validando as percepções e discursos junto aos participantes. Tal procedimento foi empregado a partir da segunda sessão a quarta e final. Além disso, o trabalho final foi organizado em pôster e apresentado em reunião a toda cooperativa para disseminar os resultados encontrados tanto aos trabalhadores envolvidos, direta ou indiretamente na pesquisa, e a comunidade local.

Análise dos dados

A análise dos dados compreendeu o conjunto de todo material coletado – documentos, fotos, anotações oriundas de observações clínicas durante a pré-pesquisa e pesquisa propriamente dita, e a gravação das reuniões de discussão. Conforme referido anteriormente, as observações

clínicas foram registradas após cada reunião e validadas entre as pesquisadoras. Ainda, o material registrado foi apresentado e validado em conjunto com as demais anotações apreendidas no discurso dos trabalhadores durante o momento de restituição e deliberação junto aos participantes.

As gravações das reuniões de discussão foram integralmente transcritas, identificando-se a data, e o quantitativo de participantes presentes. A análise do material transcrito foi submetida ao método de análise do conteúdo prescrito por Mendes e Araújo (2012) como procedimento para a ACT. As autoras recomendam três diferentes etapas: Análise dos Dispositivos Clínicos (ADC), Análise da Psicodinâmica do Trabalho (APDT) e Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho (AMCT). Considerando-se que a presente pesquisa aborda exclusivamente a Análise da Psicodinâmica do Trabalho, empregaram-se apenas os três eixos integrantes nesta etapa de análise. São eles: Organização do trabalho prescrito e real; Mobilização subjetiva; Sofrimento, defesas e patologias. Abaixo serão listados os respectivos subtópicos que compõe cada eixo:

I) Organização do trabalho prescrito e real

- Tipos de tarefas;
- Divisão do trabalho;
- Normas e regras;
- Tempo e ritmos;
- Exigências técnicas;
- Relações com pares, chefias e clientes;
- Estilo de gestão;
- Responsabilidades e riscos;
- Condições de trabalho.

II) Mobilização subjetiva

- Sofrimento criativo;
- Inteligência prática;
- Espaço de discussão;
- Cooperação;
- Reconhecimento.

III) Sofrimento, defesas e patologias

- Sofrimento patogênico;
- Estratégias de defesas individuais;
- Estratégias de defesas coletivas;
- Tipos de patologia;
- Danos físicos e psicossociais.

O conteúdo transcrito das reuniões de discussão gerou material profuso e complexo que foi organizado segundo os eixos e subtópicos apresentados acima. A análise dos dados iniciou-se após finda a triagem das falas dos participantes da pesquisa segundo cada temática abordada. Os resultados foram organizados e editados, em termos textuais, respeitando-se o máximo de fidedignidade e correspondência com o conteúdo literalmente transcrito, visando sua devida apresentação e compreensão.

Todo o material levantado foi analisado em conjunto para enriquecer e as análises e prover diferentes perspectivas ao estudo. Por fim, os resultados encontrados também foram confrontados e analisados em suas possíveis convergências e/ou divergências com a revisão bibliográfica realizada sobre os temas contemplados na pesquisa.

Capítulo 5 - Resultados

Organização do Trabalho

Localização e condições sócio demográficas do entorno da cooperativa

A cooperativa “Um Sonho de Liberdade” localiza-se em área de invasão no bairro Cidade Estrutural, situada na região administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) e possui população de 39.015 habitantes, sendo 47,8% pessoas do sexo masculino e 52,2% feminino, segundo a Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios (PDAD, 2015).

A região remonta um histórico de pobreza e marginalização social. Conforme aponta o portal do governo do Distrito Federal, a origem da cidade estrutural deveu-se à proximidade do aterro sanitário do Distrito Federal existente por muitas décadas na localidade. Diversas pessoas em situação de pobreza dirigiam-se ao aterro em busca de alternativas para alimentação, seleção de materiais recicláveis e até moradia. Logo, foram se alinhando diversos barracos e o local passou a ganhar a configuração de uma comunidade. No início da década de 90 o conjunto de barracos se ampliou e transformou-se na “Invasão da Estrutural” com pouco menos de 100 milhões de domicílios. Ao longo do tempo os barracos avolumaram-se e a invasão passou a ser conhecida por “Vila Estrutural”. Em janeiro de 2004, a Lei nº3.315 criou o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, contudo, ainda hoje a região administrativa não fora consolidada devido às dificuldades em equacionar problemas fundiários ocasionados pela forma em que a região surgiu.

A última PDAD (2015) indicou que a população da Estrutural é jovem: 51,8% estão na faixa etária de zero a 24 anos, 43,11% corresponde à população de 25 a 59 anos e os idosos acima de 60 anos totalizam 5,11%. A população segundo a cor ou raça declarada está distribuída em

73,65% parda ou negra, e apenas 26,35 declarou-se como branca. No que se refere à escolaridade, a maioria da população sequer concluiu o ensino fundamental.

O tipo de residência predominante é em alvenaria, sem acabamento. Quanto aos lotes menos de 20% deles são regularizados. Já os imóveis próprios ou quitados não chegam a 5% do total. Os serviços de infraestrutura urbana estão presentes em 90% dos domicílios. Empregados com carteira assinada somam menos de 52,74% dos ocupados, 32,18% são autônomos, e a atividade remunerada predominante é a de serviços gerais. A renda domiciliar média da população corresponde a 2,54 salários mínimos.

Quanto ao aterro sanitário, a condição de “lixão” perdura, sendo considerado atualmente o maior da América Latina. São mais de 35 milhões de lixo depositados em área de 200 hectares. Segundo a Associação dos Catadores do DF, aproximadamente 2 mil famílias tiram seu sustento do lixão, com renda de R\$30,00 por pessoa a cada dia.

Breve histórico da cooperativa

A “Um Sonho de Liberdade” é uma cooperativa de produção que utiliza resíduos sólidos provenientes da construção civil como matéria-prima para elaboração de seus produtos. É constituída por aproximadamente 30 pessoas, sendo sua maioria formada por detentos em regime semiaberto, ex-detentos e pessoas da comunidade local que buscam oportunidade de trabalho e geração de renda.

A cooperativa ou “Sonho”, como os trabalhadores costumam se referir, foi concebida pelo atual presidente como alternativa à criminalidade. Ele aprendera o ofício de fabricação de bolas durante o regime fechado na penitenciária da PAPUDA (DF) e, quando egresso, teve a mesma sorte que a maioria: não encontrou nenhuma oportunidade de trabalho. Passou a desempenhar a habilidade que adquirira, fabricando bolas sozinho, e vendendo-as de porta a

porta. Na abordagem de venda, narrava sua situação pregressa e que a compra das bolas seria um modo de auxiliá-lo a permanecer longe da criminalidade.

Com o tempo, outros colegas internos saíram da prisão, e passaram a trabalhar juntos com a elaboração e venda de bolas. Para complementar a subsistência, costumavam coletar resíduos do lixão da estrutural para uso próprio ou incorporação na fabricação de outros produtos. Já estabelecido no local onde atualmente é a cooperativa, o fundador identificou em meados de 2003 a oportunidade de direcionar os resíduos sólidos da construção civil do DF para aquele local, quando surgiu a ideia de construir uma cooperativa de produção que gerasse renda e oportunidade de trabalho a egressos e detentos do sistema presidiário do DF. Logo a fabricação das bolas passou a ocupar o pano de fundo para dar lugar à fabricação de móveis e beneficiamento da madeira.

Figura 3. Espaços internos à cooperativa

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



No início, os descarregamentos eram compostos prioritariamente por ripas, caixotes, *palets* e escoras. Em seguida, com a explosão imobiliária do DF entre 2009 a 2014, começaram a chegar carregamentos de concreto usinado, ampliando o leque de alternativas de produtos da cooperativa. Atualmente, vive-se forte retração econômica que repercutiu no mercado de construção imobiliária, desdobrando-se em impactos negativos à cooperativa. Hoje, os

descarregamentos estão cada vez mais escassos e compostos apenas entulhos que chegam recobertos por madeiras, ripas e caixotes.

Segundo o presidente, a cooperativa em seus tempos áureos (entre 2013 a 2015) chegou a empregar aproximadamente 100 homens e mulheres, presidiários (as), ex-presidiários (as) e pessoas da comunidade, gerando renda de até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a depender do trabalho desempenhado por cada cooperado (a). A redução de matéria-prima ressoou nas oportunidades e linhas de trabalho ofertadas pela cooperativa, reduzindo o contingente de trabalhadores e limitando a diversidade dos produtos elaborados e comercializados.

Ao longo dos anos de funcionamento, diversos produtos foram criados e comercializados. Alguns foram incorporados em iniciativas autônomas de ex-cooperados, ou de integrantes da comunidade local, nas instalações da cooperativa, outros sofreram descontinuidade por falta de demanda no mercado, e ainda, outros se mantiveram como parte do catálogo de produtos da cooperativa. A seguir, serão apresentadas todas as linhas de produção da cooperativa e sua destinação.

Farelo de Madeira

Aos arredores da cooperativa havia uma empresa que empregava farelo de madeira em seu processo de produção. Tendo em vista a enorme quantidade de madeira avariada que era acumulada na cooperativa, surgiu a possibilidade de emprega-la para fabricação de farelo de madeira e comercializá-la à empresa vizinha. Ambas as partes entraram em acordo e a cooperativa adquiriu empréstimo para aquisição de um cavaco (máquina que tritura madeira). A produção e comercialização correu relativamente bem durante dois anos, fornecendo 100 toneladas de farelo de madeira por dia à empresa. No entanto, devido ao fato de a máquina

quebrar com frequência e gerar altíssimos custos de manutenção que consumia as sobras, os repasses aos cooperados envolvidos nessa produção estavam aquém do esperado.

Ao longo do tempo, o custo com a manutenção da máquina e o pagamento das parcelas do empréstimo tiveram que ser repassados ao custo final do farelo e, aos poucos, a cooperativa perdeu sua cliente principal, alternando as possibilidades de escoamento da produção para indústrias de cerâmica de tijolos que usavam o farelo no processo de cozimento da argila. No entanto, com a crise na construção civil no Distrito Federal, e os altos custos de transporte do farelo às indústrias de cerâmica, a cooperativa não pode manter um preço que fosse competitivo e deixou de produzir farelo. O cavaco retornou à sua origem, mas a cooperativa continuou com o passivo da dívida.

Fábrica de sofás, pufes, sapateiras e baús

As atividades da fábrica tiveram início com o emprego das habilidades de alguns cooperados em reformar sofás e a disponibilidade de madeira. Ao longo do tempo, passaram a receber encomendas para a fabricá-los, assim como pufes, sapateiras e baús, envolvendo demais cooperados, tanto presidiários como pessoas da comunidade, ensinando-os o ofício e as etapas do processo de produção. Contudo, surgiram desavenças entre os trabalhadores desta linha, e entre alguns cooperados e a presidência da cooperativa, descontinuando a produção por alguns meses.

Em seguida, a produção foi retomada por um presidiário em regime semiaberto que participava da equipe anterior. No entanto, com a anuência do presidente da cooperativa, compôs sua própria equipe e desempenha as atividades da fábrica sem nenhuma relação com a cooperativa e de forma independente, contando com o auxílio de sua esposa e três funcionários da comunidade local. Tendo em vista que, como presidiário e dono da empresa, não pode empregar detentos ou ex-detentos em sua fábrica. Vale ressaltar que, o dono da

fábrica recebe carta de emprego da cooperativa para obter anuência do presídio para trabalhar durante o dia e, devido à recente escassez de madeira em bom estado na cooperativa, os funcionários buscam o volume necessário de matéria-prima no lixão da estrutural. Por fim, o proprietário da fábrica e seus funcionários retribuem a cooperativa auxiliando-a com serviços, quando requerido.

Marcenaria

A fabricação de móveis começou com alguns ex-detentos que tiveram a oportunidade de fazer curso de marcenaria oferecido pelo SESI. Logo a produção ficou concentrada em apenas um cooperado que se manteve vinculado ao empreendimento. Devido à dificuldade e complexidade do ofício, nenhum outro cooperado pôde envolver-se nas atividades desenvolvidas na marcenaria, sendo que nunca mais fora ofertado curso gratuito à cooperativa. Atualmente, estão vinculados a esta linha de produção o mesmo cooperado de outrora, sua esposa, e um jovem da comunidade local.

Há aproximadamente seis anos, a Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília ofereceu apoio técnico à cooperativa onde foram desenhados modelos de móveis arrojados utilizando ripas de madeira. Contudo o formato inovador e o preço final dos móveis não seriam facilmente comercializados na comunidade local. Com isso, houve a associação dos técnicos com a marcenaria da cooperativa para a venda dos móveis em outros locais do Distrito Federal e Brasil, por meio de iniciativa livre e autônoma. Portanto, a divisão das sobras sobre a produção e venda dos móveis está dividida em três partes: 30% fica com a produção, 30% é revertida à cooperativa; e 40% para a comercialização dos móveis.

Meio-fio, manilha, tampa e bloquete

O trabalho com o concreto iniciou com a necessidade de as empreiteiras escoarem o concreto produzido e não utilizado durante o dia nas construções. Para que ele não ressecasse, acarretando em maiores prejuízos em limpar o misturador do caminhão de concreto, formou-se uma parceria com as empreiteiras para que descarregassem o concreto usinado na cooperativa, de forma gratuita. Então, a cooperativa adquiriu formas para fabricação de meio-fio, manilhas, tampa e bloquete. Logo surgiram compradores e o negócio demonstrou-se rentável. Devido à baixa complexidade da atividade, muitos cooperados puderam se envolver nessa produção. No entanto, não demorou a que as empreiteiras cobrassem pelo frete para descarregar o concreto na cooperativa e, logo, com a crise imobiliária, passaram a cobrar pelo excedente. Inevitavelmente, a produção teve que chegar ao fim, pois o valor final não era competitivo no mercado.

Com isso, outras pessoas da comunidade, que detinham de recursos para comprar o concreto e investir sua força de trabalho, propuseram à cooperativa utilizar o espaço físico e as formas para manter esta linha de produção, em troca de xxx. A cooperativa consentiu e, atualmente, há cinco pessoas envolvidas nesta atividade, sendo que nenhuma delas é detentos ou ex-detento.

Madeira sob medida

Trata-se da linha de produção que inaugurou as atividades da cooperativa “Um Sonho de Liberdade” por ser atividade de maior simplicidade e viabilidade. É a linha de produção que possui majoritariamente egressos do sistema prisional, bem como detentos em regime semiaberto, sendo apenas 10%, aproximadamente, de seu contingente composto por pessoas livres da comunidade local. Fabricam-se piquetes, pontaltes, e madeiras sob medida para fabricação de faixas. A demanda maior coincide, naturalmente, com épocas de eleição

quando, além de encomendar as estruturas para faixas, os políticos vão à cooperativa em campanha eleitoral.

Houve um período em que o regime de produção obedecia aos critérios do âmbito econômico da economia solidária, em que os cooperados recebiam pela produção correspondente ao seu trabalho. No entanto, com a baixa no recebimento de madeiras e a crise econômica generalizada, nem sempre havia volume de trabalho que justificasse a permanência de detentos na cooperativa, assim como o trabalho demandado gerava renda baixíssima aos trabalhadores como cooperados. Com isso, há 4 anos a cooperativa tomou a decisão de remunerar os trabalhadores por meio de diária de trabalho. Deste modo, independentemente do volume de trabalho, e do tipo de tarefa desempenhada, a cooperativa proporciona aos detentos e ex-detentos o valor correspondente a uma diária de serviço prestada.

Fábrica de bolas

Por meio de projeto aprovado junto à Fundação Banco do Brasil, buscou-se retomar a ligação com a fabricação das bolas e a identidade profissional que muitos detentos e ex-detentos desenvolveram dentro do presídio. As instalações já foram concluídas, devendo iniciar a produção a qualquer momento. Ressalta-se que, considerando o escopo da motivação da fábrica de bolas, apenas presidiários em regime semiaberto e ex-presidiários serão incorporados na produção.

Ingresso na Cooperativa

Durante sua constituição, o atual presidente da cooperativa iniciou sua empreitada convidando antigos conhecidos da penitenciária para que enveredassem pelo caminho do trabalho e, com isso, lhes auxiliasse a não reincidir à criminalidade, tendo em vista as dificuldades de

emprego e reinclusão social e produtiva que os egressos enfrentam. Com o tempo, a cooperativa ganhou o conhecimento extra e intramuros às penitenciárias do Distrito Federal e, logo, passou a receber a visita de familiares de presidiários em regime semiaberto.

Essencialmente, as visitas continham o apelo por uma carta de emprego emitida pela cooperativa ao parente que estava em regime de progressão. Este é o instrumento que permite a saída dos presidiários para trabalharem durante o dia em qualquer empreendimento formal. Para além de uma oferta de emprego, o presidente afirma que a carta de emprego trata-se de uma aposta que a família faz ao presidiário no intuito de que tome gosto pelo trabalho e que esse seja um veículo para que se redima e, igualmente, reverta parte de seus ganhos econômicos aos familiares que teve que abandonar ao ingressar na cadeia. O presidente afirma que a tipologia criminal não é mérito de análise para a concessão da carta de emprego, mas a real motivação pelo trabalho e por agregar valor à cooperativa e à própria vida do cooperado.

Atualmente, a cooperativa recebe presidiários da penitenciária Papuda (DF) e de outra localizada em Cascavel (PR). Os presidiários em progressão de regime do DF cumprem a pena no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) localizado na mesma região territorial que a cooperativa – Setor de Indústrias Gráficas. O CPP é destinado ao recebimento dos penitenciários em regime semiaberto para que finalizem o cumprimento de sua pena para que possam gozar dos benefícios legais de trabalho externo e saídas temporárias.

Outro mecanismo de suporte ao presidiário e/ou ex-presidiário é a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNDAP/DF), instituída há mais de 30 anos e vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Paz Social (SSP/DF). Tem por missão contribuir para a inclusão e reintegração social das pessoas presas e egressas para que possam desenvolver seus potenciais como indivíduos e cidadãos. Possui convênios com órgãos da administração pública do DF e com empresas privadas para a promoção de oportunidades de

trabalho. Além disso, a FUNDAP oferece cursos de capacitação profissional a presos e egressos. Vale ressaltar que a FUNDAP nunca intermediou o acesso à cooperativa por nenhum de seus trabalhadores, sendo que alguns dentre eles afirmaram ter permanecido na lista de espera da instituição por anos, sem nunca terem sido beneficiados com oportunidades de trabalho ou cursos.

Modelo de Gestão

Segundo o presidente da cooperativa, a organização passou por algumas mudanças no modelo de gestão, bem como no de retribuição pelo trabalho desempenhado. Inicialmente, a organização não possuía um modelo de gestão específico e sequer era organizada como cooperativa. Os trabalhos eram informais e a produção ocorria de acordo com as habilidades e recursos disponíveis no momento. Em pouco tempo, surgiu a iniciativa de organizar a instituição como uma cooperativa de trabalhadores. Segundo o presidente, a “Um Sonho de Liberdade” implementou o modelo preconizado pela economia solidária durante a maior parte do período de sua existência, sendo obrigada a alterar seus processos de tomada de decisão e distribuição das sobras.

De acordo com o presidente, cada linha de produção possuía um coordenador que reportava ao presidente as dificuldades, necessidades e boas práticas desempenhadas em seu setor. O coordenador era igualmente responsável por fazer a intermediação entre os cooperados e a presidência para assuntos menores e relativos à rotina de trabalho, e pela disseminação de informações relevantes a todos. O processo de tomada de decisões era realizado via Assembleia Geral, onde todos os cooperados eram convidados e cada um possuía o direito a votar e expressar sua opinião sobre as diretrizes que a cooperativa deveria adotar – desde assuntos operacionais aos mais estratégicos.

No entanto, nos últimos anos a cooperativa vem enfrentando dificuldades de diversas ordens que vêm, paulatinamente, configurando práticas de gestão diferentes daquelas adotadas na economia solidária. O presidente relatou como o maior dos empecilhos da cooperativa aqueles de cunho financeiro, tais como os desdobramentos negativos, fruto de estratégias mal sucedidas em estruturar determinadas linhas de produção; entraves burocrático-financeiros com a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, relativo ao acúmulo de entulhos e lixo sem a devida destinação ecológica dos resíduos de construção civil que são despejados ao longo dos anos na cooperativa; redução drástica na quantidade e qualidade do material de reciclagem encaminhado ao empreendimento. Além disso, denota-se certo amadorismo na escolha, definição e formatação dos produtos elaborados, desconectados de um real apelo mercadológico e/ou segmentação de mercado.

As atividades da cooperativa são implementadas sem devido planejamento estratégico prévio que organize e estruture a organização em torno de ações exequíveis, capazes de garantir não somente sua sobrevivência, mas seu êxito em termos administrativos e financeiros em larga escala. De acordo com a narrativa do presidente e trabalhadores, há mais de 3 anos que os trabalhos desempenhados na organização são remunerados por diárias de trabalho, compreendidas pelo período das 09:30 a 16:30 – horário de chegada e saída dos presidiários ao “Galpão”. Para ele, a decisão deveu-se à diminuição da demanda aos produtos, da matéria-prima da cooperativa que, por sua vez, impactaram no volume da produção, sendo necessária menor mão-de-obra.

Por fim, o contexto produtivo e econômico do empreendimento já não mais garantia a subsistência da maioria dos cooperados que passaram a buscar outras alternativas de trabalho e geração de renda, empregando os conhecimentos adquiridos em outros ofícios – conforme relatado pelo presidente. Aqueles que se mantiveram ligados à cooperativa tiveram sua renda garantida por meio das diárias de trabalho. Em outras palavras, em havendo demanda de

serviços, os presidiários desempenhariam as funções requeridas; caso contrário, passariam seu tempo nas instalações da cooperativa à paisana.

Análise da Psicodinâmica do Trabalho

Organização do trabalho prescrito e real

Tipos de tarefas

A maioria dos trabalhadores relatou que não possuía experiência progressiva no trabalho com a madeira. Os tipos de tarefas relatadas são variados e foram citadas a marcenaria para produção de estaca, pontalete, piquete e painéis (desmontar palets, arrancar prego, medir e cortar madeira, montar os produtos); motorista (dirigir caminhões de carga, administração (controle da folha de presença, contabilidade, e elaboração de documentos; elaboração de puffes, baús, sapateira e reforma de sofá (coleta de material no lixão da estrutural, beneficiamento das madeiras, corte e montagem da estrutura, tecido e costura, montagem final); e serviços gerais: todos os demais serviços dentre carga, descarga, limpeza, triagem de materiais, cozinhar, entre outros, foi designado pelos participantes nesta categoria.

É importante destacar que oito entre os dez participantes classificaram-se na categoria serviços gerais, sendo que mesmo quem trabalha com a marcenaria desempenha atividades descritas nessa categoria, uma vez que “O importante é o esforço, irmão. A gente só não pode é ficar parado”, e “Serviços gerais é, tipo assim, você faz tudo. Aqui a gente faz tudo.”. Ressalta-se que a remuneração é realizada por diárias; portanto, os participantes relataram a necessidade de manterem-se ocupados com quaisquer atividades possíveis para que possam receber o pagamento do trabalho. Eles afirmam que não tem tempo ruim: “É igual o que nós estamos falando, é serviços gerais, daqui a pouco - nós estamos na marcenaria, amanhã se vier a fábrica de bola, nós já vamos pra fábrica de bola, né? Ou senão, vamos pro pufe. Ou

seja...Tem que aprender a tarefa nova cada vez, né?”. E se autodenominam guerreiros trabalhadores.

Figura 4. Tipos de tarefas: triagem da madeira

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



Os trabalhadores da marcenaria explicam o processo de trabalho do seguinte modo: primeiramente descarregam o material que chega a partir dos caminhões que trazem os resíduos de construção à cooperativa. A partir disso, é realizada a triagem do material, entre a madeira aproveitável e o lixo que vem junto com o descarregamento. Entre a matéria-prima de boa qualidade estão ripas, caibros, vigotas e palets. Todos eles precisam sofrer algum nível de beneficiamento para serem utilizados na linha de produção. Então, os palets são desmontados e todas as madeiras que possuem pregos são destinadas a dois homens. Em seguida, a madeira é direcionada à medição e corte. Nesta atividade há cerca de quatro a seis homens trabalhando, a depender do dia.

Já o processo de trabalho no setor de produção de pufes, baús e sapateiras é diferente. Um dos trabalhadores da área relata que as atividades começam assim que o coordenador da área chega do “galpão”. O dia amanhece com a coleta de materiais no lixão com uma Kombi carroceria. Perto do horário do almoço, retorna-se ao local de produção, descarrega-se a

Kombi, o material é separado segundo o tipo, limpam-no arrancando os pregos e deixam o material em condições de uso.

Ele explica que essa linha de produção já pertenceu à cooperativa, mas hoje possui autonomia, mantendo o mesmo estilo e padrão de trabalho de quando pertencia à organização, visando trabalhar prioritariamente com presidiários e ex-presidiários. Neste sentido, coletam madeira do lixão para não se apropriarem do material descarregado que possui destinação exclusiva da cooperativa. Em seguida, a madeira é levada para medição e corte na serra e, depois, encaminhada para a montagem da estrutura do mobiliário. A última etapa do processo é o corte e costura dos tecidos, finalizando o acabamento do produto. Ainda, explica que há também a tarefa de compra dos tecidos que ocorre de acordo com o tipo e perfil das encomendas.

De forma geral, os ofícios são aprendidos na própria cooperativa, ora com os demais trabalhadores, ora com o presidente da organização. Os mais velhos vão ensinando aos mais novos sendo que, prioritariamente, o presidente da cooperativa é quem domina a execução de todas as tarefas, ensinando e fiscalizando o devido cumprimento das atividades. Todos os participantes afirmam que tudo que aprenderam na cooperativa, de modo direto ou indireto, foi com o presidente – desde a fabricação de bolas, marcenaria ou bloquete de cimento. Dito de outro modo, ou aprenderam diretamente com o presidente, ou com quem aprendeu com ele. Já o ofício dos pufes e baús foi sendo repassado pelos coordenadores da área.

Divisão do trabalho

A produção é orientada segundo a encomenda. Quem recebe os pedidos é o presidente da cooperativa ou seu filho. A partir da encomenda, o trabalho é organizado e distribuído de acordo com a mão de obra disponível no momento, haja vista o fato de haverem diversos empecilhos para a manutenção constante dos presidiários em regime de trabalho devido às

contingências complicadoras da prisão. Neste sentido, os participantes relataram que chegam à cooperativa pela manhã e aguardam as tarefas do dia no escritório da cooperativa. O presidente ou seu filho, que moram no próprio terreno onde se encontra a cooperativa, repassam as atividades, explicam a execução das tarefas, e dão um prazo aos trabalhadores – acordado de forma conjunta.

Figura 5: Tipos de tarefa – Retirada de pregos e mesa de medição e corte

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



Relatou-se que não há distinção e/ou diferenciação de quem realizará as tarefas, com exceção do cargo de auxiliar de escritório, pois requer letramento e nível instrucional mais elevado. Tal cargo é desempenhado por apenas um presidiário da cooperativa, que não se envolve nas demais atividades de produção. Os demais afirmaram que existem preferências pelas atividades da marcenaria, segundo a prática desempenhada por cada um: seja desmontar palets, triagem da madeira, retirar pregos, medir e cortar as madeiras. Eles expõem que o trabalho de um é complementar ao do outro e que, portanto, é necessário haver sincronia e

mútuo apoio. Em outras palavras, se um acaba o trabalho dele, ele vai para outro setor para auxiliar no desenvolvimento das atividades, e assim sucessivamente.

No entanto, eles narraram que, geralmente, dentre as primeiras atividades que um novato desempenha é a triagem da madeira e a retirada dos pregos por serem de maior simplicidade no aprendizado e na execução. A medição e o corte da madeira são atividades de maior complexidade e periculosidade. Portanto, são desempenhados após algum tempo de trabalho na cooperativa e vivência com os materiais. Uma das participantes lembra que antigamente, a retirada de pregos era visto como um serviço para mulheres, havendo 15 presidiárias e ex-presidiárias que se dedicavam a esta tarefa; e aos homens era incumbida a tarefa de medição e serragem da madeira, devido à periculosidade.

Figura 6. Tipos de tarefas: finalização de placas e ripas de madeira

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



No que diz respeito à produção de pufes, baús, etc., explicam que há dois rapazes da comunidade que trabalham no setor, e por não serem presidiários em regime semiaberto, podem dirigir a Kombi e ir ao lixão para a coleta de materiais. São eles mesmos que trabalham no beneficiamento, corte da madeira e montagem das estruturas, em conjunto com outros dois trabalhadores que atuam nesta linha. Apenas o coordenador da área atua no corte, costura e compra dos tecidos. Ele contou que, antigamente, quando havia cumprido a pena por

acusação anterior, podia ir às lojas para comprar, ver ao vivo os tecidos, verificar saldões e estoques antigos, bem como negociar os tecidos. Atualmente, ele cumpre pena por outra acusação, sendo crime cometido no mesmo período que o anterior e, por estar em regime semiaberto, não pode se direcionar a outro local que não seja exclusivamente o de trabalho. Com isso, as compras de tecidos são realizadas por telefone.

Quanto à fiscalização e monitoramento do trabalho, o presidente e seu filho cuidam da produção de piquetes pontaletes e estacas, enquanto o coordenador do setor de pufes monitora este setor.

Normas e regras

Os trabalhadores demonstraram haver grande tranquilidade no que diz respeito ao cumprimento das regras e normas da cooperativa e afirmam que não há muitas. As regras de execução do trabalho são passadas no início da incorporação do novo trabalhador. O presidente concede a carta de emprego e indica as atividades e normas que deverão ser cumpridas. No momento de realização do trabalho é que se dá o aprendizado do ofício, seja pelo presidente ou trabalhadores mais antigos. As dicas de como manusear o material, como não se machucar e como desempenhar o trabalho são dadas, igualmente, ao trabalhar.

A anuência para trabalhar é dada pelo presidente. Mesmo que o presidiário receba a carta de trabalho dele, é necessário que no dia em que compareça na organização, peça por sua autorização para trabalhar naquele dia. Caso receba o aval, receberá algumas incumbências e o valor equânime de diária, pago de forma igualitária a todos os trabalhadores – sejam eles presidiários, ex-presidiários ou locais da comunidade.

Os participantes relatam que, mesmo que haja críticas em relação à produtividade, recebem o valor da diária sem descontos. Ainda, relatam que recebem pessoas externas que promovem palestras sobre *coaching*, bem-estar ou cultos religiosos. O presidente permite a participação

dos trabalhadores, sem que lhes seja descontado nada. Já no âmbito dos pufes, o coordenador é quem fiscaliza o corte, acabamento e qualidade das estruturas de madeira que são produzidas. Segundo ele, há um padrão simplório no desenvolvimento das atividades, as quais os trabalhadores estão acostumados devido o tempo de prática que possuem; portanto, é raro ter que chamar a atenção.

O horário de comparecimento no trabalho varia de acordo com o meio de locomoção de cada trabalhador que se origina do galpão à cooperativa a pé ou de bicicleta, sendo aproximadamente às 7h00min. Estes disseram, também, que não possuem recursos para o ônibus. Já aqueles que são antigos presidiários e moram em outras localidades, vão de ônibus ou carona. Por volta das 12h00min, os trabalhadores assinam a folha de ponto, almoçam, e retornam para o trabalho novamente às 14h00min.

O horário de saída para quem é presidiário é, geralmente, às 17h00min quando se trocam e preparam-se para retornarem à prisão. Por volta das 17h30min os policiais estão em frente à cooperativa para realizarem um procedimento chamado “confere” que se constitui, basicamente, em uma chamada oral aos presidiários no portão do estabelecimento. Caso alguém não esteja no local, no momento em que a polícia chegue, é dada uma punição disciplinar chamada de “castigo”.

Deste modo, os participantes dentre os presidiários, contam que os regramentos mais rígidos e severos aos quais devem obedecer vêm da prisão, e não da organização do trabalho. Alegam que suas vidas no ambiente de trabalho, ou mesmo nos “saidões” (saídas como indulto de natal, dias das mães, entre outros) são coordenadas pelo medo de haver um confere a qualquer momento de onde estiverem, e acabarem por perder diversos direitos e sofrerem punições ao irem ao castigo. Além disso, vivem em constante vigília para não retornarem ao galpão, no final do dia de trabalho, em posse de qualquer material ou produto que seja proibido. A exemplo, como alguns fumam, usam fósforos, isqueiros ou cigarros: todos estes são proibidos

e, se pegos durante a revista, condenam o presidiário ao castigo. Portanto, eles vivenciam uma realidade na cooperativa completamente diferente daquela permitida pelas regras e normas da prisão e, todos os dias, fazem em si mesmos a revista para se imiscuírem de qualquer traço de itens proibidos que puderam utilizar em cada dia de trabalho. Novamente, apontam para a importância de estarem sempre em vigília e atenção constante.

Tempo e ritmos

Os trabalhadores cumprem carga horária semelhante aquelas desempenhadas em organizações privadas. Chegam por volta das 07h00min, mas iniciam a jornada às 08h00min. Trabalham até as 12h00min, possuem duas horas em almoço e finalizam o trabalho às 17h00. Diferentemente de organizações privadas, se ocorre caso fortuito e ficam impedidos de trabalhar, o valor será recebido igualmente.

Não existem metas ou indicadores. Todos trabalham de acordo com a encomenda do momento. Relatam que a produção é controlada segundo o tempo de serviço disponível no dia e o volume de trabalho resultado. O presidente ou seu filho verificam, ao final do dia, o que foi produzido de acordo com o tempo e quantidade de pessoas dedicadas. Caso percebam alguma disparidade em termos de baixa produtividade, pedem maior concentração e empenho dos trabalhadores para não “darem dias perdidos”.

No geral, os participantes relataram que o trabalho e o ritmo são sossegados, e mencionaram que a repetição não incomoda, pois nunca há rotina por longo período no trabalho. As atividades sempre são interrompidas por uma descarga de caminhão, carregamento, ou outras tarefas que surgem repentinamente. Informam que, quando há encomenda, o trabalho diário é garantido e o prazo costuma ser viável para trabalhar em ritmo rápido, mas tranquilo. Quando não há um pedido garantido, trabalha-se de forma “pingada”, ou seja, “Um ou dois dias sim, três não”.

No setor de pufes e baús, o ritmo é o mesmo, mas o volume de trabalho costuma ser mais intenso e, logo, os prazos são mais justos. Com isso, relataram maior dificuldade em ajustar as limitações de tempo do regime semiaberto ao cumprimento das demandas de trabalho, pois recebem por produção e não por diária. Neste sentido, quanto mais trabalharem, melhor seria o retorno financeiro. Nas palavras de um dos participantes, “É ruim quando você fica no canto assim, sem trabalhar porque trás mais fadiga do que quando você tá num trabalho que é, tem, você fica mais entretido ali, mais animado, conversando, então é uma coisa mais... Eu gosto de trabalhar mais assim.”.

Exigências técnicas

Quanto ao prescrito do trabalho, os participantes indicaram que não existem “regras únicas ou receitas de bolo” no desempenho das tarefas. Eles ensinam fazendo, de acordo com o que aprenderam e, cada um tem a autonomia de fazer do jeito que achar melhor e mais fácil. No entanto, uma regra geral que é passada sempre é a atenção. Tanto do presidente e coordenadores quanto entre pares. Eles apontam que a atenção é a regra essencial para evitarem acidentes e para fazerem um bom trabalho. No entanto, há regras específicas às quais se deve cumprir. Citaram as especificações no tamanho do corte da madeira. Para tal, trabalham com trena e duas máquinas que permitem fazer a medição precisa do corte.

Figura 7. Acabamento final e mesa de medição e corte de madeira

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



O trabalho é, por vezes, fiscalizado durante o dia seja pelo presidente, ou pelo seu filho, na marcenaria, ou apenas durante o final do dia para verificar se os pedidos. São verificados o tamanho do corte das madeiras, o acabamento, as peças montadas, e a produtividade. Quando a medição é errada e há problemas na produção, simplesmente interrompem o trabalho e retomam-no no padrão correto, de forma conjunta. Os participantes informaram que, nestes momentos, o fiscal procura compreender primeiramente o porquê do erro e chama a atenção da pessoa, sem se exaltar e jamais humilhar a pessoa em questão. Pede-se para manter a atenção e a compreensão de que o esforço de uma pessoa é o esforço do conjunto, ou seja, o retrabalho sempre será de todos e não apenas uma pessoa e, se há desperdício, de forma direta ou indireta, todos saem perdendo.

Os participantes dissertaram sobre as diversas formas de periculosidade que encontram nas atividades diárias de trabalho. Afirmam que são cedidos os equipamentos básicos de segurança como luvas e botas. Contudo, acabam por optar em não utilizar as luvas pois, de algum modo, acabam por dificultar o tato fino com a madeira e a falta de praticidade no manuseio. Além disso, relataram que tiram as luvas para fumar, comer, e depois, devem colocá-la novamente, mas acabam por esquecer.

Relações com pares, chefias e clientes

Os presidiários e ex-presidiários reportaram em uníssono sentirem a enorme confiança depositada, tanto pelo presidente da cooperativa, quanto pelos demais trabalhadores, estejam eles na mesma condição de origem, ou oriundos da própria comunidade. Afirmam que “aqui não tem ninguém melhor do que ninguém, aqui pra ele (presidente) todos aqui são iguais. Nenhum é melhor do que o outro.” e “aqui não nos olham com desconfiança nos olhos.”.

Além disso, reportaram haver um grande diferencial na perspectiva do presidente em relação a quaisquer outros empregadores, pois ele não se interessa em conhecer a ficha criminal de ninguém, por maior que seja. Para ele, o foco é em dar a oportunidade para um detento ou ex-detento com os olhos no futuro da pessoa, e não no passado.

Dois participantes relataram e os demais concordaram que o presidente da organização é uma pessoa educada e que sabe se dirigir aos trabalhadores, seja nos momentos tranquilos, seja naqueles de maior tensão ou conflito, havendo reciprocidade no respeito e cordialidade na comunicação. Para eles, esse modo de agir os coloca em posição de darem o melhor de si pela organização e por si próprios. Na visão de um dos participantes sobre o presidente “Eu tenho que respeitar meus trabalhadores pra meus trabalhadores me respeitarem”.

Relataram haver críticas e, também, muitos elogios e disseram ter havido raríssimas vezes em que o presidente brigou ou gritou com o coletivo de trabalhadores, e relataram um caso em que foi dada uma instrução explícita sobre o direcionamento de onde a carga de material reciclado deveria ocorrer, e as pessoas encarregadas não o fizeram, desperdiçando o material. Com isso, os trabalhadores disseram que quando o erro é coletivo, chama-se a atenção coletivamente; mas quando o erro é individual, a conversa é particular. Do mesmo modo, afirmaram não terem medo do presidente. Sobre o incidente da descarga de material, foi dito: “E tudo que é jogado ali, 90% é dinheiro. Nós estamos pisando ali em dinheiro. Porque um dos locais que tira mais dinheiro assim é do lixo. Ali, querendo ou não, é lixo, né? As pessoas dispensaram algo que a sociedade não quer mais, joga ali, mas ali é dinheiro. Então quando há

dinheiro sendo jogado fora, por relaxamento, desleixo do trabalhador, o chefe com certeza fica com raiva, né?”

Sobre a hierarquia nas relações, os trabalhadores reportaram haver uma relação de chefia entre o presidente e eles, havendo essa distinção devido ao fato de ele resolver todos os problemas e gerir a cooperativa, bem como distribuir tarefas e delegar responsabilidades. Quando perguntado se há algum desconforto na percepção da distância de poder, todos se apressaram em dizer que não. Um dos participantes disse: “Porque tanto ele quanto nós precisamos um do outro. Então nós temos que estar no mesmo objetivo para poder fazer isso aqui crescer. Se ele tiver com um objetivo, eu tiver com outro, os meus companheiros tiverem ainda outro objetivo, não vai nada dar certo. Por quê? Porque cada um tem um objetivo diferente. Mas nós aqui estamos com um único objetivo, é fazer a "Sonho de Liberdade" crescer”.

Por outro lado, os trabalhadores possuem liberdade e espaço para fazer críticas ao presidente. Eles exigem um bom exemplo, e que sejam cumpridas as prerrogativas de seu cargo, tais como o pagamento em dia, presença constante na cooperativa ou de um substituto, entre outros. Um dos trabalhadores mais antigo disse: “Porque o chefe também ele tem que reconhecer que muitas vezes ele erra. Porque um bom chefe, ele faz de um grupo ridículo, vamos dizer assim, um grupo medíocre, em um grupo vencedor. Mas o mau chefe ele faz o grupo vencedor um nada, um grupo derrotado. E isso nós cobramos dele, que ele venha a ser um bom chefe, um bom líder né?”.

Apesar de a fiscalização vertical ser pouca e tranquila, relataram que por vezes a fiscalização entre pares é mais intensa. Alguns dos trabalhadores não aceitam preguiça ou “corpo mole”, pois o trabalho de um está intrinsecamente dependente e vinculado ao trabalho do outro. Portanto, procuram ajudar se há dificuldade, mas se não houver, o trabalhador poderá ser cobrado pela ineficiência ou improdutividade.

Os participantes mencionam que trabalham na base da amizade, respeito, cooperação e solidariedade. A convivência entre eles é como uma “família”. Atribuem o vínculo positivo ao fato de compartilharem um histórico e presente semelhantes. “Ninguém não se altera com ninguém, todo mundo respeita todo mundo, e todo mundo quando a gente tá fazendo um serviço, o outro vem e ajuda para não sofrer só um sozinho, sofre dois, né? Aqui o companheirismo é em primeiro lugar. Aqui o companheirismo é exemplar mesmo”. Ainda, disseram que o presidente não os trata como empregados, mas como integrantes de sua família. Relataram inúmeros casos de o presidente ter ajudado seus familiares, ou dividir a comida com quem não havia o almoço, compartilhando diária, indistinta e proporcionalmente seu alimento.

Estilo de gestão

A gestão da cooperativa está atualmente centralizada nas mãos do presidente e seu filho. A decisão sobre quem admitir ou quem retirar do escopo do trabalho é apenas do presidente. Já a fiscalização, distribuição das tarefas e organização do trabalho é feita de modo conjunto pelos dois. No entanto, a fiscalização também pode ser entre pares, havendo percepção de legitimidade e abertura para tal, conforme narrado pelos participantes. O planejamento do trabalho é maleável e dependente da dinâmica do dia, em haver encomendas e/ou descarga de materiais.

As decisões que afetam a toda a organização é tomada pelo presidente e, em havendo a oportunidade e adequação, os demais trabalhadores podem ser consultados. Ninguém é obrigado a exercer atividade que não queira, como tampouco não há compulsão na permanência ou saída da cooperativa. Quando há atividades extralaborais, tais como palestras, cultos, serviços de *coaching*, entre outros, os trabalhadores não são obrigados a participarem, mas se o fizerem, não terão sua diária deduzida pelo período de trabalho não realizado. Para

os participantes, há preocupação genuína do presidente com eles, demonstrando afeto e consideração em diversas ocasiões, dentro e fora do trabalho.

Há abertura e respeito para a realização de críticas tanto em relação ao presidente com os trabalhadores, quanto com estes e o presidente. O padrão comunicacional é respeitoso e amigável. As pessoas não se veem como empregadas, mas reconhecem a autoridade do presidente. De acordo com os participantes, existem poucas regras de trabalho, prevalecendo àquelas referentes ao bom-convívio como a solidariedade e cooperação. Por fim, o desempenho exitoso é reconhecido e, segundo os participantes, o elogio é coletivo.

Responsabilidades e riscos

No que concerne à responsabilidade, os participantes disseram que, uma vez dada a oportunidade de trabalhar, ensinado o ofício e repassadas as tarefas do dia, eles possuem autonomia e tranquilidade para desempenharem suas incumbências na cooperativa. O trabalho não é fiscalizado em regime integral, onde relataram haver transferência de parcelas da responsabilidade no sucesso e insucesso do trabalho na organização. Além disso, afirmam que a confiança depositada nos presidiários e ex-presidiários gera um senso de responsabilidade em procurarem dar o melhor de si em termos de qualidade e produtividade.

Quando mencionam a responsabilidade pelos acidentes, culpabilizam a si próprios e não ao presidente ou a organização, pois “...fomos nós que deixamos de usar os equipamentos de segurança, ou não tivemos atenção”. Os riscos e acidentes relatados serão abordados na etapa III – Sofrimentos, danos e patologias, no subtópico intitulado “danos físicos e psicossociais”.

Condições de Trabalho

A infraestrutura da organização oferece espaços amplos e arejados, de acesso simples e democrático a todos os trabalhadores. Não obstante, os recursos, instalação e ergonomia ao

bom desempenho das tarefas encontram-se longe do ideal. A maior parte de todas as atividades dos setores produtivos da cooperativa ocorre a céu aberto, sem os equipamentos de proteção e segurança necessários e contando com equipamentos que requerem manutenção constante.

As tarefas possuem complexidade baixa, mas requerem em demasia dos trabalhadores em termos do uso da força bruta, resiliência e tolerância. A atenção é uma exigência constante para desviar dos acidentes de trabalho que espreitam a cada atividade. Em relação aos riscos de trabalho, foram citados aqueles de ordem física dada à periculosidade das tarefas desempenhadas, sem exceção. Acidentes de trabalho, entre os menos aos mais graves, não são raros, sendo que os participantes relataram diversos casos de perda de membros. No entanto, relatam os casos próprios ou de outros trabalhadores com naturalidade e dizem valer a pena cada esforço empregado como “fruto do suor de seu trabalho”.

Os ex-presidiários geralmente recorrem ao aterro da Estrutural, conhecido como “lixão”, para coletarem o material não disponível na organização e buscam, também, móveis, alimentos e roupas em condições razoáveis de uso para si próprios e familiares. Quando indagados sobre as dificuldades do trabalho no lixão, os participantes disseram que já não sentem mais dificuldades, tendo superado-as focando no serviço para nunca desanimar ou esmorecer. No entanto, relataram que meramente o ar do local oferece riscos à saúde, sendo o enfrentamento dos perigos diários provenientes das condições de trabalho uma constante.

Mobilização subjetiva

Sufrimento criativo

Os participantes veem a chance de trabalho na organização como a oportunidade única de suas vidas, que deve ser agarrada e jamais desperdiçada. Informam que o muitas vezes há

chateações e incomodações, fruto da natureza desgastante das atividades desempenhadas, bem como da falta de costume em trabalhar, havendo muitos que não trabalhavam há anos e estavam desadaptados à rotina laboral. No entanto, relatam que coisas boas se sobrepõem às ruins, tornando a percepção destas como ínfimas frente às consequências positivas derivadas de seus trabalhos. Para um deles: “A cooperativa pra mim, por exemplo, e eu creio que pra outras pessoas iguais a mim, essa cooperativa aqui é uma bênção de Deus, sabe? É porque a gente - eu, por exemplo, eu tenha quarenta e nove anos, eu nunca tive uma carteira fichada, faz até vergonha falar isso, sabe?”; e “Eu mesmo passei dezessete anos naquele local, dezessete anos encarcerado, né? Uma oportunidade como essa daqui nós temos que agarrar.” Pouco foi relatado sobre o sofrimento diário oriundo do trabalho. Os maiores desafios relatados dizem respeito mais à vivência no “galpão”, devendo-se cumprir um rol extensivo de regras disciplinares e “humilhantes”, nas palavras dos trabalhadores.

Afirmaram que é necessário haver intensa “boa vontade” e desejo de mudança para não acabarem por retornar à criminalidade como alternativa de subsistência ou reconhecimento social. A esse respeito, um dos participantes colocou: “Eu me conheço do passado, eu sei que sou quem eu fui e não quero ser mais. Então a preocupação é essa. Mas muitas das vezes você tem um beco sem saída. Você olha pra ambos os lados e não acha apoio, não acha ajuda, não acha como lidar com aquela história. Por isso mesmo a minha preocupação diária é essa, né? Não vou chegar aqui, ser hipócrita e dizer que não. Mas, todos os dias é um dia vencido, né? Quando sempre eu digo “não” - já tive oportunidades. Nesse final de semana foram lá em casa pra poder assaltar um banco em Minas Gerais. Eu não fui. Já quiseram colocar drogas na minha mão para vender. Não só na minha, mas de muitos também. Não quis. Então cada dia que eu digo um ‘não’, é uma vitória”.

Inteligência prática

Todos conhecem a prática do trabalho de todos, mas cada um desempenha as funções que encontra maior afinidade, prazer e que consigam desempenhar as tarefas com maior destreza. O trabalho realizado em uma etapa do processo produtivo impacta diretamente na etapa subsequente e, assim, sucessivamente. Portanto, todo trabalho realizado é de comum entendimento e monitoramento por todos.

Durante as reuniões, os participantes contaram que as tarefas são simples, mas perigosas, devendo sempre haver um “jeitinho” para não se machucar e cumpri-las de forma rápida e correta. Desde o descarregamento dos caminhos, ao acabamento final de cada peça, é necessário ter muito cuidado e atenção. Na triagem, é necessário observar bem como e onde se pisa para não furar o pé com pregos, ou deixar que farpas entrem nas mãos e braços. O pisar deve ser sempre leve no início para observar se há algo perigoso no caminho, quando se está no meio dos entulhos. Segundo um dos participantes: “Você vai ficar mais longe do caminhão, esperar despejar a mercadoria pra depois você ir em cima para separar. Não pode ficar em cima do caminhão quando ele descarregar lá, você tem que esperar ele descarregar, depois você vai e pega madeira.”.

Já no lixão, o cuidado e atenção devem ser redobrados. Todo o ambiente oferece periculosidade, desde o ar ao chão. Deve-se ficar pouco tempo para não respirar os gases tóxicos, fruto da decomposição dos materiais. Os recursos disponíveis são uma bota simples, ou sapato fechado, blusa amarrada no rosto e uma mochila; se houver, um par de luvas. Em relação à prática de catação no lixo, um participante relatou: “No dia-a-dia você vai pegando a manha do local. Como não furar o pé, não cortar o pé com caco de vidro, não rasgar a mão, o caminhão não pegar você... É só isso que vai aprendendo. Só quando se vai lá é que se aprende como se faz para se proteger.”.

Dentro da organização, o risco com as farpas é constante e, muitas vezes, quase impossível evitar. No entanto, os trabalhadores disseram que ao longo do tempo, a pele fica mais dura e,

assim, acaba protegendo dos acidentes mais leves. Após a triagem, as madeiras são colocadas no galpão onde ocorre a maior parte do trabalho. Inicia-se a retirada dos pregos, manuseando-se as ripas sem luvas. Os instrumentos de trabalho são o martelo e a pinça para arrancar “os tocos de pregos mais insistentes”. Segundo os participantes, toda a atenção é necessária e, com o tempo, passa-se a descobrir para onde o prego vai quando se bate com o martelo, evitando incidentes; assim como onde se deve segurar a ripa para dar maior estabilidade aos golpes quando se usa o martelo. Relataram que retiram apenas os pregos do meio da tábua, pois a serra corta as extremidades, inutilizando-as.

Não há recursos para a compra de botas com palmilha de aço ou de todo o material de proteção necessário. Apenas quem trabalha com a serra possui as luvas devido ao risco de cortes graves. Contudo, os trabalhadores deste setor disseram não usá-la pela falta de praticidade, e substituem-na pelo cuidado, e pelo “jogo de cintura” que desenvolveram para evitar o emprego das mãos para empurrar a madeira até à lâmina. Desse modo, posicionam a ponta posterior da madeira no abdômen e empurram a ripa em direção à lâmina, usando as mãos apenas à distância para orientar o local correto onde o corte deve ocorrer. Às vezes, se houver algum resquício de prego mal retirado, a lâmina ricocheteia a madeira, desferindo um golpe dolorido no abdômen. Quando isso ocorre, a dupla que retira os pregos é alertada para terem maior atenção.

Segundo os participantes, a medição da madeira é feita com a trena e duas máquinas, e não pode ser feita pelo “olhometro”, por maior que seja a prática adquirida, pois muitas vezes a medida intuitiva pode ser traiçoeira, sendo relatados diversos casos ocorridos em que houve perda de dias do trabalho, e de todo o material devido à medição incorreta. Além disso, sobre o trabalho na serra, os participantes deste setor reportaram que o barulho constante do corte é hipnotizador e pode provocar a perda de atenção. Portanto, eles desenvolveram uma técnica de conversar, sobrepondo o barulho das máquinas, e manterem o foco no trabalho sem se

deixarem levar pela cadência paralisante dos zunidos. Ainda, reportaram outras estratégias para manterem a concentração: “Aqui a gente faz isso, cada uma hora, uma hora e meia, a gente para tomar uma água, tomar um café. Quem fuma vai usar os seus vícios. Por que? Porque justamente por causa disso. É para não ter um acidente de trabalho. É um trabalho fatigante, né? E que cansa tanto a mente quando o físico. Aí vai ter que parar, descansar, e depois voltar.”.

Quando perguntado como conseguem manter o foco e atenção por longo período, relataram que se trata de um grande desafio, pois todos dormem mal, em péssimas condições no galpão, acordam cedo para a liberação ao trabalho, e as condições na cooperativa também não impõem facilidades ao exercício das atividades, tais como trabalhar debaixo do sol escaldante, ou de pé o dia inteiro.

Espaço de discussão

Os espaços da organização são todos públicos e compartilhados. Havia, antigamente, uma cantina onde se vendia lanches e almoço. Lá, os trabalhadores reuniam-se e passavam o tempo tomando um café, comendo ou simplesmente descansando nas cadeiras. Entretanto, com o baixo movimento na cooperativa, acabaram fechando o estabelecimento por falta de circulação de dinheiro em todos os níveis da organização. Neste ínterim, construiu-se com recursos de um projeto aprovado por uma fundação de cunho social, uma sala ampla que se tornou o espaço de convivência dos trabalhadores.

O local possui diversos móveis de madeira, construídos na própria cooperativa, entre poltronas e sofás, e algumas cadeiras acolchoadas e velhas. Há, também, alguns entulhos, mas no geral o espaço é confortável, ventilado, e possui boa iluminação. O ambiente é utilizado para descanso, como copa, espaço para o cafezinho, e discussão sobre pautas da organização e pessoais. Os trabalhadores relataram que lá é um lugar seguro para compartilharem as aflições

que vivenciarão nos presídios e ainda vivenciam no “galpão”, falam sobre seus medos pessoais, inseguranças, problemas familiares, e dividem, coletivamente, a condição existencial pelas quais passam, procurando e encontrando apoio uns nos outros.

Figura 8. Espaço de discussão e antiga cantina

Fonte: Arquivos da autora (setembro, 2017).



No que diz respeito às dificuldades referentes ao trabalho na cooperativa, os participantes disseram adotar a sala como local de reunião entre pares e/ou com o presidente. De forma unanime, relataram que há liberdade e autonomia para o uso da sala para tratarem de quaisquer tipos de demandas pessoais, ou reclamações laborais. As discussões estratégicas que levam à tomada de decisão para definir alguns rumos da instituição, ou atividades operacionais como a distribuição diária de tarefas ocorrem, também, no mesmo espaço. Além disso, a folha de ponto da manhã e da tarde ficam nesta sala, assim como é igualmente o espaço para receber fornecedores e clientes.

Cooperação

Tendo em vista a ligação e dependência do cumprimento de cada uma das etapas para a consecução e êxito geral do trabalho em todos os setores, os participantes reportaram que há a necessidade intrínseca de todos aprenderem o ofício de todos. Para tal, aquele que mais domina determinada tarefa, ensina aos demais seu *metier*, com seu estilo e dicas para melhor

realização do trabalho. Isso ocorre sempre que há defasagem de alguém em seu posto, obrigando-os a alterarem suas posições para complementarem o trabalho do outro e manterem a lógica de funcionamento da organização ativa e em operação.

Os participantes afirmaram que se sentem satisfeitos e contentes em poderem aprender e desempenhar outras funções: “Porque quando uma pessoa tá com dificuldade em alguma área, precisando de alguma ajuda, é necessário, por quê? Porque nós precisamos da madeira, quem tá ali na serra precisa da madeira. Se a madeira não chega, nós não trabalhamos. Tem vezes que nós aqui trabalhamos em quatro setores diferentes. De repente, estamos ali na serra, e escutamos: ‘Olha, vamos descarregar os caminhões que chegaram’, aí a gente pega a descarrega os caminhões. ‘Olha, agora tem que fazer a triagem pra poder tirar os pregos’, aí a gente pega, carrega, traz pra cá, tira os pregos, e vai cortar novamente.”.

Do mesmo modo, quando surge uma demanda emergencial, os trabalhadores disseram se organizar dentro do coletivo para cumprirem com a encomenda dentro do plano e prazo solicitado. Se possível, não apenas exercem atividades até então desconhecidas, mas como dedicam seus dias de folga prisional ao trabalho na cooperativa. Conforme expressado por um dos trabalhadores: “Eu nunca tinha trabalhado numa máquina de serra. Colocaram-me uns dois dias passados ‘Olha, preciso de você lá na máquina’; eu falei: ‘Então, vamos!’. Trabalhei, eles me ensinaram direitinho. Por quê? Porque se não tiver essa cooperação, o trabalho não anda. Porque todos aqui são importantes, do menor até o maior. Todos nós somos importantes e precisamos cooperar um com o outro. Então, aqui, tudo o que se pede, a gente faz. Na medida do possível, se a gente tem capacidade pra fazer, a gente vai lá, mete as caras, e faz. Por isso que todo mundo é de serviços gerais: porque a gente faz de tudo um pouco. Quando nós não sabemos, falamos ‘Olha, eu vou, mas preciso aprender. Como é que você pode me ensinar?’.”.

Quando indagados sobre se existe confiança nas relações horizontais ou verticais, respondeu-se que há enorme confiança em todos os níveis de relação, pois podem não conhecer os detalhes da trajetória criminal pela qual cada um passou, mas possuem resoluta certeza de que, caso tivessem a intenção de continuarem na criminalidade, jamais estariam trabalhando de forma árdua e desgastante. Na mesma direção, afirmaram sentir plena confiança do presidente da organização em todos eles. No trecho abaixo, a percepção de um dos participantes ilustra o que foi abordado sobre este tópico:

“Porque se você tivesse numa empresa, e não conhecesse esse trabalho, o seu olhar pra nós seria olhar de desconfiança, preconceito, né? Porque não nos deixaria a sós numa sala repleta de objetos, né? Não nos deixariam fazer muitas coisas porque somos ex-presidiários, eu sou um ex-presidiário. ‘Será que ele vai retornar ao mundo da criminalidade? Será que eu fiz bem em colocar uma pessoa como esta dentro da minha empresa?’. Então seria uma forma de, como eu posso dizer, de preconceito, né? Deram-nos o trabalho, mas não nos deram a confiança. Ele nos deu, né? Ele nos dá a confiança. A gente entra e sai de qualquer departamento aqui, entendeu? Sem desconfiança. Trabalhamos tranquilamente, ele não fica no pé, ele não fica com aquele: ‘Será que ele vai retornar ao mundo da criminalidade? Será que ele está ressocializado?’”

Na percepção dos trabalhadores a cooperação e confiança são frutos da mútua empatia por saberem da longa trajetória de sofrimento pela qual passaram e, ainda, passam. Contaram alguns casos de acidente de trabalho onde não houve nenhuma denuncia contra a organização por não exigirem ou oferecerem as melhores condições de trabalho; assim como tampouco recorreram ao INSS para receberem os auxílios cabíveis, pois a cooperativa poderia sofrer retaliações, via órgãos do governo. Neste sentido, é possível averiguar pelo discurso dos participantes de que todos estão dispostos a cederem parcelas de sua singularidade, e

inteligência prática, e a confiarem uns nos outros em razão do esforço comum em viverem juntos e empreenderem, coletivamente, o trabalho que realizam.

Reconhecimento

Durante as reuniões, o reconhecimento surgiu como tema transversal, na maioria dos contextos dos discursos, perpassando diversas temáticas, focando-se no reconhecimento entre pares, superiores, familiar e social. Algumas falas externaram pensamentos consoantes e, outras, tiveram conteúdos divergentes. Este tópico foi organizado quanto ao nível do reconhecimento e concordância/divergência no exposto em relação ao reconhecimento com vistas à melhor elucidação dos dados.

No que diz respeito ao reconhecimento entre pares, os participantes expressaram que se sentem bem em trabalhar com pessoas com trajetórias semelhantes, pois o entendimento do sofrimento pregresso, seja na vida antes ou após o crime, une-os em torno de um vínculo comum que os impulsiona a ajudarem uns aos outros. Reportaram que, conhecer e poder desenvolver as tarefas de cada um permite-os monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido, visando à qualidade e à técnica empregada no trabalho.

Neste sentido, os participantes relataram elogiar o trabalho de seus colegas quando verificam alguns critérios específicos. Entre eles foram citados aspectos que dizem respeito tanto à qualidade do produto desenvolvido quanto ao trabalhador. Pode-se citar: comprometimento, “trabalho duro”, “não ter medo de aprender coisas novas”, “trabalho que não precisa ser refeito”, honestidade, e empenho para sair da criminalidade. Igualmente, alegaram que a despeito da simplicidade das tarefas, cada um desempenha suas funções principais com maior prática e conhecimento do que outra pessoa que, porventura, tenha que atuar como substituto. Em relação ao trabalho realizado coletivamente, os participantes refletiram: “Dá uma enorme satisfação e alegria, né?”; “Felicidade, porque a gente deu conta de fazer.”; e “É, porque tava

tudo cheio de prego lá, nós arrancamos, já tá tudo cortadinho, às vezes feito o serviço, só esperando as pessoas que estão precisando virem buscar para pegarmos a grana, né?”.

Os participantes foram unânimes, expressando em diversas situações, que há reconhecimento por parte do presidente da cooperativa. Tal constatação é particularizada segundo seu próprio entendimento sobre reconhecimento, sendo expressa de forma direta ou indireta. Entre as exposições estão o fato de, fortuitamente o presidente se ausentar do estabelecimento e deixar a cargo dos trabalhadores a autonomia sobre a condução do trabalho, desde a rotina básica ao recebimento de pagamentos, ou encomendas; dar acesso ilimitado à cooperativa e suas instalações; verbalização do reconhecimento em razão de conquistas, sejam elas materiais ou sociais, como remissão de pena, ressocialização, descriminalização, ou o mero esforço em manter-se agarrado ao trabalho apesar das dificuldades.

Quanto ao desempenho dos trabalhadores, estes disseram que o presidente elogia o trabalho bem feito publicamente, enquanto critica individualmente. Relatam que o presidente já realizou anteriormente todas as funções existentes na cooperativa, podendo avaliar e instruir o trabalho de cada um com propriedade. Deste modo, o trabalho é julgado tanto pela qualidade quanto pelo modo particular que cada um desenvolveu para realizá-lo. Cabe destacar que os participantes relataram que o presidente preocupa-se genuinamente com cada um dos trabalhadores, e busca conhecer a história e a família de todos. Todos alegaram ter imenso prazer em trabalhar na organização por sentirem-se aceitos em sua integralidade, por aquilo que foram e por aquilo que estão buscando se tornar.

Neste ensejo, destacou-se a seguinte fala para retratar a perspectiva abordada pelos participantes em termos do reconhecimento pelo superior: “Não, é porque a gente que se encontra nessas condições, que veio desse lugar... nós somos carentes de oportunidades. E a gente se não tiver uma oportunidade, por mais que a gente tenha um grande desejo no coração de sair da vida pecaminosa, das coisas ruins, mas a gente não tem oportunidade. Eu mesmo

não tive uma carta de emprego aí desses empresários aí, porque eu sei que a minha mulher, ela foi a muitos, muitos empresários. Então por isso que a gente dá valor aqui, gosta daqui, gosta de todo mundo, do patrão, dos filhos dele, todo mundo. Aqui todo mundo aqui é ralador e vem suar no sol, engolir poeira.”.

O reconhecimento pelos familiares surgiu no ensejo desta temática e foi abordado por todos os participantes, em momentos diferentes. Expressam que este tipo de reconhecimento é vital para a sua manutenção no trabalho e ao enfrentamento das dificuldades vivenciadas na cadeia. Para eles, o reconhecimento da família passa pela confiança na remissão dos presidiários e ex-presidiários, devido ao fato de a maioria ser reincidente. Portanto, duvidam da capacidade de mudança e transformação deles sendo que, quando averiguam que estes são capazes de retornar ganho financeiro de um trabalho honesto, ao longo do tempo, passam a acreditar em sua descriminalização e a expressar reconhecimento, verbal ou não, do trabalho exercido. Os participantes exemplificaram o reconhecimento como aumento de palavras boas e de estímulo, interrupção com as críticas e acusações, mudanças comportamentais não especificadas.

No que tange ao reconhecimento da sociedade, os participantes abordaram perspectivas diferenciadas. A maioria relatou não perceberem quaisquer reconhecimentos da sociedade como um todo. Alegam que há enorme escassez na oferta de emprego para presidiários e ex-presidiários, sentirem a desconfiança e dúvidas constantes sobre a sua remissão, vivência de preconceitos e discriminação devido ao contexto prisional e criminal em sua progressa, e dizem sentir-se como “lixos” sociais.

Dentro do grupo que possui essa perspectiva, mencionou-se que o presidente sugeriu às empresas que se localizam no entorno da organização empregarem alguns dos presidiários e ex-presidiários e nenhuma teve interesse ou esboçou futuro engajamento com essa questão social. Nos dizeres de um dos participantes: “Quando ele sai de lá, né, ele vai embora direto,

chega aqui pra arrumar um trabalho, qualquer lugar que ele tentar trabalhar, qualquer loja, em qualquer lugar, a primeira coisa que eles vão pedir é o ‘nada consta’ dele. Não tem lógica, né? Ele vai tirar, vai constar que ele continua sendo ex-presidiário. Então é difícil, né? Poxa, estou querendo trabalhar, né, eu puxei um tempo numa cadeia, eu quero viver minha vida honesta, não consigo trabalhar. Quer dizer, aonde que muitos vão, acontece que lá vão voltar pra vida do crime. Não muitos, né? Tem umas pessoas que têm um propósito e querem trabalhar. Tem uns que já o pensamento deles já é o contrário, né? Então tem muitos que querem trabalhar, mas poucos que arrumam um trabalho.”

Apenas dois participantes afirmaram haver reconhecimento da sociedade pela sua transformação, manifestado nas consequências positivas que o fruto do trabalho lícito trouxe às suas vidas. Ambos são ex-presidiários há pelo menos mais de dois anos, e nunca tiveram a chance de trabalhar em outro local que não fosse a cooperativa. Um deles disse: “Se não fosse aqui, esse trabalho aqui, eu tinha que ficar, mais ou menos, assim quase trinta anos. Ia pena iria acabar em 2051. E aqui, graças a Deus, através do meu trabalho e da minha remissão, né - o próprio juiz viu lá a minha situação, minha vida que tava mudando cada dia mais, que não acreditava, né? Aí não fiquei nem dois anos e pouco trabalhando aqui, três anos e pouco, aí veio meu perdão de pena. Então, hoje, não devo nada à justiça. Posso viajar para onde eu quero, posso ir pra onde... Porque aqui me ajudou muito o trabalho, né? E aqui me ajudou muito até de eu conseguir meu perdão de pena.”.

Sufrimento, defesas e patologias

Sufrimento patogênico

A partir dos discursos dos participantes, identificou-se sofrimento patogênico relativo às vivências de regras e imposições rígidas e desumanas, além das condições de subsistência

dentro do presídio e do Centro de Progressão Penitenciária (galpão), e em relação a falta de oportunidades de trabalho quando em regime de progressão ou já em liberdade. Poucas ou raras queixas referentes ao trabalho, condições de trabalho, e realização das tarefas diárias foram expressas. Os participantes reconhecem os desafios diários do trabalho desempenhado na organização; porém, não reclamam e afirmam explicitamente que o sofrimento maior é passar o dia inteiro preso no galpão.

As condições de vulnerabilidade econômico-social que enfrentam as famílias dos presidiários e ex-presidiários é uma fonte de conflito e sofrimento reportada pelos trabalhadores. Eles relataram possuir angústia intensa e culpa por não estarem em condições de prover a subsistência às suas famílias, como gostariam. Geralmente sofrem cobranças de esposas, mães e filhos (as) e trabalhar é a única alternativa viável que encontram para aplacar e atender as necessidades de seus familiares.

Queixam-se intensamente da mínima intervenção pública para promover emprego e renda às pessoas com histórico criminal. Afirmam que tanto a FUNAPE (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso) quanto a SESIPE (Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal) possuem listas de espera gigantescas para alocar os presidiários e ex-presidiários em trabalhos tanto da iniciativa pública quanto privada. Alegam que ambos os órgãos são ineficientes quanto à assistência, ressocialização e inclusão socioeconômica dos presidiários e ex-presidiários, estando eles à própria sorte. Geralmente, suas famílias vêm de um processo de desgaste intenso devido às próprias condições socioeconômicas e às consequências da situação criminal do detento ou ex-detento. Com isso, pouco ou nenhum apoio recebem de seus familiares em vistas da ressocialização efetiva. Neste sentido, os participantes manifestaram sentimentos de solidão, abandono e de revelia social.

Outro aspecto abordado pelos participantes como fonte de ansiedade e sofrimento é a inconstância da demanda de trabalho na cooperativa. Devido à queda no recebimento de

materiais, bem como no volume dos pedidos, há dias em que não há trabalho a ser realizado; portanto, eles não recebem a diária. Logo, não conseguem ter um planejamento e tampouco manter a assistência financeira às suas famílias. Dizem que a dúvida quase diária sobre haver, ou não, trabalho preocupa e consome-nos intensamente. Por fim, em consonância com o que fora relatado, afirmam: “Sofrimento é não trabalhar”.

Estratégias de defesas individuais

Identificou-se uma estratégia de defesas individual adotada por todos os participantes e constada em diferentes contextos e discursos. A seguir serão expostas as defesas individuais segundo o contexto no qual se fez necessário o seu desenvolvimento.

Todos os participantes disseram trabalhar em condições de risco de acidentes e, por vezes, cansativa pela natureza braçal das funções. Ainda, alguns deles relataram já haverem sofrido acidentes entre pequenos e sérios, tais como cortes superficiais, pisar em pregos, e amputação parcial de dedos. Entretanto, todos os participantes demonstraram uma percepção minimizada dos riscos ou acidentes ocorridos, racionalizando-os, ou relativizando sua periculosidade e/ou dificuldade.

O participante que teve parte de dois dedos cortados na serra relatou ter sofrido com o acidente naquela época e que, hoje, procura lidar com a falta parcial dos dedos, substituindo o uso dos dedos, ou mãos na execução das tarefas diárias. “Depois de uns três meses, comecei a adaptar, mas até hoje eu sinto falta deles. Muitas coisas que eu vou fazer, às vezes eu sinto falta dos dedos. Eu necessito dos dois, e eu não tenho. Faz falta. Tipo, eu vou enfiar uma agulha. Às vezes a gente vai costurar alguma coisa, quer dar o nó na linha, aí já fica difícil. Se é pra mim fazer crochê, fica difícil. Se é pra fazer um bordado, fica difícil porque eu preciso dos dedos pra segurar a agulha, pra segurar a linha.”; mais a frente afirma: “Deus é pai, poderoso, o importante é que eu tenho meu lugar para trabalhar, tá bom demais.”.

Neste sentido, identificou-se a negação do sofrimento real em torno de uma estratégia defensiva de proteção dos indivíduos frente ao que vivenciam nos desafios diários no desempenho do trabalho. De forma contraditória, os sujeitos também relataram que não usam os equipamentos de segurança disponibilizados pela organização, tais como as luvas de metal, pela falta de praticidade e comodidade. Nas palavras de três participantes: “Eu tava falando que às vezes nós temos que fazer algum serviço assim, né, longe, aí pega um solzinho. Mas só isso mesmo.”; “O acidente com o trabalhador braçal sempre vai existir, mesmo que seja um arranhão, igual ele falou aqui, ou uma furadinha de pé, vai existir. Isso acontece, essas coisas acontecem é com qualquer um trabalhador, com qualquer um local.”; e “É acidente mesmo, o cara não pode nem reclamar mais não, né?”.

A respeito das possíveis dificuldades do trabalho na organização, afirmaram: “Ó moça, eu vou te falar uma coisa. Eu tive uma vida em preto e branco. A minha vida agora ela se encontra colorida. Então eu não sei falar mais de preto e branco. Não sei mais falar de... Porque o preto e branco é só vergonha, só vergonha, só derrota.”; e “Nós agora queremos esquecer o preto e branco. Queremos ver só o branco agora!”.

Estratégias de defesas coletivas

Como estratégia de defesa do coletivo, os presidiários disseram “fugir” do centro de progressão todas as manhãs para recorrerem ao trabalho. Acordam mais cedo e contam os minutos para amanhecer o dia e correrem para cooperativa, na tentativa de escapar do que vivenciam no galpão.

Observou-se, também, a criação de uma rede de apoio entre os trabalhadores que visa auxiliarem-se mutuamente em quaisquer condições de necessidade. Os participantes demonstraram grande preocupação em todos terem o que comer no horário de almoço. Como a maioria envia seus recursos financeiros à família, com certa frequência há quem não tenha o

que comer. Com isso, os trabalhadores disseram checar diariamente aqueles desprovidos e procuram, de forma conjunta, sanar as dificuldades de todos. Iniciam por averiguar se há quantidade suficiente de almoço para todos na casa do presidente. Caso não haja, recorrem a uma senhora da comunidade, ex-presidiária, que oferece almoço gratuito aos trabalhadores presidiários e ex-presidiários. Contudo, é possível que haja algum dia em que ela não possa prover a gratuidade. Como última estratégia, todos dividem o que possuem para que ninguém passe o dia inteiro com fome.

Quanto à estratégia de defesa coletiva no trabalho e fora dele, um dos participantes disse: “E quando alguém está em apuros, no caso, precisando de alguma coisa, se pudermos ajudar pegar alguma coisa, seja no trabalho, ou fora dele, nós estamos aí pra poder ajudar. Já houve pessoas que precisaram pagar o aluguel, e a gente tira um pouquinho e ajuda. Outros precisaram de cesta básica, aí corre atrás também, e ajuda. A gente sente cooperação no trabalho. Uma carta de religamento - quando a pessoa vai para o castigo, precisa de uma carta de religamento - a gente corre atrás, né? Corre atrás da família. Quando não sabe o nome do pai, da mãe, a gente corre atrás, para poder religar essa pessoa, está entendendo? Dessa forma. Ajuda na medida do possível o que nós podemos. Porque aqui nós somos uma família, na verdade, porque nós passamos o maior tempo com eles. Então, eles se tornam parte da família, né?”

Tipos de patologia

Não foram reportados conteúdos que convergissem à constatação de qualquer uma das patologias sociais relacionadas ao trabalho, seja a da sobrecarga, do assédio, da servidão voluntária, ou violência.

Danos físicos e psicossociais

Foram relatados diversos tipos de danos físicos atrelados ao trabalho e apenas um de ordem psicossocial. Alguns trabalhadores disseram já terem furado os pés com pregos em tábuas que se encontravam no chão, contusões nas mãos, nos braços, golpes na cabeça que a máquina de triturar desferia nos trabalhadores, cortes profundos e superficiais, amputação parcial ou total dos dedos. Manterem a atenção e o cuidado constantes é uma regra de sobrevivência, pois como detentos, serem levados a um hospital é algo muito difícil e burocrático, devido às normas do regime semiaberto. “Temos que manter, principalmente foco. Porque se perdemos a atenção, há acidente de trabalho. E, no nosso caso, pra podermos sair daqui pra poder ir a um hospital já é um Deus nos acuda. Porque tem que pedir autorização primeiro, para o galpão, né, pra poder ver se eles vão liberar, né, se pode tirar o interno daqui pra levar pro hospital.”.

Em relação a esta temática, destacam-se as seguintes falas: “Eu já furei meu pé aqui que eu trabalhava dois meses com o pé dessa grossura sem poder calçar nem havaiana! A bota - um pé numa bota, e o outro descalço no chão. Porque nem uma havaiana entrava.”; e “Teve dois rapazes que cortaram os dedos. Teve um rapaz que assim que ele começou ele cortou três dedos. De uma vez. Ele foi - que com serra você não pode trabalhar com luva, você tem que trabalhar com mão do jeito que você tá aqui. Aí ele foi trabalhar com a luva, a luva folgava. A luva tava passando dos dedos dele, aí ele passou para pegar a serra, a serra puxou o dedo dele pra dentro. Aí fatiou três dedos dele.”. Em relação ao dano psicossocial, um participante que teve amputação parcial nos dedos relatou que teve depressão nos dois meses subsequentes ao acidente, mas logo se recuperou.

Observações Clínicas

Trabalho, cárcere e crítica social

As raras oportunidades de trabalho que os presidiários disseram ter conseguido antes de começarem a trabalhar na cooperativa eram não remuneradas, devido à sua condição. Não há distinção em relação ao pagamento de pessoas livres, ex-presidiárias ou presidiárias na organização. Desse modo, os trabalhadores disseram valorar enormemente a situação de trabalho que gozam: recebem o pagamento com o valor de mercado e não sentem distinção de tratamento pelos seus erros pregressos com a sociedade. Apenas a família de um participante recebe o auxílio reclusão. Neste sentido, relataram ter grande medo que o trabalho na cooperativa, em algum momento, possa perecer, pois é a fonte de renda exclusiva da maioria, e suas respectivas famílias e, além dessa oportunidade de trabalho e renda, não veem outra perspectiva ou chances de prover a si e aos familiares.

Todos os participantes da pesquisa foram unânimes em afirmar que quando estão trabalhando, não pensam em cometer crimes, pois quando estão vinculados a um trabalho, sentem o reconhecimento da família e da sociedade. Conforme abordado: “O trabalho pra nós tem muita importância Porque é uma coisa assim que a gente não fica pensando coisa errada, não é assim? E se a gente tiver parado, a gente vai pensar coisa ao contrário, né? Quando você tá trabalhando, você tá passando o teu tempo ali, né? Você tá ali, distraindo a mente, trabalhando, fazendo alguma coisa. E ali é muito bom trabalhar aqui.” E “Eu hoje mesmo foco mais no trabalho, porque o negócio lá embaixo não tá bom, não. É igual a gente falou daquela vez, todo mundo tava dormindo no chão, não tem hora pra você dormir, pra você acordar, não tem nada. Então, quer dizer, o trabalho é uma forma de você se manter de pé e não querer voltar pra aquele lugar de novo. Você sair e continuar na rua. Porque se você não focar no trabalho você sabe que você vai voltar de novo, porque... A mente vazia, né? Só vai fazer o que não presta.”.

Ainda que pouco, conseguem prover a subsistência aos filhos, esposas ou mães e relataram sentirem-se bem com grande desejo de mudança que surge, não apenas da cooperativa, mas

de si próprios. A exemplo de uma das falas dos participantes: “Só que agora eu cheguei aqui não tenho pensamento de erro. Eu tenho minha família, os vizinhos falam que eu estou mudando. Se fosse outro dia, outro tempo, se não tivesse essa cooperativa, vamos dizer: se não existisse Deus e uma mudança dentro de mim, não é a cooperativa que está me mudando. É eu que quero me mudar. Só que, assim, mas a força da cooperativa está me ajudando. Ajudando muito, muito mesmo, sabe? Agradeço a Deus por essa oportunidade de eu estar aqui trabalhando. Porque toda vida que eu saio da cadeia - porque já fui, já voltei, já fui, já voltei - toda vez que eu chego na rua, não passo dois mês, três mês, e estou de volta, sabe? Então agora, graças a Deus, já tenho oito mês aí, trabalhando, nunca passando nada de mal no meu coração, graças a Deus. Espero que minha vida mude mais ainda.”.

Os participantes, igualmente, afirmaram que a família é uma importante rede de apoio à ressocialização e saída definitiva do crime. Relatam que o apoio por meio de visitas no presídio, ou mesmo cuidando dos filhos e/ou esposas, enquanto estes se encontram na cadeia é um motivador essencial para o desejo de mudança. De acordo com alguns participantes: “Então pra mim hoje, graças a Deus - pra minha família, hoje a maior felicidade da vida da minha família é porque vejam que eu nunca, não penso em voltar pra trás mais, né? Porque é uma felicidade pra minha família, que sempre tô em casa, não saio mais à noite, muito difícil sair pra outro lugar, né? Então minha família já vê que não é pra se preocupar comigo, né? Uma tia minha ela me visitou quinze anos na cadeia, quinze anos me acompanhando, né. Meu sobrinho chegava lá seis horas da manhã com o pai dele, né, com meu irmão. Então agora é uma felicidade pra eles, né? Precisa nem preocupar, não, porque é muita importância o que devo pra minha família, né?”; “Eu aprecio muito a minha família, né, eu falei pra eles que não preciso mais de mexer com nada errado. É melhor eu ganhar pouco do que ganhar muito. Porque tudo que eu ganhei, tudo, eu perdi. Só não perdi minha vida, né, mas o resto...”; e “Se eu tivesse dado valor na família, não tava aqui hoje, né? Porque minha família, meu pai me

batia muito, minha mãe me batia muito, mas aí a gente foi só - queria saber da vida do crime, né?”.

A situação de pobreza extrema é comum a todos os participantes, com exceção de apenas um deles. Apesar de terem trabalhado no passado, contam que muitos conhecidos ofereciam oportunidades de roubo ou assalto, e em alguma delas, eles sucumbiam. Relatam que a criminalidade não lhe permite escolha, pois quem rouba ou trafica, está sujeito a matar, e um crime pode levar a outro. Nas palavras de um participante: “Minha mãe tem três filhos e mora de aluguel, então o dinheiro sempre faltou dentro de casa. Então a gente sempre desde pequeno teve que trabalhar e fazer a sua parte também, pra se manter Mas eu sempre fiz minha... Trabalhando. Sempre corri atrás, né? Fazendo trabalho ou fazendo o que não presta, a gente parava não.”.

Os participantes contaram que, em média, 50% daqueles que saem da cadeia retornam à criminalidade ou por falta de opção ou por desconhecerem outra forma de subsistência que não seja por meio do crime. Contam que na Papuda (presídio do Distrito Federal) os internos passam o dia parados, com poucas atividades que promovam uma capacitação laboral concreta, ou promoção constante e periódica de trabalho interno. O tratamento aos internos é indigno e opressor, e passam as horas conversando sobre “o que não presta”, tramando mais crimes para quando saírem de lá.

Os participantes afirmam que não são todos que pensam assim, mas a maioria. “Tem bloco lá que tem aula, tem bloco que não tem aula, né? Quer dizer, fica ali - às vezes sai uma hora, fica vinte e quatro horas dentro numa cela. Qual o pensamento numa pessoa dentro numa cela, tudo parado? Tudo olhando pra cara um do outro? Qual o pensamento numa pessoa ali, dentro dali? É difícil. É difícil dele sair dali e mudar. Dentro numa cela você encontra só coisa que não presta, né? Só vai ouvir coisa que não é correto dentro do xadrez daqui.”

A maioria dos trabalhadores entrevistados demonstrou haver uma severa crítica social a respeito dos preconceitos, discriminações e desconfianças que enfrentam ao pedir uma oportunidade de trabalho, ou mesmo nas relações sociais básicas. Eles compreendem que a situação criminal se deve a uma questão de injustiça social, histórico de pobreza familiar, e privação das condições básicas de sobrevivência. Quando no cárcere, percebem o erro e intencionam a mudança, mas mais uma vez encaram as portas fechadas da sociedade para si.

De acordo com um dos presidiários: “A gente se não tiver uma oportunidade, por mais que a gente tenha um grande desejo no coração de sair da vida pecaminosa, das coisas ruim, mas a gente não tem oportunidade. Eu mesmo não tive uma carta de emprego aí desses empresário aí, porque eu sei que a minha mulher, ela foi em muitos, muitos empresários. Quando olha assim o histórico, a vida da pessoa, aí fala que não quer. Não tem carta de emprego. Então por isso que a gente dá valor aqui, gosta daqui, gosta de todo mundo, do presidente, dos filho dele, todo mundo. Porque é o lugar que nos apoia aí, sabe? E nos apoia não é no erro, não. Não é no erro, não. Porque eu falo a verdade. Eu sou conhecedor das coisas, não tem nada de errado aqui dentro, aqui dentro, sabe? Aqui todo mundo aqui é ralador, é, vem a suar no sol, engolir poeira.”.

Em diferentes etapas da pesquisa, foi mencionado um episódio da vida prisional que, no discurso dos presos, é terrível. Trata-se do castigo, punição conferida aos presidiários em regime semiaberto em razão de qualquer tipo de descumprimento das regras da prisão. O detento fica por 10 dias no pavilhão disciplinar, onde permanecem totalmente trancados, com direito a banho de sol apenas uma vez por semana. É proibido ao detento comprar comida da cantina, falar com pessoas que não se encontrem no pavilhão, assim como tampouco podem trabalhar.

Após cumprido este prazo, ficam proibidos de saírem por 180 dias, seja para os “saidões” ou para trabalho. Com isso, muitos acabam por serem desligados de suas atividades, e suas

famílias ficam sem os recursos provenientes de seus trabalhos durante este período. Uma das razões comuns para o castigo é haver conferência na madrugada na casa do detento, quando este se encontra em “saidão”. Os participantes relataram ser comum que a polícia apareça no portão, sem chamar, ou tocar a companhia, e registrar como se o detento não estivesse no local. Deste modo, é comum que os presidiários e suas famílias se mobilizam para que isso não ocorra no seguinte modo: “Lá na minha casa nós fazemos sistema de plantão. Tem uns que dormem até meia-noite, e da meia-noite em diante outros dormem. Por causa desse confere. Porque cento e oitenta dias pode até parecer que não é muito tempo, mas pra quem tá lá dentro, pra rever a família, pra dormir com os filhos, dormir com a esposa, né?”.

Os participantes, bem como o presidente da cooperativa, afirmaram que há alguns presidiários que solicitaram a carta de trabalho; porém, ainda que disponíveis postos de trabalho recusamos e ficam à paisana nas instalações da cooperativa durante o dia. Geralmente, são casos de homens jovens que a família é de classe média baixa e não dependem do trabalho do presidiário para sobreviverem. A justificativa para a ocorrência desses casos é de que a sensação de poder caminhar pelas ruas até a cooperativa, e de ter alguma vida social traduzem-se, de algum modo, em liberdade que dá prazer e tranquilidade àqueles que ainda estão em regime de detenção.

Os participantes relataram terem trabalhado antes da situação de cárcere, mas que passar pelo presídio mudou a concepção e a vivência que, hoje, possuem em relação ao trabalho. As dificuldades e péssimas condições de vida da cadeia, bem como a solidão da reclusão e saudades dos familiares são os principais elementos que os move em direção à mudança e à valorização sobremaneira do trabalho e da subsistência lícita. Para um dos presidiários: “O cara antes de ser preso, ele achava o serviço ali difícil, né? Depois que ele passa lá e tal, que ele vê “Não, hoje em dia eu faço o que eu não fazia antes”, entendeu?”; “Porque eu passei por aquele lugar lá, né? O cara sofre lá... Sofrimento. É a saudade da família, saudades da rua, da

liberdade da pessoa, né? O cara não vai querer aprontar pra voltar pra lá, por isso que ele vai trabalhar.”; e “Ganho pouco? Ganho. Mas quase todos finais de semana eu tô em casa, curto meu filho, vou pra lazer, vou pro clube, né, vou pra casa de parentes, né? Tô vivendo bem, ganhando pouco ou muito, o meu prazer é estar em liberdade. Aquele lugar novamente não é pra mim.”.

Em relação ao trabalho dentro do presídio, a condição para a remissão penal é a mesma, mas trata-se de uma oportunidade que nem todos os detentos desejam. De acordo com um dos trabalhadores: “Eu tinha que estar preso até final de 2018. Pela remissão, veio pra início de 2017. Então, um ano e seis meses mais ou menos que eu ganhei de remissão limpando banheiro, limpando pátio, né? Fazendo faxina - porque eu trabalhava na faxina. Muitos não queriam, mas eu via uma porta para a liberdade.”.

Em termos do significado do trabalho aos detentos e ex-detentos, foi relatado que este significa “tudo, muitas coisas boas, um recomeço, a chance de obter a dignidade de volta, a condição que os ensinou a dar valor ao que ganham, às pessoas e aprender a respeitar quem está ao seu lado. Para além disso, muitos afirmaram que trabalho é sinônimo de liberdade: “Pra ficar na vida ruim o cara não tem liberdade de nada. Já o cara trabalhando, o cara sabe que tá ganhando o dele, sabe que não deve ninguém.”. Ressalta-se que eles não distinguem o tipo e nem a dificuldade de trabalho: “Porque, digamos que trabalho é trabalho, né? Não interessa de que seja. Se for honesto, é dignificante pra nós. Não interessa se é debaixo de sol, se é de chuva, né? Se é trabalho que muitos desprezam ou deixam de desprezar. Pra nós o importante é estar trabalhando, né?”.

Trabalho e identidade

Alguns dos presidiários disseram que não se sentem como criminosos, mesmo que a sociedade diga o contrário. Apenas um afirmou que se identifica como criminoso e que, quem

comete crimes não possui boa índole, sendo a sociedade correta em percebê-lo desse modo. Dizem que o desafio maior está em lidar com os rótulos e preconceitos sociais, e que a ressocialização se torna muito mais difícil quando a família, vizinhos e os potenciais empregadores não deixam de identifica-los com o crime cometido no passado, ainda que já estejam quites com a sociedade. Refletem que a saída da prisão sinaliza o cumprimento de suas dívidas e que, após esse marco, deixam de serem “bandidos” para se tornarem “cidadãos” novamente. Entretanto, afirmam que tanto eles quanto a sociedade estão despreparados para essa transformação.

Quando o universo prisional e a penitência vivida naquele contexto mudam o direcionamento do indivíduo, ao retornar para cidade, ele esbarra com um mercado de trabalho competitivo, tendo em sua maioria, baixa escolaridade, sem um ofício, desconfianças generalizadas, falta de oportunidades de aprendizado e emprego e, quase sempre, familiares para sustentar. Conforme um dos participantes: “Ou eu vou para o lado honesto, vivo minha vida tranquilo, ao lado da minha família, ao lado os amigos. Ou, eu vivo uma vida curta - porque vida no mundo da criminalidade é uma vida curta - seja você indo pra cadeia, ou indo pro cemitério, é uma vida curta. Então quem já passou pelo sistema penitenciário, ele sabe. Como é que está lá? Numa cela que cabe oito tem trinta, né? Falta água constantemente, falta alimentação – a alimentação não é adequada, né?”.

A maioria dos participantes relatou nunca ter trabalhado com marcenaria antes. No entanto, reconhecem que foi o ensejo criminal que lhes deu o contexto necessário para que houvessem a chance de trabalharem na cooperativa, adquirirem um ofício e terem o domínio de seu próprio esforço, boa vontade e trabalho. Apenas dois deles disseram se reconhecerem, atualmente, como marceneiros de profissão – ambos são ex-presidiários e trabalham na organização há mais de três anos. Os demais disseram que não se identificam com alguma profissão em específico, pois estão preparados para trabalhar em qualquer ofício que surgir.

Neste sentido, a maioria afirmou se identificarem como trabalhadores, em detrimento de criminosos. De acordo com um dos ex-presidiários: “Eu acho que quando você aprende uma profissão você se sente mais, assim, mais tranquilo. Você sabe que você não vai mais ficar dependendo mais de outro emprego, de outra pessoa. Você sabe que uma profissão, você tendo ela, você sabe que vai se virar, tranquilamente. Se você não arrumar um emprego você vai lá, você mesmo vai produzir alguma coisa. Não tem aquela desculpa e falar assim: ‘Ah, fui lá em duas empresa, quatro empresa, não me deram emprego, vou voltar a roubar nesse trem’”.

A maioria dos trabalhadores relatam sentimentos de satisfação consigo e com suas conquistas por meio do trabalho. Um dos participantes, ainda em regime semiaberto, compartilhou: “Você vê o preso que chegou sem nada, hoje em dia tem uma coisinha, né? Você tá conquistando, igual eu falei, comprei um terreno, compra outro, constrói uma casinha ali, compra um carrinho aqui, então...” Outro ex-presidiário que goza liberdade há 5 anos relatou: “Eu, quando eu tô dentro do ônibus, entro no ônibus sabendo que sou um trabalhador no meio daquele povo. É muito bom. Eu fico feliz, sabia, quando entro assim, né? Satisfeito na minha casa, na parada pegando ônibus, eu fico muito, assim, emocionado. Sempre eu entro e fico lembrando “Poxa, tanta gente indo pro trabalho, e saber que eu sou hoje um cidadão”, né? Cidadão vivendo a vida honesta agora, né? Poxa é bom demais, né? Chegar em casa a família, você trabalhando.”.

Quanto à interação entre os trabalhadores e a sociedade, todos se demonstraram bastante contentes consigo próprios por terem demonstrado serem capazes de recomeçar, de provar que podem sair da cadeia e não cometerem nenhum crime. Pelo contrário, dedicam seu tempo em liberdade para aprenderem um ofício e gerar renda às suas famílias, e gozarem dos benefícios de saídas extras para visitarem suas famílias, devido ao trabalho. Por fim, um dos trabalhadores compartilhou: “É gratificante você trabalhar e ter suas coisas. Não depender

mais de você roubar, matar, de correr, traficar, coisa que você sabe que não vai valer a pena. Então hoje em dia o trabalho me dá o que eu necessito, geralmente, assim, o básico eu tenho hoje em dia.”.

Capítulo 6 -Discussão

A análise dos resultados permitiu a ampla compreensão da cooperativa de trabalhado, denominada “Um Sonho de Liberdade”, bem como as nuances e implicações da psicodinâmica do trabalho de presidiários e ex-presidiários do sistema prisional do Distrito Federal. Tendo em vista a particularidade do perfil da organização, não foram identificados, na literatura nacional ou internacional, estudos que apresentassem enfoque equivalente. Entretanto, quatro pesquisas que adotaram o viés da PdT para o estudo do trabalho em cooperativas de produção e uma que abordou o trabalho presidiário foram analisadas em termos comparativos para aprofundar o entendimento sobre os achados dessa pesquisa.

Tal como identificado em Sousa e Mendes (2006), a organização do trabalho entre os catadores de lixo é essencialmente flexível e autônoma, havendo poucas regras e normas da instituição sobre o trabalho dos cooperados. Contudo, o período estabelecido pelo presídio como jornada de trabalho impede os trabalhadores permanecerem por mais horas para auferirem maiores recursos e, portanto, a cooperativa “Um Sonho de Liberdade” estabelece como horários de entrada e saída aqueles pré-estabelecidos pelo presídio a todos os trabalhadores. No mesmo sentido, verificou-se semelhança nas condições de precariedade e periculosidade laboral: em ambos os contextos, trabalha-se com a triagem de rejeitos, sejam eles de construção ou, propriamente, o lixo. Portanto, acidentes são uma constante na rotina de trabalho nessas cooperativas.

Diferentemente dos achados de Barfknecht, Merlo e Nardi (2006), a cooperativa de catadores (Sousa e Mendes, 2006) e a Um Sonho de Liberdade não implementam diretamente a filosofia cooperativista, em especial a autogestão. Já o estudo de Barfknecht, Merlo e Nardi debruçou-se sobre uma cooperativa que não trabalha com rejeitos sólidos, e possui regimentos com prescritos institucionais e de produção mais rígidos do que as supracitadas que acabam por

surtir em práticas laborais capitalistas, tais como: individualismo, pressão e estresse na produção e intensa competição entre os trabalhadores.

Caracterizou-se em Souza e Mendes, e no presente estudo, que o presidente das cooperativas incorporam a função hierárquica de chefe e as deliberações não são consolidadas via assembleia. Igualmente, a cooperação no viés da economia solidária, surge em ambas as organizações, bem como no trabalho de Borges et al. (2014) como sustentáculo para o trabalho, fruto da mútua consciência sobre a cumplicidade e vulnerabilidade que a condição de marginalização socioeconomia impõe aos trabalhadores.

Sabe-se que a cooperação, confiança e solidariedade devem ser a tônica das relações de trabalho para que este seja um produtor de emancipação e prazer aos sujeitos, e que a cooperação e a solidariedade são os elementos antagonistas à competição, ao cinismo e à solidão (Dejours, 2011e). Em termos comparativos, depreende-se que uma organização mais flexível em suas normas, e que prime pela solidariedade e a cooperação, ainda que no viés da economia solidária, haja a capacidade potencial de promover o reconhecimento e emancipação dos sujeitos.

Destaca-se, sobretudo, a semelhança nos achados entre Sousa e Mendes, Borges et al. e no presente trabalho sobre significado que o trabalhar adquiriu nas experiências supracitadas como instrumento produtor de dignidade que identifica os indivíduos como “trabalhadores” em detrimento de “vagabundos” ou “criminosos”. Nos três estudos e em Girelli e Dal Magro (2017) verificou-se que os trabalhadores constataram mudanças em sua identidade profissional e, principalmente, no reconhecimento por pares e da sociedade, o que garantiu a esses sujeitos a retomada de seu lugar na sociedade e, por fim, sua emancipação social.

Já Lemos et al. (1998) indicaram que o trabalho exercido dentro de uma instituição penitenciária impunha excessivas condições prescritivas, submetendo os detentos a condições totalitárias e tolhedoras que impediram a formação de vínculos sociais e a cooperação entre os

trabalhadores. Sob o jugo de condições extremamente aversivas à solidariedade e cooperação, esta pesquisa observou que não foi possível verificar a emancipação e ressocialização desses sujeitos. De modo contrário, constataram-se condições antagônicas na cooperativa “Um Sonho de Liberdade” em que a confiança e solidariedade atravessam todos os eixos de trabalho e relações sociais, garantindo as condições mínimas para a busca pela ressocialização e emancipação dos presidiários.

O real e o prescrito na organização de trabalho

Quanto às contradições entre o real e o prescrito na organização, observou-se grande disparidade na gestão preconizada pelo modelo de cooperativa de produção e aquele atualmente implementado. Nos demais âmbitos da organização identificaram-se níveis bastante reduzidos de normas, regras, exigências, e fiscalização. Aquelas existentes são desenvolvidas e empregadas a partir de vivências individuais e coletivas no real do trabalho, sendo o prescrito exíguo e constantemente adaptável, ora pelos trabalhadores de forma autônoma, ora em consulta ao presidente – a depender do teor do conteúdo.

O prescrito das tarefas, divisão do trabalho, tempo e ritmos e exigências técnicas é repassado durante o processo de admissão dos presidiários e ex-presidiários, onde o presidente explica que não há rotina na realização das tarefas da organização e que todos devem procurar aprender a desempenhar todas elas. Aprende-se as regras de ofício na medida em que se trabalha. Tanto o presidente quanto os trabalhadores mais antigos se esforçam para identificar habilidades e repassar o *metier* a todos os novatos, dando visibilidade à própria inteligência prática.

Em outras palavras, o ofício é ensinado a partir do real do trabalho, sendo facultada ao indivíduo a autonomia de desempenhar suas funções de acordo com seu próprio processo de aprendizagem a partir do efetivo. Para o cumprimento da produção, o prescrito se resume à

observação técnica das medidas de ripas para cada produto, a área específica da madeira onde os pregos devem ser retirados, a consecução da ordem das etapas de produção, e a constante vigília e atenção para evitar acidentes de trabalho.

De modo intuitivo, a gestão da organização parece compreender aquilo que Dejours sinaliza sobre sempre haver uma lacuna entre o prescrito e a realidade concreta da situação (2012b), permitindo assim, a implicação direta da individualidade do sujeito na sua produção. A fiscalização e o monitoramento da qualidade e produtividade são realizados tanto pelo presidente quanto pelos pares, onde o fracasso é acolhido e o sujeito instruído quantas vezes necessário, a partir da ilustração prática do *savoir-faire* e implicação corporal, em simbiose entre o homem e a máquina, ou suas ferramentas de trabalho (Dejours, 2012a).

A atividade deôntica e o trabalhar juntos em torno do objetivo instrumental da produção requisita dos indivíduos a cooperação e a produção de acordos, regras de trabalho, princípios de controle (Dejours, 2012b) e demais mecanismos que permitam ao coletivo vivenciarem formas solidárias e funcionais de produção para que a organização, como um todo, logre atender às encomendas e, assim, possam garantir a existência e sobrevivência dessa oportunidade de trabalho.

Denota-se pelo discurso dos participantes e presidente da cooperativa que o prescrito do presídio é demasiadamente severo, castrador e punitivo. Naquele ambiente, paira um clima de terror, opressão e medo, em que o mínimo descuido do cumprimento das regras pode acarretar em longo e pesaroso sofrimento a si próprio e, indiretamente, aos familiares. Assim como previsto por Foucault (2014) o bom adestramento busca disciplinar e docilizar os indivíduos por meio de excessos, superpoder, sujeição e vigília constante. Nessa direção, constata-se a frouxidão de regras, fiscalização e exigências da cooperativa em comparação ao vivenciado no presídio. A postura deve-se, possivelmente, ao histórico de violências e sofrimentos do encarceramento, movimentando a gestão da organização ao extremo oposto do controle e

rigidez, considerando-se o mútuo entendimento e compartilhamento da bagagem que carregam.

Devido à baixa complexidade e exigências técnicas das tarefas, todos se denominam como auxiliares de serviços gerais, havendo respeito pela predileção por tarefas em que o indivíduo se sinta mais confortável em desempenhar. Os trabalhadores possuem autonomia quanto ao tempo e ritmo do trabalho: param quando sentem necessidade, e retomam quando se sintam aptos novamente, controlando a fadiga e o nível de atenção exigido para evitar quaisquer acidentes de trabalho.

Assim como indica Dejours (2012b, p. 84) “Os espaços informais são tomados pela atividade deôntica, pois são ocupados pelas práticas de convivência: pausa para um cafezinho, lanche, comemorações...” moldando e produzindo, por sua vez, as regras de viver e trabalhar, de sorte que as próprias regras de trabalho adquirem caráter não apenas técnico, mas também moral e prático no mundo social. Deste modo, toda regra de trabalho é, a um só tempo, regra técnica e regra de saber viver (Cru, 1988).

Cada etapa do trabalho depende da anterior, e a produção final depende do sucesso de cada parte isolada. Nesse sentido, os indivíduos se mobilizam para complementarem a ausência do presidente no monitoramento e ensino das tarefas, não sendo detectado nenhum tipo de competição. Portanto, observa-se que o coletivo é um corpo autônomo e integrado que compartilha as responsabilidades e riscos do viver juntos em torno de estratégias coletivas de cooperação e solidariedade.

As relações tanto com pares como com a chefia são horizontais, não havendo distinção de qualquer sorte no tratamento tanto de presidiários, quanto ex-presidiários ou pessoas livres da comunidade que porventura trabalhem na cooperativa. O convívio é demarcado pela recíproca confiança, lealdade e respeito entre todos os trabalhadores e em todos os níveis de relação. O presidente trata a todos os trabalhadores com intimidade e utiliza a metáfora de “grande

família” para ilustrar as relações que estabelece com os presidiários e ex-presidiários. O histórico que compartilham e o desejo de mudança é o fio condutor para a solidariedade, compaixão e confiança.

As correções são feitas de forma particular, de modo a não expor os erros de ninguém, seja entre pares como com a chefia. Averigua-se o cuidado em preservar a confiança e o viço das relações de cooperação entre os trabalhadores e com a chefia. Outro importante indicador são as consequências positivas da cooperação que culminaram na criação de estratégias de autorregulação, controle e produção desenvolvidas pelos trabalhadores para que, ao final do dia, tenham produzido o total correspondente ao dia de trabalho do coletivo, sem desapontar ao presidente ou ao seu filho quando verificam o rendimento da produção.

Conforme exposto no capítulo 1, a economia solidária pressupõe diversos princípios, com principal destaque ao modelo de gestão, onde não existem semelhanças com o patronato e emprego (Singer, 2003), sendo cada um dos cooperados que atuam na produção, tão donos da organização quanto o próprio presidente. As decisões devem ser discutidas em assembleia e aprovadas pela maioria. Do mesmo modo, o âmbito econômico, eixo angular da economia solidária, prevê não a geração de lucro - tal como imposto pelo capitalismo - mas a produção e comercialização de produtos que, ao final, gerem sobras a serem distribuídas igualitariamente por todos os cooperados (MTE, 2012).

No entanto, observa-se pela análise da organização, durante a pré-pesquisa e pesquisa propriamente dita, que o modelo de gestão não obedece fielmente ao formato de uma cooperativa. Os trabalhadores não são incorporados como cooperados, mas como diaristas, estando sujeitos à inconstância de haver, ou não, demanda por sua mão de obra. Para além disso, adota-se o conceito de lucro, pagando apenas a diária de trabalho desempenhado. Os trabalhadores não participam do êxito econômico da organização, ficando reféns da atual gestão atual em prospectar novas encomendas e manter o contingente mínimo de recebimento

dos resíduos de construção para que se possa manter a dinâmica do trabalho em funcionamento.

No que diz respeito aos processos de decisão, foi identificada semelhança no discurso do presidente e dos trabalhadores: em alguns casos, os trabalhadores são consultados, já em outros não. Contudo, os presidiários e ex-presidiários afirmam sentirem-se partícipes da condução da organização naquilo que tange diretamente o trabalho desempenhado por eles, indicando que este aspecto não acarreta impactos negativos na percepção dos trabalhadores. Como os trabalhadores não são efetivados como cooperados, eles recebem uma carta de emprego; porém não possuem qualquer vínculo empregatício que garanta mínimas condições econômicas, sociais ou previdenciárias a estes trabalhadores. Assim como previsto na revisão crítica sobre o trabalho na égide do capitalismo, a cooperativa assemelha-se a uma empresa privada que visa à extração da mais-valia para obtenção de vantagens a partir de trocas desiguais - onde é cedido mais trabalho em valor incorporado aos produtos desenvolvidos, do que o que se recebe em contrapartida pela cessão de oito horas de serviço (Arnsperger e Van Parijs, 2003). Contudo, cabe citar que o horário de trabalho não é controlado, e o valor da diária é pago independentemente de imprevistos involuntários que possam ocorrer – fato que não ocorre com um empregado comum.

No mesmo sentido, verificou-se que as condições físicas das instalações para o trabalho eram aquém das desejáveis faltando, muitas vezes, o mínimo conforto necessário para o bom desempenho das tarefas. A exposição ao sol, e o trabalho em pé são constantes, e condições básicas de segurança não são atendidas, seja por falta de fiscalização, ou por falta de praticidade. Dejours (2011f) lembra que a lógica de restrição de oportunidades leva os indivíduos a terminarem por ceder à precarização das condições de trabalho, às perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como se expõem mais aos possíveis riscos de acidentes.

Pelo exposto acima, pode-se afirmar que o trabalho praticado e vivido na organização é precário no que diz respeito à fragilidade na sua constância e manutenção, remuneração e condições. No entanto, outros elementos, igualmente essenciais, tanto no arcabouço teórico da economia solidária quanto da psicodinâmica do trabalho precisam ser abarcados e serão contemplados mais adiante nesta análise.

Mobilização subjetiva no trabalho

Em termos da mobilização subjetiva dos presidiários e ex-presidiários no trabalho, verificou-se que há a transformação de elementos do sofrimento em estratégias simbólicas de superação; constituição de inteligência prática, construídas a partir do real, pelos indivíduos e o coletivo de trabalho; existência de um espaço de discussão pública para tratar dos temas mais triviais aos de maior relevância pelo grupo e em todos os níveis; formação de um coletivo de trabalho por meio da cooperação horizontal e vertical; e dois tipos diferenciados de reconhecimento, além daqueles previstos por Dejours (2011e).

Se trabalhar é preencher a lacuna entre o real e o prescrito (Dejours, 2011a), como é empreendido o trabalho onde o prescrito e o real, geralmente, se confundem? Conforme mencionado, o quantitativo de regras e normas da organização é mínimo e o saber-fazer se desenvolve, prioritariamente no real. Os trabalhadores aprendem o trabalho ao trabalhar e, desde sua chegada, o ofício é ensinado por meio de demonstrações, seja do presidente ou dos demais pares mais antigos.

O trabalho e seu produto são visíveis a todos, uma vez que os trabalhadores encontram-se imersos em um mesmo local, vez que não há divisórias físicas ou psicológicas que impeça-os de compartilharem suas inteligências práticas. Todos têm acesso imediato aos resultados do esforço de cada um devido à produção das peças ocorrer em etapas. A autonomia e a confiança são a tônica do trabalho, desde que o resultado seja satisfatório ao olhar e trabalho

do coletivo. Assim, é possível que um trabalhador seja corrigido por outro, mais experiente ou não, sem que isso incorra em ofensas ou conflitos entre o coletivo de trabalhadores, cumprindo-se de maneira positiva e profícua a asserção de que “*trabalhar é também experimentar a resistência do mundo social e, mais precisamente, das relações sociais na implantação da inteligência e da subjetividade*” (Dejours, 2012b, p.36).

Coexistem as inteligências singulares e a coletiva, fruto da vontade coletiva e da cooperação. As tarefas desempenhadas são simples, mas carregam consigo grande risco de danos físicos. Portanto, cada trabalhador, a sua maneira, implica seu corpo em uma integração dinâmica com ferramentas e máquinas para sobrepor o perigo e alcançar o êxito na execução do trabalho. Sobrepor os perigos e evitar acidentes aprende-se vislumbrando ao outro e na subjetivação do real do trabalho.

Dejours (2012a) conceitua a subjetivação como as condições sob as quais o sujeito se apropria de ferramentas, máquinas e objetos, incorporando-as à experiência afetiva e corporal no modo em que incorpora o real e o prescrito e desenvolve sua própria singularidade. Neste sentido, o trabalho nessa organização é a representação da incorporação do sujeito em seu *metier*, havendo a possibilidade de impressão pessoal naquilo que realiza, apartando de si a alienação e dá espaço para a realização do trabalho-vivo, segundo a teoria marxiana.

Tendo em vista o parco e flexível prescrito da organização, e a base do trabalho alicerçada na confiança e autonomia, a correção dos riscos e contradições ocasionadas pela aplicação das inteligências singulares, como antevisto por Dejours (2012b), não é algo dificultoso e que gere intensas elucubrações. A desorganização dos estilos muito individualizados e particularizados não encontra grandes empecilhos para a convergência das inteligências nesta organização. Tal fato pode se dever, também, à existência de diferentes funções, onde geralmente há apenas um ou dois trabalhadores dedicados a ela, importando exclusivamente o produto da aplicação das inteligências práticas, e não tanto o como.

O fluxo de conversas e interação na cooperativa é sempre intenso e independe do local, haja vista que todos os espaços da organização são compartilhados e não existem impedimentos quaisquer para tratarem de temáticas laborais ou pessoais durante e fora do expediente. No entanto há uma sala, em particular, onde todas as movimentações burocráticas, técnicas, e de lazer ocorrem. É no mesmo local que o presidente se reúne com possíveis clientes, fornecedores e com os trabalhadores. É lá que realizam as confraternizações, lanches, recebem as demandas diárias, assinam a folha de ponto e deliberam por questões técnicas do ofício. Em um único local, concentram-se todas as movimentações e fluxos operacionais e estratégicos da organização.

Nesse mesmo sentido, Dejours (2011f) atribui a este espaço diversas funcionalidades como local de refeições, festividades, pausa para repouso, cafezinho, vestiário, e local de deliberações sobre opiniões de ordem técnica. Fato diferenciado do que delimita a psicodinâmica do trabalho como destinação ao espaço público de discussão é em não haver qualquer diferença hierárquica sobre o uso do espaço. Com isso, a sala é consagrada como espaço extremamente democrático, sendo que as portas nunca fecham durante o expediente, permitindo o acesso a qualquer trabalhador. Tal fato torna-se especialmente interessante pela possibilidade de contribuir para quebrar possíveis assimetrias ou eventuais percepções de distanciamento de poder.

No que tange às divergências e discussões, há abertura para críticas sobre a condução da organização e o cumprimento do papel do presidente, e em nível horizontal em relações às regras de trabalho e ofício em grupo. Conforme exposto nos resultados, foram criados mecanismos operatórios para resolução de controvérsias e deliberações, tendo como base a cooperação, a confiança e a solidariedade entre o coletivo de trabalho.

Os trabalhadores e presidente, geralmente, marcam uma reunião para tratarem dos assuntos em conflito neste espaço organização. Os trabalhadores manifestaram expressamente terem

liberdade e autonomia para expor seus argumentos e, a junção de posicionamentos leva à discussão e à averiguação do bem coletivo. Não foram relatados episódios de arbitragem na relação de pares ou com o presidente, o que indica qualidade nos processos democráticos construídos no trabalharem juntos. No entanto, há deliberações de cunho estratégico e/ou burocrático que são adotadas exclusivamente pelo presidente, onde sua autoridade é acatada e consentida.

As cooperações

A partir da análise dos dados coletados sobre a organização de trabalho, pôde-se constatar a ocorrência de ambas as tipologias de cooperação – tanto na perspectiva da psicodinâmica quanto da economia solidária. Se a cooperação no viés dejouriano implica na confluência e harmonização das inteligências práticas dos indivíduos imbricados no trabalho, desde as regras de ofício e do viver juntos (2011e), verificou-se que a cooperação é elemento transversal e fundamental na prática do trabalho diário em todas as instâncias da organização.

No tomo II do livro “Trabalho Vivo” Dejours (2012b) dedica diversos capítulos para examinar a cooperação no trabalho sob diversos ângulos. Ele define que ela perpassa cinco âmbitos de ação entre os trabalhadores: a visibilidade, confiança, controvérsia e deliberação, arbitragem, e o consentimento e disciplina. Tendo em vista que os trabalhadores permanecem, em tempo integral, juntos em galpão sem muros ou divisórias, naturalmente o trabalho de cada um torna-se visível aos olhos de todos – sejam os pares ou presidente da cooperativa. Além disso, estes ainda ensinam e corrigem uns aos outros mostrando como se realiza o trabalho na prática, o que recai na completa confiança do acolhimento e a compreensão do outro sobre a exposição desnuda da inteligência prática de cada trabalhador.

A confiança está presente, também, na exposição das imperícias, dificuldades e na compreensão de que o êxito de todos consiste no bom desempenho de cada um. Quando o

erro é constatado, seja pelos pares ou presidente, a parte incongruente do ofício é ensinada novamente a partir da demonstração prática no real, permitindo ao indivíduo que este incorpore partes da inteligência prática de seu colega à sua própria, de modo que o resultado final seja satisfatório ao olhar de todos. Geralmente, pode haver controvérsias e discussões sobre o estilo de cada trabalhador, deliberando-se àquele que seja mais adequado e funcional ao desempenho individual e coletivo, havendo consenso entre todos aqueles envolvidos na questão específica.

Conforme supracitado, não foi identificada a arbitragem entre os trabalhadores de mesmo hierárquico, ocorrendo apenas com o presidente em casos bastante raros e de cunho estratégico ou burocrático da instituição. Com isso, a cooperação é fortalecida, pois ressentimentos e possíveis desconfianças, consequência da arbitragem, ficam exilados da vivência laboral coletiva. De forma singular, constatou-se nesta organização de trabalho aquilo que Dejourns (2012b) previu sobre a cooperação, onde o espaço de deliberação só é possível se a direção “*assumir a decisão de conceder aos trabalhadores uma parte do poder sobre o ajuste e controle da organização do trabalho*” (p.102).

Já a disciplina é presente através de poucas regras, mas imanente no respeito, confiança e solidariedade nas relações de paridade e com o presidente, o que promove a abertura para possíveis repreensões que visem à melhoria do trabalho coletivo e da organização. Neste sentido, os trabalhadores relataram sentir lealdade nas relações de trabalho, paciência e generosidade no fluxo contínuo entre aprender-ensinar, ou seja, em ajustar as inteligências práticas com vistas a um trabalho profícuo e à dinâmica coletiva comum.

Em relação à autoridade, mais adiante Dejourns (2012b) delimita um lugar diferenciado onde ela participa da dinâmica de conjugar as dimensões humanas heterogêneas, naquilo que denomina solidarização vertical. Assim como ocorre na cooperativa, a autoridade do presidente repousa na argumentação, persuasão, discussão e demonstração; e não na opressão,

submissão e subjugamento. No entanto, para o surgimento deste perfil de autoridade, Dejours afirma que é necessária a cooperação entre pares e a vertical.

A autoridade na cooperação é empírica e diferenciada do modelo convencional por não emanar de cima para baixo, mas de baixo para cima. São os trabalhadores que reconhecem a autoridade e lhe conferem o *status* e a eficiência. Ela subsiste na avaliação e percepção do reconhecimento dos trabalhadores a respeito do domínio do ofício que o chefe possui por meio de seus ensinamentos, exemplificações no real do trabalho, e demonstração de interesse concreto na manutenção das relações de cooperação e solidariedade.

Quanto à autoridade exercida na cooperativa, os resultados demonstram que o presidente exemplifica o modelo definido por Dejours em todos seus matizes: ensina os trabalhadores no real do trabalho, domina o saber-fazer de todas as tarefas e funções da organização, vez que construiu os ofícios ao criar a cooperativa, permite a deliberação horizontal e vertical e, adicionalmente, promove a oportunidade de trabalho àqueles que tiveram inúmeros pedidos de admissão negados.

Ainda, denota-se pelo discurso dos trabalhadores que a figura do presidente de ex-presidiário que através da luta e suor de seu trabalho prosperou e alcançou a tão almejada ressocialização e saída definitiva do mundo da criminalidade como alternativa de renda, inspira e funciona como aparato de identificação, confiança e laço social. Longe de figurar um modelo de perfeição, o presidente se apresenta constantemente como sujeito errante e falho, mas que – assim como todos os demais trabalhadores – busca na labuta diária a alternativa para si e para outros, em condição semelhante, o agir no mundo e as gratificações que lhes couberem.

Com isso, denota-se que a autoridade exercida pelo presidente da organização opõe-se à alienação na medida em que não oprime ou massifica os indivíduos de sua singularidade; mas ganha o status dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que lhes designa a legitimidade de poder reconhecer, ou não, sua autoridade garantindo a liberdade de manifestação de seu

reconhecimento e um trabalho que constitua o sujeito na sua identidade (Mendes e Araújo, 2012).

Na mesma direção, a cooperação no viés da economia solidária pressupõe a confiança, solidariedade e junção de esforços individuais em torno de um objetivo em comum (Singer, 2002). Deve ser espontânea e não prescritiva e surgir como desejo comum de enfrentar os desafios impostos pelo trabalho, sociedade e organização para prosperarem na busca por satisfação no trabalho, êxito nas relações, geração de renda, empoderamento, inclusão e emancipação social.

Gadotti (2009) inclui a concepção de coresponsabilidade no exercício conjunto do trabalho, e colaboração que transcenda o prescrito e inunde todas as ações humanas dentro da organização e fora dela. Nesse tocante, os trabalhadores aprendem a desempenhar todas as funções de trabalho na organização para que possam substituir uns aos outros quando necessário, auxiliam-se em momentos de dificuldade, e procuram ocupar todas as demandas da organização, colaborativamente, para que ela esteja sempre em operação e funcionamento. Compreendem que a oportunidade de trabalho só se manterá com o êxito da organização tanto na produção quanto comercialização dos produtos, bem como na manutenção adequada dos resíduos sólidos que recebem.

A cooperação é vislumbrada, também, no compartilhar as refeições, no auxílio aos familiares que estão em quaisquer situações de necessidade, em facilitar os caminhos judiciais de acesso ao regime semiaberto, ao perdão de pena, à oportunidade de trabalho, aos momentos de desabafo e escuta e aconselhamento entre os trabalhadores, entre outros. Diversos são os exemplos de cooperação encontrados no discurso dos participantes e observações do trabalho, destacando-se o fato de atribuírem-na devido ao desamparo que sentem das instituições públicas e privadas, muitas vezes da própria família e amigos, cabendo a si próprios o amparo e a solidariedade para tornar a sobrevivência menos sofrida e possível.

A partir do exposto, depreende-se que a confiança e a construção de relações de cooperação são anteriores ao processo que dá as condições para a ocorrência dos ajustes de inteligências práticas, discussões, deliberações e consentimentos harmoniosos e fortalecidos para que ocorra a cooperação, sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho. Não é possível cooperar de forma sectária, apenas no âmbito do trabalho. A cooperação, seja qual for o viés, deve ser antes de tudo, manifestação voluntária baseada em valores e princípios humanos que promovam a valorização do humano e a solidariedade nas relações e nas dinâmicas do viver junto.

Arendt (1981) reconhece a anterioridade da ligação entre os indivíduos para a cooperação. É na interação humana que se abre o campo para a exposição das singularidades, necessidades e identidade em relação à luta pela vida. É no espaço criado entre as relações que emerge o potencial de criação, ação política e desenvolvimento dos mecanismos para o coletivo no fazer-juntos. É nesse entremeio que se torna possível a convergência de interesses particulares em um campo comum pela possibilidade de compartilhar uma experiência coletiva, diluindo o egoísmo, a violência e o individualismo defensivo (Dejours, 2012a).

Berger e Luckman (1972) reconhecem o caráter débil e dependente do homem, recaindo sob as relações sociais com o outro a capacidade de criar e recriar a realidade objetiva e subjetiva para apoiar sua existência. É nesse nível de construção e invenção das verdades que identidade ganha espaço para ser talhada e moldada, a partir da relação com o outro. Se a cooperação pressupõe a discussão, a deliberação, logo ela demarca as bases para a constituição do espaço pré-político na organização que abre o cenário ao reconhecimento, construção identitária e emancipação do sujeito.

Sufrimento e defesas no trabalho

O sofrimento criativo e patogênico demonstraram-se relacionados, mas em ambos os casos os conteúdos se referiram à condicionalidades da vivência sob o jugo do presídio e não de sofrimentos atrelados ao trabalho ou à organização. O desconforto, as queixas e o sofrimento causado pelas condições precárias de infraestrutura da organização ou pela natureza fastidiosa e áspera do trabalho apresentaram-se no campo das estratégias defensivas, individuais e coletivas. Considerando a peculiaridade do objeto de estudo relativa à simbiose entre o contexto penitenciário e o laboral, e ao caráter diferenciado dos conteúdos relativo ao sofrimento, criou-se a tabela abaixo com o objetivo de estruturar a apresentação e elucidação dos elementos constitutivos do sofrimento e defesas expressados pelos trabalhadores.

Tabela 2: Dados sobre o sofrimento e defesas

Sufrimento	Patogênico	<ul style="list-style-type: none">• Sofrimentos derivados das regras e imposições desumanas da vivência no presídio ou centro de progressão penitenciária;• Escassas oportunidades de trabalho, renda e educação dentro do presídio em regime aberto, semiaberto, ou em liberdade, traduzidos em sentimentos de ansiedade, medo, solidão, abandono e revelia social.
	Criativo	<ul style="list-style-type: none">• Vivência da autonomia e liberdade para elaborar regras no trabalho coletivo;• Apego e valorização do trabalho na organização como oportunidade única, fonte de reconhecimento, satisfação e dignidade.
Defesas	Individuais	<ul style="list-style-type: none">• Minimização das dificuldades impostas pelo trabalho e organização, minimização da percepção de riscos e perigos de acidentes graves vinculados ao trabalho, bem como dos danos causados por acidentes.
	Coletivos	<ul style="list-style-type: none">• Fuga do centro de progressão penitenciária para trabalharem, ou simplesmente, passarem o tempo na organização, gozando de liberdade;• Criação de um tecido coeso de proteção social em aspectos que transbordam ao

| | trabalho, como apoio familiar e jurídico.

A realidade do cárcere e todas as regras e obstruções, não apenas da liberdade, mas propriamente da dignidade e do *ethos* humano, criam um contexto de vida intensamente insalubre que não apenas oprime e aliena, mas reduz seres humanos a uma condição inferior a de animais. Tanto a literatura sobre o contexto prisional no Brasil quanto o discurso dos presidiários e ex-presidiários apontam para a desumanização dos indivíduos apenados. Inevitavelmente, esse cenário provoca intenso sofrimento e são poucas as alternativas de defesa e resistência ao não adoecimento e covalência da saúde mental.

Foram expressos sentimentos de solidão, abandono, desintegração identitária, medo e revelia social. Vinculados a eles, não foram identificados nenhum sintoma patogênico a partir do sofrimento relatado, pois o trabalho assume papel fundamental nesse processo na transformação do sofrimento patogênico em criativo. Apesar das dificuldades vivenciadas pelas condições precárias e aspereza do trabalho, os presidiários e ex-presidiários relatam que nada pode ser pior do que a vivência em uma penitenciária. Além disso, é o trabalho que lhes garante a chance de obter renda, prover às suas famílias, obter reconhecimento de pares, do presidente, dos familiares e da sociedade e, por fim, o potencial de reconstrução identitária.

Para Dejours (1996) o sofrimento patogênico ocorre quando o sujeito vive a compulsão pela repetição dos seus conflitos, sem os recursos ou alternativas, psíquicas e baseadas no real, para transformá-lo em algo positivo ou não patológico. O sofrimento criativo é a peça-chave para ressignificar o sofrimento patogênico, sendo necessária a ressonância simbólica e o espaço público como recursos neste processo para ligar o pensamento e questões emocionais dos indivíduos à atividade laborativa.

Dejours (1996) determina que a ressonância simbólica é derivada de três condições: o registro imaginário, histórico e afetivo da profissão, a gestão da lacuna entre o real e o prescrito da organização de trabalho, e a ocorrência do reconhecimento. Quanto ao primeiro aspecto,

pode-se afirmar que os trabalhadores não escolheram o ofício, mas a oportunidade nesta organização os escolheu. As alternativas de trabalho remunerado para detentos e ex-detentos são raras; portanto, não houve a clara predileção por trabalharem com resíduos de construção. O prescrito e o real do trabalho são abordados no espaço público de discussão de maneira democrática e aberta. Já o reconhecimento é abundante e perpassa vários níveis de ocorrência, e abordado devidamente mais adiante.

Com isso, denota-se a mudança do sofrimento patogênico oriundo da condição de vida de presidiários e ex-presidiários em sofrimento criativo pela transformação do real vivenciado no prescrito e nos desafios diários do presídio e na condição de criminoso ou ex-criminoso, na construção de um espaço plural, onde é possível gozar de certa autonomia e liberdade quanto à elaboração de regras e do próprio coletivo de trabalho.

O ofício desempenhado que, possivelmente é bastante diferente do sonho almejado na infância desses trabalhadores, é uma das poucas oportunidades de saborear não apenas a liberdade, mas de formar vínculos de solidariedade e companheirismo para unirem forças para resistirem à loucura do real da prisão, ou do enfrentamento da sociedade - uma vez livres. Ainda, é a existência da cooperativa dedicada a este público que oferece o ensejo favorável para a ressignificação do delito cometido pela via diametralmente oposta à criminalidade – o trabalho.

Ao analisar as defesas elaboradas por operários da construção, Dejours (2011e) relata que eles ignoram parcial ou completamente os riscos da profissão, colocando-se em situações de médio ou extremo perigo, na tentativa de dissimular o sofrimento em questão da própria consciência dos trabalhadores. Assim, as defesas permitem à adaptação aos riscos e impedem, parcialmente, a tomada de consciência da situação geradora de sofrimento.

Na mesma direção, identificou-se que os trabalhadores adotam postura semelhante de negação do perigo para minimizar o medo e a percepção dos riscos reais de acidentes, desde os

menores aos mais graves. Entretanto, as defesas de demonstraram individuais, pois cada indivíduo adota formas particulares de negar o medo e contornar o perigo. A exemplo, uns não usam os equipamentos de segurança, outros usam, mas expõe-se a outras ameaças de acidentes e, ainda, alguns sofreram acidentes graves, mas não expõe medo ou insegurança de retornar à mesma função.

Dentre as defesas coletivas pode-se citar a expressão em uníssono de todos os presidiários em literalmente “fugir” do centro de progressão todas as manhãs ao trabalho. Eles relatam acordar mais cedo que o necessário e sentirem-se ansiosos para caminharem alguns quilômetros rumo à cooperativa para verem-se livres dos agentes penitenciários e de tudo o que aquele ambiente encerra. São poucos os que possuem recursos para custear o transporte coletivo. Logo, constata-se que o trabalho a estes apenados representa liberdade e prazer e não prisão e sofrimento.

Ainda, verificou-se como defesa coletiva as estratégias de suporte e cuidado dos trabalhadores uns com os outros, bem como com seus familiares. Dentro da organização, há uma rede de apoio e solidariedade entre os trabalhadores e o presidente, onde os sujeitos contam uns com os outros para subsistirem em cada mínimo – seja o partilhar de uma refeição, empréstimo de dinheiro, conversas sobre assuntos particulares, intervenções junto à família, e até auxílio de advogados conhecidos de forma gratuita.

Dejours (2012b) retrata que no início das pesquisas em psicodinâmica do trabalho, o coletivo era mais claramente acessível sob a égide das estratégias defensivas coletivas como se estas fossem o amálgama entre os trabalhadores. Ora, se não houvesse essas defesas, não existiria o coletivo? Se o olhar sobre a organização for meramente a identificação de patologias do trabalho, a resposta seria afirmativa. No entanto, se o coletivo de trabalhadores se organiza e cria vínculos no viver e fazer-juntos, com base no reconhecimento, a dinâmica integradora é a cooperação.

Nesse sentido, denota-se que o cotidiano de trabalho na cooperativa constitui-se antes como fonte de prazer e de desenvolvimento humano dos trabalhadores do que de sofrimento. Mendes e Araujo (2012) sinalizam que quando não há risco de sofrimento patogênico imposto pelo trabalho, subentende-se que o grupo de trabalhadores esteja vivenciando o sofrimento criativo e prazer e/ou utilizando formas bem sucedidas as estratégias de defesa coletivas.

Tipos de reconhecimento e implicações

O reconhecimento foi, certamente, a temática que mais mobilizou os participantes da pesquisa e gerou mais conteúdos. Trata-se de um reconhecimento que não é sintético, mas analítico: passa pelo trabalho, volta ao presídio, alcança os familiares e ascende à sociedade. Assim como propõe Dejours (2012b), o trabalho não é redutível exclusivamente à produção no mundo objetivo, mas é provação à subjetividade – na esfera individual e social – onde sempre sai ampliado e engrandecido, ou reduzido e mortificado.

Faz-se relevante mencionar que Dejours aporta as contribuições teóricas de Honneth (2009) ao conceito de reconhecimento que emprega na psicodinâmica do trabalho. Entretanto, o modelo de Honneth difere do dejouriano por contemplar todo o *ethos* social, e visualizar o reconhecimento como gramática moral da sociedade. Para ele, existe uma imanente tensão social entre a concepção individual de vida boa e o pano de fundo no nível da integração social que funciona como um sistema de referência para a avaliação moral das singularidades humanas, bem como para a avaliação social da moralidade, e que converge a sociedade em uma arena ininterrupta de luta por reconhecimento.

Em termos da retribuição simbólica e moral pelos esforços de constituição e manutenção da cooperação e vontade coletiva na organização, e pelos desgastes sofridos na resistência e transformação do real, Dejours coloca o reconhecimento em posição central como condição imprescindível para o bem-estar do indivíduo, tal como planejado na analogia dejouriana a

respeito da pirâmide de Sigaut (1990), conforme mencionado no capítulo 2. Trata-se de uma gratificação que passa por julgamentos (de utilidade e de beleza) para ressoar na subjetividade, transformando sofrimento em prazer. Entretanto, este processo não é direto: antes o julgamento deve incidir sobre o fazer que, em seguida, é repatriado como registro no ser.

Assim como Dejours (2012b) e Castel (1998), Honneth (2009) sustenta que o indivíduo está sempre vinculado a uma complexa rede de relações intersubjetivas que constitui o pano social, propriamente dito. No entanto, ele vai além e afirma que as interações derivam como consequência a dependência estrutural do reconhecimento dos outros indivíduos. Além disso, o autor parte do princípio que o indivíduo somente torna-se capaz de sentir-se valorizado somente quando as suas capacidades individuais são avaliadas de forma individualizada, dentro de suas singularidades. Nota-se aqui profunda semelhança no reconhecimento laboral dejouriano. No entanto, Honneth expande a abrangência do conceito e inclui como forma de reconhecimento todas as capacidades concretas necessárias para uma existência digna.

Abordar o reconhecimento no trabalho com presidiários e ex-presidiários, pregressos de um longo histórico de marginalização que transcorre a pobreza, restrição no acesso à educação, saúde e recursos básicos à sobrevivência não é, evidentemente, similar ao reconhecimento de um trabalhador comum que, apesar das duras penas da provação do real, no mínimo, goza de sua liberdade e não sofreu o processo de assujeitamento, opressão e desumanização dentro do cárcere. Os desdobramentos e implicações do reconhecimento para aqueles que, em seus discursos, sentem-se os rejeitos condenados da sociedade ganham valor ímpar e repercussão subjetiva profunda.

No tangente aos tipos de reconhecimento descritos na teoria da psicodinâmica do trabalho, foram identificados o de beleza proferido pelos pares, e o de utilidade, proferido pelo presidente da organização. No primeiro âmbito, o reconhecimento é dado pela qualidade da

tarefa realizada, durante o processo de produção no galpão da cooperativa. Elogiam a qualidade do corte, a medida correta, os pregos retirados no devido lugar, entre outros, pois todo a tarefa bem desempenhada não gera o retrabalho e, portanto, o tempo da diária não é perdido com a produção de material desperdiçado.

No entanto, outros elementos surgiram como reconhecimento tanto no nível vertical e horizontal de relações, como também no familiar e social. A descrição do reconhecimento aqui mais se assemelha à proposta de Honneth (2009) que desenvolveu um modelo tripartite do reconhecimento, ancorado em pressupostos de lutas sociais da manifestação do respeito e sua antítese, o desrespeito. Para ele, o desrespeito ocasiona a percepção de injustiça, que por sua vez, culmina em patologias.

A primeira esfera do reconhecimento é a dos afetos e da autoconfiança, e sua antítese são os maus tratos e a violações que acabam por romper com o autorrespeito da pessoa. A segunda é a das leis e direitos, onde o desrespeito corresponde à privação dos direitos, ameaçando a integridade social do indivíduo. Por fim, tem-se a solidariedade social e autoestima, onde sua forma negativa corresponde a degradação moral, onde a personalidade individual vê-se ameaçada no âmago de sua dignidade e autoestima. Pelo exposto nos resultados da pesquisa, depreende-se que os presidiários, sob os ditames e cultura da prisão, sofrem os três tipos de desrespeito pelos constantes maus tratos, violação de direitos básicos da pessoa humana, e o abandono e a solidão.

Na ordem inversa, o viver juntos sob a tônica da cooperação e solidariedade oferece um arcabouço plural de reconhecimento, semelhante ao exposto por Honneth (2009). Os trabalhadores demonstraram elogiar com maior frequência o comprometimento, afinco, e perseverança mais do que a qualidade do trabalho em si. Dito de outra forma, ambos os elementos importam sem nenhum fazer sombra ao outro; contudo, é a perseverança de manter-se vinculado ao trabalho, a despeito de todos os desafios e intempéries, que

descaracteriza os presidiários e ex-presidiários da categoria “dejeito social” ou criminoso” para tornarem-se tão somente “trabalhadores”, aproximando-se da esfera da solidariedade e autoestima do reconhecimento.

Em razão de não haver definições claras quanto às funções dos trabalhadores na organização, o reconhecimento de utilidade pôde ser constatado de diversas formas. O presidente da cooperativa é o único que ocupa posição vertical acima de todos os trabalhadores e, ao passo que gere a organização, também conhece em detalhes o *metier* de cada função. Com isso, ele pode proferir tanto o reconhecimento de beleza quanto de utilidade e elogio, sem reservas, tanto o trabalho individual quanto do coletivo – segundo os trabalhadores.

Para além do enquadre técnico do reconhecimento estabelecido por Dejours, os trabalhadores reportaram reconhecimento do presidente que ultrapassa a observação do trabalho. Trata-se, novamente, do reconhecimento na esfera da solidariedade e autoestima, verbalizado em razão de conquistas dos trabalhadores, sejam elas materiais ou sociais, como remissão de pena, ressocialização, ausência de reincidência criminal, e a manutenção do vínculo com o trabalho. Além disso, os trabalhadores sentem-se particularmente gratificados com o genuíno interesse do presidente em conhecer suas trajetórias pessoais e, sempre que possível, auxiliá-los no âmbito pessoal. Representam, por fim, o coletivo de trabalho como uma grande família, que possui laços afetivos e que expande as relações de solidariedade e fraternidade para além do viés laboral, aproximando-se aqui, do reconhecimento na esfera dos afetos e da autoconfiança. Surgem como reflexão entre os trabalhadores a chancela e validação da família sobre o sujeito que trabalha, que igualmente se assemelha ao reconhecimento na esfera dos afetos e autoconfiança. O reconhecimento dos familiares passa pela confiança na remissão dos presidiários e ex-presidiários por meio da expressão do apoio moral e ético com vistas à ressocialização dos apenados. Os trabalhadores relatam que a aposta familiar é o fôlego para continuarem suportando o real do presídio e das dificuldades impostas pelo trabalho. É ela

quem lhe confere o sentimento de pertença à sociedade que lhes aguarda muro a fora, onde o trabalho é a condição para o reconhecimento familiar e o alicerce para a manutenção econômica, psíquica e social dos trabalhadores.

Já o reconhecimento por parte da sociedade foi expresso apenas pelos dois ex-presidiários que se encontram em liberdade há mais de dois anos. Ambos alcançaram a estabilidade financeira e remissão criminal, e atribuem o êxito à oportunidade de trabalho na cooperativa, dado que as demais portas do mercado de trabalho geralmente encontram-se fechadas a ex-presidiários. Além disso, afirmam que o reconhecimento familiar e as relações de cooperação e solidariedade no trabalho foram cruciais para o fortalecimento da remissão e consolidação de sua reinserção social. Nesse sentido, estes trabalhadores disseram sentir-se recompensados com a mudança do tratamento “do moço da venda”, de colegas e parentes e dizem sentir o reconhecimento dos outros de que, de fato, mudaram.

Sobre este aspecto, Honneth (2009) discorre sobre o reconhecimento de direitos em que atribui como característico às sociedades tradicionais a ancoragem do direito jurídico à concepção de status, onde o indivíduo só consegue obter reconhecimento jurídico quando é reconhecido como membro ativo da comunidade, atrelado intrinsecamente à função da posição que ele ocupa nesta sociedade. Logo, reconhecer o sujeito como partícipe de uma sociedade e que contribui para sua construção é o que confere o status social e garante os direitos jurídicos de um cidadão. De forma contrária, apontar uma pessoa como criminosa ou “desejo social” é o oposto do reconhecimento de direitos, e a este sujeito apenas o status mais inferior seria cabível, segundo a teoria.

O ponto essencial ao qual Dejours elabora sobre o reconhecimento, e que fora apreendido pelo discurso dos trabalhadores, é o seu potencial de oferecer gratificações essenciais no registro da identidade e ressignificação do sofrimento e da realização de si mesmo. Para o autor (2012b) a dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho, em essência, diz

respeito à realização do sujeito no campo das relações sociais. Em outras palavras, o reconhecimento posiciona o indivíduo socialmente e atribui-lhe um lugar não apenas na organização, mas em sua realidade subjetiva e no mundo.

Lancman (2011, p. 41) compreende a *formação da identidade como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida do sujeito, e que está vinculada à noção de alteridade*, ou seja, é pela via, pelo olhar, e pelo julgamento do outro refletido sobre si que o sujeito se constitui. Naturalmente, o palco do trabalho na dinâmica da articulação entre o psiquismo e o social oportuniza a interação entre sujeitos que constroem, desenvolvam, e complementem a identidade e a vida psíquica.

Portanto, o reconhecimento que cria o amálgama identitário não deve compreender apenas aqueles que façam juízo restritamente ao produto do trabalho, mas como do sujeito em toda sua manifestação social – tal como identificado na cooperativa. Isto posto, denota-se que os dados da pesquisa demonstram que os trabalhadores da cooperativa relataram haver mudado sua autopercepção de criminosos, presidiários ou ex-presidiários para cidadãos e/ou trabalhadores. Em seus discursos, exprimem significados ao trabalho atrelados à sacralidade e ao potencial de dignificá-los novamente.

Capítulo 7 - Conclusão

Conforme aponto na revisão da literatura nacional e internacional, o foco de pesquisa do deste trabalho é, ainda, pouco estudado e abordado academicamente com o viés de enriquecer o conhecimento acadêmico sobre análises comparativas entre o sofrimento e prazer no trabalho em organizações de base cooperativa e solidária e aquelas que operam sob os ditames do capitalismo. O tema restringe sobremaneira quando o enfoque recai sobre o trabalho penitenciário.

Haja vista que os empreendimentos de economia solidária florescem, sobretudo em meio à pobreza, constata-se, portanto, que as camadas da população de desprovidos, vulneráveis e marginalizados sócio e economicamente frente à temática do trabalho e emancipação social são subcontemplados. No entanto, sua relevância tanto teórica como prática é de suma valia e avanços nesse setor são imprescindíveis para modificar as assimetrias sociais e, não menos importante, criar e promover práticas laborais positivas que favoreçam o trabalho-vivo e o viver juntos baseados na cooperação e solidariedade.

Em termos da análise da organização, regras e normativas, caracteriza-se a flexibilidade no prescrito e grande autonomia na condução das tarefas, discussões e deliberações e rara arbitragem pelo presidente da organização. Entretanto, como cooperativa, o princípio da autogestão não é totalmente empregado dado que o processo decisório não ocorre por assembleias, votação e tampouco em todas as resoluções, ainda que a voz de todos os trabalhadores seja bem-vinda e, geralmente, haja espaço para serem manifestadas. Do mesmo modo, a cooperativa falha no âmbito econômico e atualmente remunera os trabalhadores por diárias e não pela divisão igualitária das sobras.

Por outro lado, arranjo da organização do trabalho baseada na formação de vínculos afetivos que conduzem a intuitiva cooperação – tanto no viés da economia solidária quanto da psicodinâmica – promove as condições favoráveis à constituição do trabalho-vivo, onde cada

sujeito é livre para incorporar a si próprio naquilo que produz. O viver-juntos baseados na confiança, respeito e solidariedade logrou a coexistência de inteligências práticas singulares a cada indivíduo, e a coletiva que normativa o prescrito mínimo para a produção com qualidade. Por vários momentos, os trabalhadores e o presidente representaram a organização como uma grande família que acolhe, instrui, e fortalece os presidiários e egressos em sua ressocialização, inclusão econômica e integração social.

A análise comparativa entre os estudos identificados na literatura denota que, a despeito da modalidade de organização do trabalho, onde há um prescrito rígido e pouca margem às manobras de autorregulação do coletivo e, propriamente, do trabalho a lógica de mercado persevera, abrindo as portas ao controle excessivo, competição, solidão e sofrimento patogênico. Na mesma direção, o trabalho dentro de uma penitenciária sob o jugo de excessiva dominação, humilhação, assujeitamento e opressão jamais oferecerá o contexto laboral mínimo necessário capaz de emancipar e tampouco ressocializar os apenados.

Destaca-se que as condições físicas, ergonômicas e de segurança do trabalho na cooperativa estão longe do ideal: o risco de acidente, entre leve ao grave, é uma constante sendo as tarefas árduas e com o mínimo conforto para sua execução. Nesse aspecto, constatou-se precarização do trabalho; não obstante, tais entraves físicos das instalações da cooperativa e quase inexistência de equipamentos de segurança não foram identificadas como fonte de sofrimento patogênico. O enredo das dificuldades foi reportado como defesas individuais e coletivas, as quais os trabalhadores enfrentam ora através da negação do perigo, ora com perseverança e paciência.

Os achados sobre o reconhecimento foram plurais e abrangentes, expandindo o enquadre teórico dejouriano de reconhecimento restrito apenas ao âmbito laboral para aqueles de alcance afetivo, social e de direitos, tal como previsto na teoria das esferas de reconhecimento de Honneth (2009). Depreende-se pelo discurso dos trabalhadores que, experimentar a

dinâmica das gratificações simbólicas do reconhecimento, seja o de beleza ou pares, familiar ou da sociedade, fornece os subsídios intersubjetivos necessários para consolidar os vínculos laborais e afetivos, o intuito da remissão criminal e, por conseguinte, posiciona os indivíduos dentre de um status social, e permitindo-os repensarem sua identidade de rejeito social e criminoso para cidadão e trabalhador.

Assim como prevê Cattani (1996) as facetas essenciais do processo de socialização da construção identitária, das formas de dominação e de resistência têm sua origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturadas na atividade produtiva. Portanto, torna-se claro observar que tal feito não seria possível se houvesse a primazia de um ambiente luxuoso, confortável e seguro de trabalho, em detrimento de uma organização que privilegie a autonomia, confiança, cooperação, e solidariedade, dimensões intrínsecas da mobilização subjetiva.

Fato concreto, e já sabido, o trabalho é categoria central ao homem e peça fundamental para a (re) integração social do indivíduo e constituição dinâmica da identidade. Ao trabalho cabe um papel determinante na elaboração das relações de civilidade graças às quais os indivíduos conseguem viver e agir juntos. Se o viver em sociedade não permitiu a estes indivíduos o mínimo necessário para garantir o coexistir e a civilidade nas relações humanas, o trabalho surge como uma segunda chance de ressocialização, emancipação e construção de novas realidades possíveis.

As relações de identificação e mútua compreensão também possuem papel fundamental. Todos os trabalhadores possuem histórico progresso semelhante, vez que dilui o julgamento, a desconfiança e oportuniza a alteridade e a empatia – o que acaba por fortalecer a cooperação. Com isso, outra particularidade sobressai desse estudo como contribuição: a criação de um coletivo de trabalho composto majoritariamente por presidiários e ex-presidiários concede a potência subjetiva e identitária capazes de solver o histórico de sofrimento, solidão e

desumanização do sistema penitenciário para criar uma lógica harmoniosa, profícua e de práticas solidárias nas relações de trabalho e de emancipação social. O lugar de trabalho, como campo social de conflitos e lutas, é também campo de política e de emancipação.

Às ligações de cooperação da arte de viver, Dejours (2012b) atribui uma dimensão política inerente, essencialmente por criar o espaço de deliberação, construção de regras e aprendizagem democrática. Esta é a conjuntura que tanto favorece o reconhecimento, gratificação simbólica e, por fim, a emancipação social. Ao passo que Honneth (2009) afirma que deve haver um movimento social traduzido em uma semântica coletiva que permita a interpretação das experiências individuais de injustiça na forma coletiva de sujeitos que sofrem da mesma patologia social para lutarem, conjuntamente, pelo reconhecimento.

Por fim, ressaltam-se os limites deste estudo em não avaliar longitudinalmente o impacto do trabalho em um empreendimento de economia solidária para a ressocialização e emancipação social de presidiários e ex-presidiários. Ainda, para ampliar o escopo e profundidade da análise, teorias e métodos específicos para abordar a possível mudança identitária como consequência do reconhecimento, deverão ser aplicados em pesquisas específicas com esta finalidade, haja vista ser um campo ainda em desenvolvimento dentro da Psicodinâmica do Trabalho.

Como limitação teórica e contribuição do presente trabalho resalta-se a necessidade da criação de um novo subtópico ao Eixo I “Organização do trabalho prescrito e o real do trabalho” proposto por Mendes e Araújo (2012) denominado “condições de trabalho” tendo em vista à importância transversal desse tema a todos os níveis de trabalho e consecutivo impacto dentro de uma organização. Devido à suma precariedade nas condições físicas e ergonômicas de trabalho na cooperativa estudada, tal tópico sobressaiu como exigência a ser abordado de forma isolada, no intuito de descrever os espaços de trabalho e descanso, condições dos maquinários, ferramental disponível, entre outros, como meio para elucidar o

contexto no qual o trabalho é desempenhado. Nesse sentido, sugere-se que em pesquisas futuras que adotem à referida classificação, o nono subtópico seja empregado como recurso para abranger e detalhar a análise do trabalho.

Espera-se que com as contribuições da presente pesquisa seja possível incluir um ou mais blocos de conhecimento que forneçam os subsídios, científicos e práticos, necessários a serem empregados na construção de novas práxis de trabalho, imiscuídas dos ranços perversos da competição, solidão e desamparo no mundo trabalho, bem como quiçá na construção de políticas públicas que visem a real ressocialização, inclusão produtiva e emancipação de presidiários e egressos do sistema penitenciário brasileiro.

Bibliografia

- Assis, R. D. D. (2008). A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, 11(39), 74-78.
- Antunes, R. (1997). Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: R. Antunes (Ed.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicato: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*, (pp. 71-84). São Paulo, Boitempo.
- Antunes, R. (2001). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: P. Gentili & G. Frigotto (Orgs.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*, (pp. 35-48). São Paulo, Buenos Aires: Cortez.
- Antunes, R. 2006. *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. & Pochmann, M. (2007). A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: A. D. Cimdamore & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*, (pp. 195-210). Porto Alegre: Tomo editorial/CLACSO.
- Arendt, H. (1981). *La vie de l'esprit*. Tomo I. Paris: Press Universitaires de France.
- Arnsperger, C., & Van Parijs, P. (2003). *Ética e Economia Social*. São Paulo: Edições Loyola.
- Baratta, A. (2004). *Ressocialização ou controle social*. São Paulo: BF.
- Barfknecht, K. S., Merlo, Á. R. C., & Nardi, H. C. (2006). Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 54-61.
- Barros, P. C. R. B. (2007). Sofrimento e defesa no trabalho dos operários terceirizados da construção civil de empreiteiras e de cooperativas do Distrito Federal. In: A. M. MENDES, (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1972). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Borges, M. L., Scholz, R. H., & da Rosa, G. D. F. (2014). Identidade, aprendizagem e protagonismo social: sentido do trabalho para sujeitos recicladores. *Otra Economía*, 8(14), 83-98.
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergência*, 18(55), 113-133.
- Lei de execuções penais. Lei 7.210/1984. (1984). Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm

- Brasil. (2016). *Postulados ,princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do sistema prisional*.Retirado de <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/postulados-principios-e-diretrizes-para-a-politica-de-atendimento-as-pessoas-egressas-do-sistema-prisional.pdf/view>
- Brasil. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2017*. Brasília: IBGE. Retirado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201703_trimestre_caderno.pdf
- Bueno, F. S. (1988). *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Lisa.
- Cabral, L. R., & Silva, J. L. (2010). O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. *Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena*, 13(1), 157-184.
- Cançado, A. C. (2005). *Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular*. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Brasília.
- Capeller, W. (1985). O Direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, 2(2), 127-134.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho e autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cattani, A. D. (2004). *As Desigualdades Ampliadas e as Alternativas em Construção*. *Caderno CRH*, 17(40), 93-102.
- Cattani, A. D. (2006). *As Desigualdades Ampliadas e as Alternativas em Construção*. *Caderno CRH*, 17(40).
- Cattani, A. D. (2009). Riqueza e desigualdades. *Caderno CRH*, 22(57), 547-561.
- Cimadamore, A. D., & Cattani, A. D. (2007). A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In: In: A. D. Cimadamore & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina* (pp. 7-14). Porto Alegre: Tomo editorial/CLACSO.
- Coelho, A. P. F. (2016). *Cargas de Trabalho em Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis: estudo convergente- assistencial*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Coelho, E. C. (2005). *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Editora Record.

- Cru, D. (1988). Les règles de métier. In: Christophe, D. *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris, Laboratoire de psychologie du travail et de l'action, Conservatoire National des Arts et Métiers (Cnam).
- Decca, E. S. (1988). *O nascimento das fábricas*: Vol. 51. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.
- Dejours, C. (1993). Coopération et construction de l'identité en situation de travail. *Futur antérieur*, 16(2), 41-52.
- Dejours, C. (1996). Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In: J. F. Chanlat, (Coord.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, (pp. 151-173). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1997). *O fator humano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2011a). Avant-propos para a edição brasileira. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 23-30). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011b). Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 57-123). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011c). A metodologia em psicodinâmica do Trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (125-150). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011d). O trabalho como enigma. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 151-166). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011e). Sofrimento e prazer no trabalho: a abordagem da psicopatologia do trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 185-192). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011f). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In S. Lancman & L. Sznelwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 433-448). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo: sexualidade e trabalho* (Tomo 1, F. Soudant trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação* (Tomo 2, F. Soudant trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2015). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.

- Departamento Penitenciário Nacional. (2014). *Levantamento de informação penitenciárias – INFOPEN – junho de 2014*. Retirado de <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>
- Distrito Federal. (2015) Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SCIA Estrutural. Retirado de http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pda/d/2016/PDAD_SIA_2016.pdf
- Durkheim, É. (1999). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil. *HORIZONTE*, 6(12), 69-92.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Gadotti, M. (2009). *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editoria e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Gaiger, L. I G. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 39, 181-211.
- Ghizoni, L. D. (2013). *Clínica psicodinâmica da cooperação na associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis da região Centro-Norte de Palmas TO (ASCAMPA)*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Giongo, C. R. (2013). *Sufrimento silencioso: análise psicodinâmica do trabalho de suinocultores*. (Dissertação de Mestrado). Unisinos, São Leopoldo.
- Girelli, S., & Dal Magro, M. L. P. (2017). Saúde do trabalhador e economia solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(1), 9-16.
- Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Julião, E. F. (2012). A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. *Em Aberto*, 24(86), 141-155.
- Junior, P. G. (2009). Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: um olhar
- Kurz, R. (1997). A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. Folha de São Paulo, p.3, c.5.
- Lancman, S. (2011) O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Sznalwar. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 31-44). Rio de Janeiro: Fiocruz Brasília: Paralelo 15.
- Lemos, A. M., Mazzilli, C., & Klering, L. R. (1998). Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. *Revista de Administração Contemporânea*, 2(3), 129-149.
- Lima, M. I. R. (2013). *Economia solidária e vínculos*. São Paulo: Ideias e Letras.

- Manfroi, I. (2016). Políticas públicas de ressocialização na gestão do sistema carcerário. *Âmbito Jurídico*, 19(147).
- Marx, K., & Engels, F. (1974). *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Marx, K., & Engels, F. (1989b). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In: F. FERNANDES (Org.), *Grandes cientistas sociais*, (pp. 146-181). São Paulo: Ática.
- Marx, K. (1983). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K. 1989a. *O capital, crítica da economia política: Vol. 1. Livro 1*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica Do Trabalho: Teoria e Método*. Brasília: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A.M. , & Araújo, L. K. R. (2012). *Clínica Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M., & Duarte, F. S. (2013). Mobilização subjetiva. *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*, (pp. 259-262). Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M., Lima, S. C., & Facas, E. P. (2007). Apresentação. In A. M. Mendes, S. C. Lima & E. P. Facas. (Orgs.), *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*, (pp. 09-12). Brasília: Paralelo 15.
- Merlo, A. R. C., & MENDES, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.
- Mészáros, I. (2015). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. (2012). O que é economia solidária. Retirado de <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economiasolidaria.htm>.
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19(119), 14-20.
- Offe, C. (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: C. Offe, *Trabalho e sociedade*, v.1, (pp.13-41). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Oliveira, J. A. D., & Nina, S. D. F. M. (2014). Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1-10.
- Santos, B.S., & Rodrigues, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: B.S. Santos (Org.), *Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, (pp. 21-54). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Sousa, C. M. D., & Mendes, A. M. (2006). Viver do lixo ou no lixo?: A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório. *Revista Psicologia, Organização e Trabalho*, 6(20), 13-41.
- Souza, L. R., & Silveira, A. M. (2015). Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. *SER Social*, 17(36), 163-188.
- Souza, T. G. (2005). *Sufrimento psíquico em trabalhadores do lixo: um olhar da psicodinâmica do trabalho*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.
- Sigaut, F. (1990). *Folie, Réel et Technologie*. Paris: Fayard.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Singer, P. (2003). Economia Solidária. In: A. D. Cattani (Org.), *A outra economia*, (pp. 116-125). Porto Alegre: Veraz editores.
- Tolfo, S. D. R., & Piccinini, V. C. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-46.
- Toni, M. D. (2003). *Visões sobre o trabalho em transformação*. *Sociologias*, 5(9), 246-286.
- Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 233 p.
- Woleck, A. (2002). O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. *Associação Educacional Leonardo da Vinci, Instituto Catarinense de Pós-Graduação*, 1-15.